

Evantina Pereira Vieira

ECONOMIA CAFEEIRA E PROCESSO POLÍTICO: TRANSFORMAÇÕES NA
POPULAÇÃO ELEITORAL DA ZONA DA MATA MINEIRA (1850-1889)

Dissertação de Mestrado apresentada ao
Departamento de História, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná.

Curitiba
Universidade Federal do Paraná

1978

AGRADECIMENTOS

À Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior - CAPES, pela bolsa concedida durante a realização do Curso e do trabalho;

à diretora do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da U.F.P., Professora Doutora Cecília Maria Westphalen;

à Professora Doutora Altiva Pilatti Balhana, Coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação em História da U.F.P. e orientadora do trabalho, pelas prestimosas contribuições no campo intelectual e pela amizade com que acompanhou a elaboração do trabalho;

à Professora Doutora Maria Efigênia Lage de Rezende, do Departamento de História da U.F.M.G., pelas retificações e comentários críticos;

à Professora Doutora Dêa Ribeiro Fenelon da UNICAMP, pelo estímulo constante à nossa carreira universitária;

aos Professores Doutores Norma de Gões Monteiro e José Ernesto Ballstaedt, do Departamento de História da U.F.M.G., pelo interesse na realização do nosso curso de Mestrado;

aos colegas do Departamento de História;

aos amigos, particularmente, Rejane e Romilda pelo incentivo e apoio presentes nas diversas etapas do trabalho;

à minha família, especialmente meus filhos Patrícia e Luiz Guilherme, de cujo carinho e estímulo muito dependeu a realização do presente.

Belo Horizonte, dezembro de 1978.

S U M Á R I O

	Página
Agradecimentos	
Lista de Quadros e Mapas	I
Lista de Tabelas	II
Lista de Gráficos	III
Introdução	01
1. A Província de Minas Gerais: organização do poder e economia	25
1.1. Centralização política e involução econômica	25
1.2. Desenvolvimento econômico e resistências à centralização	40
2. A população eleitoral: organização e transformações	68
2.1. O sistema eleitoral	68
2.2. As transformações na população eleitoral	87
3. Conclusões	110
4. Bibliografia	114
5. Anexos	122

I

LISTA DE QUADROS E MAPAS

	Página
1. Divisão administrativa da Província de Minas Gerais. 1854	39
2. Evolução da exportação do café em Minas Gerais. 1853-89	41
3. Valor da exportação cafeeira no total da Província	43
4. Municípios da Zona da Mata. 1854-89	51
5. Municípios da Zona da Mata e sua população 1872-89	55
6. População eleitoral da Província de Minas Gerais	89
7. Circunscrições eleitorais da Província - 1856	91
8. Divisão eleitoral de Minas Gerais e sua representatividade. 1872	98
9. A Província de Minas Gerais segundo a lei eleitoral de 1881	100
10. Localização dos municípios da Mata nos distritos eleitorais	104

MAPAS

1. Marcha do povoamento na Zona da Mata	50
2. Municípios da Mata no Séc. XIX e a localização da Zona no Estado de Minas Gerais ..	52

II

LISTA DE TABELAS

Página

1. Número de municípios e taxa média de crescimento da Zona da Mata e da Província de Minas Gerais	53
2. Comparação entre a população escrava da Zona da Mata e da Zona Mineradora. Taxa de crescimento das mesmas	53
3. Comparação entre as populações da Zona da Mata e Província de Minas Gerais. 1872-89	53
4. Percentual de participação por sexo das populações livre e escrava nos municípios da Zona da Mata	57
5. Evolução do número de eleitores na Província de Minas Gerais e no total do país. 1872-81	101
6. População, número de senadores e deputados para a Província de Minas Gerais e no total do Brasil com as respectivas taxas de crescimento ...	102
7. Participação dos eleitores e votantes da Zona da Mata no total da população de Minas Gerais.	103
8. Taxa de crescimento do número de eleitores e votantes na Zona da Mata e na Província de Minas Gerais	103
9. Participação da Zona da Mata no total da Província e taxa de crescimento do número de eleitores dos principais municípios da Zona da Mata	107
10. Percentual do comparecimento dos eleitores na Zona da Mata, Província de Minas Gerais e no Brasil	108
11. Taxa de crescimento do número de eleitores que compareceram às eleições na Província de Minas Gerais, Zona da Mata e no Brasil	109

LISTA DE GRÁFICOS

	Página
1. Evolução da exportação do café em Minas Gerais. 1853-87	42
2. Valor da exportação do café no total das exportações da Província. 1854-89	44
3. Razão de masculinidade em alguns municípios da Zona da Mata. 1872	58
4. População masculina por estado civil de alguns municípios da Zona da Mata	59
5. Circunscrições e população eleitoral de Minas Gerais, São Paulo, Pernambuco e demais Províncias e sua representatividade na Assembléia Geral	97
6. Eleitorado da Zona da Mata e da Zona Mineiradora	107

INTRODUÇÃO

1 - O tema

Com o desenvolvimento de uma nova cultura, o café, operam-se modificações estruturais nas principais províncias do Centro Sul do país, especialmente em São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. A lavoura cafeeira constitui uma solução para a decadência das antigas lavouras de cana de açúcar ou à mineração que sustentavam a economia colonial¹.

A transformação econômica gerada pelo café afeta a sociedade, criando novos interesses, frequentemente diversos dos tradicionais. As contradições e conflitos gerados pelas modificações que se processam na estrutura econômica e o desequilíbrio crescente entre esse poder e o político põem em risco as soluções tradicionais.

Na província mineira, com o crescimento da cultura cafeeira, confirma-se o quadro, conforme opinião de Afonso Arinos:

*"A zona agrícola, fundada no café, tentava arrebatá-lo o poder político das mãos dos representantes da velha zona decadente da mineração (...). Ora, a Mata e Sul eram precisamente as zonas agrícolas novas, cuja expansão econômica estava exigindo poder político"*².

¹CANABRAVA, Alice Piffer. A lavoura cafeeira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo, DIFEL, 1972, t. 3, v.2, p. 86.

²FRANCO, Afonso Arinos de Melo. Um estadista da república. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955, v. 1, p. 230.

Uma vez configurado o setor cafeeiro como novo e dinâmico dentro da Província a determinação de seu acesso a posições de poder é a existência, ou não de estruturas já constituídas, que tal setor poderia eventualmente controlar.

A análise da política mineira, que se pretende elaborar no presente estudo, encontra sua proposta, na tentativa de investigar as raízes históricas das novas formas políticas que ocorrem em Minas. Esta proposta coloca-se dentro de um referencial mais abrangente — o estudo da Província no contexto político econômico do Império. E, por outro lado, tentar: privilegiar, sob o enfoque do sistema eleitoral, o crescimento e remanejamento da população eleitoral, em relação íntima e direta com todo o processo das alterações ocorridas no Brasil, na segunda metade do século passado.

É necessário acrescentar que, no desenvolvimento do tema, o estudo de parcela da população escrava e da população eleitoral em conexão com a geral da Província, pode também contribuir para a História Demográfica da região, nos últimos anos do século XIX.

O estudo abrange o período de 1850 a 1889. Os cortes cronológicos foram tomados por três fatos políticos de incontestável representatividade — a abolição do tráfico e centralização política do Segundo Império e a Proclamação da República. Esses fenômenos, realizados no âmbito político, devem necessariamente esclarecer outros níveis da formação sócio-econômica do período.

O marco inicial, 1850, reorganiza o Império, submetendo-o ao Centro-Minas, através das Leis "Regressistas" com a involução econômica distanciada do centro de poder, não apresenta fisionomia distinta das outras províncias.

O segundo marco, 1889, representa a culminância de todo o processo de contradição que se vinha gestando nas últimas déca-

das do Império. A Província, tornando-se região cafeicultora, insere-se no contexto das reivindicações e lutas contra o poder centralizado.

2 - Justificativa

Na escolha de um tema do século XIX, leva-se em consideração a quase inexistência de estudos regionais, sobretudo sob o enfoque político. Essa ausência no plano provincial é sentido também no nacional, com algumas exceções. Os projetos universitários de estudos empolgam-se por temas sugeridos pelas agitações da década de 20 e as emergências e reajustes que se seguem, perdendo-se de vista as etapas anteriores. No entanto é de primordial importância o estudo dessa época. Sobre o assunto observa Amaral Lapa:

*"(..) na verdade a transição e as mudanças, bem como as contradições que ocorrem no século XIX — essa espécie de Idade Média brasileira — são postergadas nas opções temáticas da maioria dos trabalhos elaborados pela comunidade de cientistas sociais. Concedem-se apenas alguns parágrafos ou páginas para resumo ... Eventos ou movimentos que recebam um tratamento analítico e que datam de antes de 1930 já vão tendo quase um sabor arqueológico para a sensibilidade de muitos que vasculham a idade contemporânea brasileira"*³.

³ LAPA, José Roberto do Amaral. A história em questão - historiografia brasileira contemporânea. Petrópolis, Vozes, 1976, p. 129.

A pertinência dessa observação reforçou o interesse por um estudo do século XIX e, em particular, da Província de Minas Gerais.

Mostra-se a projeção do patriciado do café, nos quadros políticos da Monarquia, entretanto nunca se estudou o problema de forma sistemática, principalmente a nível estatístico ou quantitativo.

Minas é área ainda insuficientemente estudada, não tendo historiografia correspondente à sua importância. Faltam análises para iluminar a compreensão científica de sua especificidade regional e o peso de sua presença no cenário brasileiro⁴.

O estudo revela-se importante, na medida em que pretende mostrar, na Província, as modificações subsequentes, relacionadas com o café. É necessário ressaltar as limitações da presente análise, que constitui apenas uma primeira abordagem. Seu objetivo é mais o de levantar problemas e pistas que possam ser retomadas em pesquisas posteriores. Levando-se em conta a pobreza da historiografia mineira, tentativas de análise são válidas, apesar das limitações ressaltadas.

3 - Diretrizes Metodológicas.

A tentativa de explicitar as modificações políticas em Minas Gerais, através do estudo das transformações econômicas

⁴ Além do trabalho pioneiro de Francisco Iglésias. A política econômica do governo provincial mineiro. 1959, vem se desenvolvendo estudos sobre Minas Gerais como teses de livre docência ou doutoramento. RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Formação da estrutura de dominação em Minas Gerais: o novo P.R.M. (1889-1906) 1976. MONTEIRO, Norma de Góes. Imigração e colonização em Minas Gerais (1889-1930), 1973. E dissertações de Mestrado: FARIA, Maria Auxiliadora. A Guarda Nacional em Minas (1831-1873) 1976. GIROLLETTI, Domingos A. In-

e do remanejamento da população eleitoral, conduziu à necessidade de analisar o processo político do momento, situando-o dentro das formulações teóricas sobre o Império. Realmente, não tem sentido investigar, na estrutura econômica política da época, as condições de uma região isolada: a atitude legítima é investigar como e em que circunstâncias dadas da conjuntura política nacional esta repercute no aspecto regional.

Entendendo-se que a consolidação da República foi obtida através do consenso entre as várias frações da elite dominante, sob a hegemonia do grupo cafeeiro, é de se admitir que, em fins do Império, já se formara o embrião desse domínio.

O sistema político da Monarquia firma-se através da centralização das instituições políticas que lhe garantem a estabilidade. A identificação entre poder político e econômico e ausência fundamental de conflitos entre os donos do poder favorecem a sobrevivência desse regime que domina a segunda metade do século XIX brasileiro.

A estrutura da organização paramilitar, judiciária e administrativa criada no Período Regencial manteve-se por pouco tempo. O desenrolar das crises do fim da Regência se acompanhou do progresso de opiniões solicitando o restabelecimento da autoridade monárquica; ao mesmo tempo, expandia-se a tendência favorável a que se reformulasse o aparelho judiciário de forma a enfrentar as agitações. O reforçamento do Executivo exigia, no mesmo contexto, o prévio cerceamento das atribuições das Assembleias Legislativas Provinciais. Na disputa doutrinária desse

dustrialização e urbanização de Juiz de Fora (1850-1930) 1977. LIMA, João Heraldo de. Café e indústria em Minas Gerais (1870-1920) 1977. SILVA, Vera Alice Cardoso. A política regionalista e o atraso da industrialização em Minas Gerais. 1977.

período, os teóricos conservadores discutem a falência da organização política e administrativa localista da Regência, insistindo no argumento da incompatibilidade desse esquema, com a preservação da ordem civil, esta se fundaria antes na interferência do Estado que naquela autonomia tendente a favorecer a justiça e polícia, facciosas do senhor local. A interpretação do Ato Adicional em 1840 e a Reforma do Código do Processo Criminal em 1841 consagram os ideais conservadores; também a interferência na organização paramilitar da Guarda Nacional, como instrumento de coação partidária, é seriamente abalada, ao serem proibidas por lei reuniões em período eleitoral. "O dilema: justiça e polícia do juiz de paz — autoridade eletiva, da confiança da localidade, ou justiça e polícia do delegado — funcionário livremente nomeado e demitido pelo poder central, será superado na década de 1870 pela reforma judiciária"⁵. As funções judiciais do delegado lhe são retiradas e acrescentadas às do juiz de direito vitalício pela Constituição e com certa dependência ante o governo. Assim, pode-se supor que o centralismo corresponderia, a grosso modo, a uma certa simplificação administrativa, referida a um sistema marcado pela hegemonia das antigas lavouras tradicionais, enquanto a uma diferenciação básica, com a progressiva proeminência econômica e política do café, corresponderia uma flexibilidade maior no plano administrativo e político, que se traduziria na ligeira guinada descentralizadora.

A reforma judiciária de 1870 e a lei eleitoral de 1876, esta apenas paliativa das eleições diretas prescritas em 1881, se implantam num contexto em que já assume destaque prenunciando sua futura supremacia, o setor cafeeiro. Neste marco cristaliza-se a emergência do setor cafeeiro cujas raízes se iniciam na década de 1860; pode-se destacar a presença do liberalismo, na

⁵ FAORO, Raymondo. Os donos do poder. 2a. ed. São Paulo, Globo, 1975, v.1, p. 353.

esfera judiciária e eleitoral, conforme se ressaltou acima. A esses elementos corresponde, no plano ideológico, a crítica ao centralismo e conseqüente defesa do federalismo.

Em relação ao liberalismo, cumpre apontar as diferenças entre as duas configurações liberais que se manifestam no Império. Pode-se considerar a primeira como essencialmente referida ao ciclo liberal (1826-34), desencadeada em torno do processo de implantação do parlamentarismo. Numa época em que se visava a ampliar as bases do sistema representativo, a centralização extemporânea estimulava a posição de defesa de um ideário que prescrevia o reforçamento do poder central, incluindo também a reprovação ao tráfico de escravos. Essa posição proveio, em termos regionais, principalmente de São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, áreas pouco dependentes do comércio externo, caracterizando-se por economias pouco desenvolvidas ou decadentes — assim, sem maiores interesses representados no governo do Centro, pouco se preocupam com a defesa da ordem a nível nacional. Segundo José Murilo de Carvalho, "a oposição paulista se baseava mais numa tradição de domínio local por donos de terra, de vez que por esta época não havia na Província qualquer pólo econômico de importância. A oposição mineira provinha tanto da grande propriedade rural como da tradição liberal dos velhos núcleos urbanos gerados pela economia mineradora"⁶. Até o desenvolvimento maior da produção cafeeira, a corrente ideológica dominante na região foi o liberalismo, expressada pela figura de Teófilo Ottoni. O texto seguinte situa bem o conteúdo das formulações da época.

"A lei de interpretação antes da anulação do acto adicional era a precursora da lei inconstitucional do conselho de

⁶CARVALHO, José Murilo de. A composição social dos partidos políticos imperiais. Cadernos DCP. Belo Horizonte, U.F.M. G., Departamento de Ciência Política, 2: dez. 1974. p. 24.

estado e das mais armadilhas legislativas que confiscarão as liberdades públicas em proveito da oligarchia.

(..) oligarchia tenebrosa que apoiada no poder e dinheiro dos traficantes da Costa d'África, que a cujas empresas se associara, começava, segundo a frase de um aproveitado neophito, a plantar na côrte o seu futuro"⁷.

Já a segunda configuração ideológica liberal situa-se num processo em que se inscreve o liberalismo ao nível administrativo e econômico, expressando-se na reforma do sistema judiciário e paramilitar, na política econômica. A constatação de que ela se apresenta como configuração de toda uma integração ideológica remete-nos a Tavares Bastos:

"A centralização é essa fonte de corrupção que envenena as mais elevadas regiões do Estado. Supponhamos que o eleitorado melhor constituído e o voto menos sophismado pelo processo eleitoral. Mas se deixais concentrada a policia, o juiz dependente do governo, a guarda nacional militarizada toda a administração hierarchicamente montada, o governo das provincias presos por mil liames ao governo supremo, as dependências de interesses formados a sua sombra — que é que tereis mudado na essência das cou-

⁷ OTTONI, Teófilo B. Circular dedicada aos Senhores Eleitores pela Província de Minas Geraes e especialmente dirigida aos Senhores Eleitores de deputados pelo 29 Distrito Eleitoral da mesma provincia para a proxima legislatura pelo ex deputado. 1860. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1916, p. 190-1.

*...sas? que é que tereis resolvido no coração da sociedade, si lhe conservastes a final o mesmo mecanismo?"*⁸

Sua linha de pensamento inscreve-se num complexo doutrinar^o coerente, onde as críticas atingem a todos os setores da política imperial.

Desenvolvendo-se o café em Minas e São Paulo, e o charque no Rio Grande do Sul, estas províncias passam a defender uma posição mais radical em relação ao poder Central. Permanece a resistência à centralização, defendida agora pelo republicanismo, cujos centros mais importantes localizaram-se nestas regiões. Aliando-se a ele, vem a necessidade de fortalecimento do poder das províncias para defender os interesses econômicos dos grupos emergentes ou daqueles mais antigos que se revigoravam.

Modificações peculiares operam-se em Minas Gerais. A primeira configuração liberal destaca-se na Província durante a fase de decadência econômica ou quando ainda a liderança política emana dos antigos núcleos de mineração. Expandindo-se a cafeicultura, passa a predominar a segunda configuração do liberalismo⁹.

Ao se considerar o liberalismo como ideologia característica de duas épocas do Império, é necessário apreender, em cada passo, aquilo que transcende o seu valor doutrinário intrínseco e entendê-lo no contexto do processo político-econômico e social, conforme a colocação de Harold Laski: "*em resumo a idéia do liberalismo está historicamente vinculada de um modo inevitá-*

⁸ BASTOS, Tavares. A província - estudo sobre a descentralização no Brasil. Sao Paulo. Nacional, 1937, p. 37-40.

⁹ CARVALHO, José Murilo de. op. cit. p. 25.

*vel à posse da propriedade. Os fins que ele serve são sempre os fins daqueles homens que estão nesta posição. Sendo seus objetivos traçados por eles, a margem entre as afirmações e realizações práticas foi sempre ampla"*¹⁰.

O liberalismo, no Império, vincula-se a uma disputa, no plano político, entre os mesmos detentores do poder sócio-econômico, referente ao modo de organizar-se a sociedade — nunca à discussão dos próprios fundamentos dela. Não é o entrelaço entre os campos liberal e reacionário. Diversamente, é na necessidade da manutenção da monarquia centralizada, para conservação da sociedade escravista como um todo, que a posição liberal localista é vencida.

Dentro das indagações sobre a sistemática e dinâmica da organização imperial, impõe-se o problema do significado da Monarquia. Para essa indagação, considera-se que o processo de progressiva preeminência do setor cafeeiro numa etapa mais avançada, impele a um novo passo, agora decisivo no sentido da descentralização; esse passo, inclui a propaganda republicana, privilegiando a Federação, em que se incluem manifestações das províncias economicamente mais dinâmicas em beneficiar-se orçamentariamente dos seus próprios recursos. Ou também, pela diversidade regional, não comportando administração homogênea, emanada de centros distantes, onde se desconheciam problemas regionais¹¹. Efetivamente, a federação suprime a centralização: os presidentes de província deixariam de ser meros delegados do Centro, passando a representar os interesses políticos de cada uma delas. A Federação dispensa o Poder Moderador (fulcro da Monarquia) como árbitro extrapartidário na disputa entre os dois grandes partidos nacionais. Compreendida a Monarquia em confronto

¹⁰ LASKI, Harold. O liberalismo europeu. São Paulo, Mestre Jou, 1973. p. 13

¹¹ COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977. p. 310.

com a República Federativa, pode-se considerar que o sistema monárquico abrange um período que engloba duas situações distintas, relativas ao momento econômico e político:

- uma em que as lavouras tradicionais são hegemônicas;
- outra em que aumenta a importância do café.

Conforme se observou anteriormente, a hegemonia das lavouras tradicionais corresponde a centralização, e ao crescimento do setor cafeeiro corresponde a descentralização. Convém lembrar, entretanto, que o sistema bipartidário não constitui a expressão da dualidade acima referida.

Os partidos aparentemente se constroem em torno de bandeiras ideológicas que lhes permitem denominar-se Liberais e Conservadores. É no terreno da crítica ao liberalismo que a cisão se manifesta: os liberais pela defesa da descentralização em benefício de grupos locais ou provinciais. Os Conservadores, identificando-se com a defesa do status-quo centralizador e escravista, com maiores interesses na estabilidade do sistema. Para os liberais e conservadores, as definições doutrinárias não são a razão relevante de sua persistência e atuação.

A organização política imperial pode ser construída com referência à sociedade agrária escravista — com efeito, não é fácil compreender a centralização, pelo menos parcialmente, senão em função do regime servil. Essa organização não deixa, então, de ser uma vitória da sociedade agrária escravista. Resolvendo as disputas entre autonomia e ordem centralizadora, em favor da segunda, o centralismo serve basicamente à sociedade agrária. A Centralização, ao salvar a unidade do país, resguarda principalmente a sua estrutura econômica — a grande propriedade e a escravidão ¹².

¹² LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. São Paulo, Alfa-Omega, 1975, p. 79-80.

4 - Objetivos

Conforme se constatou, observa-se no Segundo Reinado a existência de duas fases distintas:

- uma, a fase estabilizadora;
- outra, a de desestabilização do regime, relacionada com os grupos emergentes e a nova organização econômica.

A partir dessa constatação é que se pretende perceber até que ponto as transformações político-econômicas levam a modificações na população eleitoral.

Na tentativa de perceber essas modificações, propõe-se o estudo em dois níveis:

- num primeiro, pela configuração político econômica do Império e suas repercussões na Província;
- num segundo, pela observação das leis eleitorais e de estagnação política do regime, de como se transforma e se modifica a população eleitoral em Minas Gerais.

5 - Revisão Bibliográfica

Para o pesquisador, o debate instalado em torno das análises e perspectivas fornece, muitas vezes, linhas que orientam seu trabalho. Assim, coloca-se a necessidade constante de rever as interpretações dos autores, procurando respostas ou suscitando dúvidas nos problemas colocados pela produção historiográfica. Na análise bibliográfica que se procura fazer, busca-se a sistematização das diversas linhas de abordagem referentes ao momento histórico. Esta sistematização será feita na perspec

tiva de acompanhar, na historiografia do período, as posições relativas ao tema situando o estado atual das *questões*. A crítica bibliográfica se inscreve como necessidade real para qualquer trabalho, no campo das Ciências Humanas. Não se pretende, por outro lado, um arrolamento exaustivo de autores; tal postura corre o risco de resvalar para a erudição estéril.

No estudo do Império, a preocupação maior tem sido o estabelecimento de grandes linhas de interpretação que permitam a compreensão do período como um todo, das coordenadas principais do processo, enfim, a construção de um esquema explicativo, gerando impasses que só podem ser resolvidos pelo estudo monográfico. Apresenta-se, então, a primeira dificuldade — a inexistência de trabalhos específicos sobre o tema, no período estudado; mas como se explicitou anteriormente, ao se inserir a Província no quadro mais amplo do Império, buscar-se-á nas obras gerais as abordagens que mais de perto digam respeito ao estudo. O problema maior que se instala é a compreensão da centralização e descentralização política do Império, e, neste contexto, os fatores e atores responsáveis por eles; logicamente, nesse debate, ao se situarem as instituições reguladoras do sistema político, coloca-se o problema eleitoral.

Em torno destas questões, na consulta às obras gerais sobre o assunto, foi possível situar um primeiro grupo de autores, agentes do processo histórico, que escreveram sobre os acontecimentos muitas vezes para justificar a própria conduta, intelectuais, que foram, integrantes do sistema imperial. Na obra desses autores, as críticas e posições divergentes que surgem no processo são muitas vezes resultado de simples tomada de posição partidária ou alinhamentos que definem interesses. A discussão se inscreve apenas a nível político, nas críticas ou defesas das peças básicas da ordem constituída. Compreendendo o Império como isento de contradições, dirigem seus ataques ao aparelho de Estado. Entre os maiores oposicionistas da Centralização, destacam-se Teófilo Ottoni e Tavares Bastos.

Otoni, dá ênfase aos ataques à oligarquia conservadora, seu domínio sobre a política e à intervenção do Imperador no sistema partidário:

"Rehabilitado por uma lei inconstitucional a do Conselho de Estado, o poder moderador resurgiu com pretensões que ninguém se atreveu a emprestar-lhe no primeiro reinado, quando era um poder constitucional sophismando a constituição pretende-se hoje que não há responsabilidade para os actos do poder moderador, filho do direito divino, não no exercício de suas funções outra sanção senão o foro íntimo a quem é delegado. Questão tão importante que vejo nella seriamente comprometido o systema constitucional" ¹³.

Tavares Bastos, em crítica mais abrangente, esposando a doutrina liberal, investe contra a centralização, criticando o sistema judicial, o Conselho de Estado, o Poder Moderador e as eleições indiretas. Defendendo tenazmente o federalismo, escreve:

"(..)Vemos os espiritos afflictos em busca de um ponto de apoio no espaço; quanto a nós, não há outro; é a autonomia da Província(...) Descentralisai o governo aproximai a forma provincial da forma federativa, a si proprias entregai as províncias; confiai a nação o que é seu, reanimai o enfermo que a centralização fizera cada ver; distribuí a vida por toda parte; só então a liberdade será salva" ¹⁴.

¹³ OTTONI, Teófilo B. op. cit. p. 87.

¹⁴ BASTOS, Tavares. op. cit. p. 37-40.

O debate teórico não é, porém, privilégio dos liberais. Duas vozes lúcidas estruturam a argumentação contrária. O Marquês de São Vicente (José Antonio Pimenta Bueno) e o Visconde do Uruguai (Paulino José Soares de Sousa). São Vicente, na formulação do conteúdo do poder, o atribui à nação, distinguindo-o do Poder Executivo. Compete-lhe a inspeção da nação, mantendo seu equilíbrio. As relações entre o Poder Moderador e o Poder Executivo, ambos confiados ao imperador definem a supremacia do primeiro. Definindo a supremacia do Poder Moderador, São Vicente ataca o ponto fundamental das divergências doutrinárias: nomear ou demitir livremente os ministros, desde que estes o solicitem ou que o Poder Moderador julgue conveniente. E, continuando sua argumentação, afirma: "O Poder Executivo é separado e distinto do Poder Moderador. Os ministros de Estado não são agentes, nem intervêm no exercício deste último poder, pelo menos essa é a presunção, ou crença constitucional: assinando tais atos seu nome não aparece senão para autenticar o reconhecimento e a veracidade da firma imperial, não são pois responsáveis por eles"¹⁵.

Continuando a linha anterior de defesa da centralização imperial, o Visconde do Uruguai afirma que o Imperador, com o poder que lhe atribui a Coroa, deve ser o árbitro político, desapaixonado, sem ambições, sobranceiro às divergências partidárias. "Pode embaraçar o movimento, não o poder, por si só, empreender e levar a efeito; o mais que pode efetuar é a conservação do que está por algum tempo. E poder, não de movimento, mas essencialmente conservador"¹⁶.

¹⁵ BUENO, J.A. Pimenta. Direito Público Brasileiro a análise da Constituição do Império. Rio de Janeiro, Imperial e Const. de J. Villeneuve, 1857, p. 212.

¹⁶ URUGUAI, Visconde do. Ensaio sobre o direito administrativo. Rio de Janeiro, T. Nacional, 1862, t.2, p. 48.

Dentro da mesma perspectiva de análise apenas política, inscrevem-se trabalhos em que os autores apresentam a História como ação individual de personagens de destaque. Os métodos e técnicas, assim como o ofício do historiador, são definidos em termos de boa fé. Mas nessa pretensa História neutra, acabam por denunciar sua posição. A historiografia, nas primeiras décadas do século XX, não pode ser dissociada das conclusões e problemas enfrentados pela República. Ao explicitarem sua crítica a ela, os historiadores exaltam no Império os elementos da ordem constituída.

Emília Viotti da Costa chama a atenção para diversos representantes dessa tendência, a quem Stanley Stein chamou de "historiadores da escola conservadora ou pró-Império"¹⁷. Nessa vertente encontra-se Oliveira Lima, cuja defesa da centralização é disfarçada em elogios a D. Pedro II: "O governo imperial entrou a receber advertências, para que seus funcionários fossem responsabilizados pela Câmara (...) o prestígio pessoal do soberano foi elemento para preservar a ordem do executivo"¹⁸.

A ordem tradicional, que detém o poder nos primeiros anos da República, é reavaliada a partir de 1930. Uma parte da sociedade adquiria consciência de que existia uma questão social a resolver. É possível identificar, no exame da historiografia, um segundo grupo de autores, que em seus trabalhos buscam elementos explicativos mais profundos do que as análises ao nível do pessoal e do narrativo, para o entendimento das fases do Segundo Reinado. Neste contexto, salienta-se a obra de Caio Prado Júnior, que lançaria as bases de uma nova interpretação do processo histórico. Abandonando a visão tradicional, assinala, no pre

¹⁷ COSTA, Emília Viotti da. op. cit. p. 250

¹⁸ LIMA, Oliveira. O movimento da independência - o império brasileiro. (1821/89) São Paulo, Melhoramentos, 1962, p. 380.

fácio de seu livro pioneiro, que buscava escrever "uma história que não fosse a glorificação das classes dirigentes"¹⁹. Em sua maneira de compreender a descentralização do Império, observa:

"A evolução política progressista do Império corresponde no terreno econômico, à integração sucessiva do país numa forma produtiva superior: a forma capitalista.

(...)o espírito conservador-retrógrado que representava os interesses ligados à reação antiprogressista, tinha-se encastelado numa série de instituições políticas, como o senado Vitalício e o Conselho de Estado, onde pela natural imobilidade delas, freava a cada passo a marcha do país. A luta contra estas instituições constitui a evolução democrático liberal do Império(..)"²⁰

Embora divergindo na aplicação do método, Nelson Werneck Sodré tenta explicar os fatos políticos à luz das transformações ocorridas na infra-estrutura; não conseguiu entretanto escapar dos fechamentos proporcionados pelas transposições de análises correspondentes a outras realidades, assim como à rígida aplicação das noções de "etapas" e seus desdobramentos teóricos. Então, as contradições existentes no fim do Império, em torno da descentralização, teriam como conteúdo mais profundo o choque entre o sistema produtivo feudal e as novas formas anunciadas do sistema capitalista de produção²¹. A partir das déca

¹⁹ PRADO JUNIOR, Caio. Evolução política do Brasil e outros estudos. 4a. ed. São Paulo, Brasiliense, 1963.

²⁰ Idem, p. 91.

²¹ O núcleo aqui assinalado, permeia quase toda a obra do autor como; Panorama do Segundo Reinado. São Paulo, Nacional, 1939.

das 1950 e 60, surgem produções expressivas em várias frentes de trabalho. As obras, possuindo traços teóricos e temáticas diferentes, continuam a estudar os fenômenos históricos dentro do contexto sócio-econômico. Essa produção as dimensiona em debates e diálogos não só entre historiadores, mas também entre estes e os sociólogos, economistas, antropólogos e cientistas políticos.

Victor Nunes Leal produz trabalho por muito tempo modelar para os estudos da vida rural no Brasil, descobrindo estilos de organização e dominação social que se diferenciavam do urbano. Embora reconhecendo o "coronelismo" como elemento cuja tipificidade é mais característica da República, observa que já no Império "fossem usuais relações de compromisso semelhantes às que posteriormente iriam compor o quadro típico do coronelismo" ²².

Maria Isaura Pereira de Queiroz, define a descentralização política, ligada aos interesses do café dos fazendeiros do Oeste paulista: "foi a tristeza de ver escoar-se para a Corte, os impostos e dinheiro que, empregados na província, a faria progredir mais depressa, que os levantou contra o que chamavam de centralização excessiva do Império" ²³.

Pertencendo ao mesmo grupo de autores que procuram ver além dos fenômenos políticos de superfície, destaca-se Raymundo Faoro. Contrapõe sua linha weberiana de análise à do marxismo ortodoxo. A interpretação, norteadada por uma tipologia patrimonialista, procura distinguir como os estamentos burocráticos se articulam com vistas a uma participação política.

²²LEAL, Victor Nunes. op. cit. p. 258

²³QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios. 2a. ed. São Paulo, Alfa Omega, 1976. p. 57.

"O Estado volta às suas origens e fundamentos patrimonialistas(...)Ele se reequipa para as funções de condutor da economia, com o quadro de atribuições concentradas no estamento burocrático armado em torno do Senado, dos partidos, do Conselho de Estado e da política centralizadora. Dinheiro e política voltam a se dar mãos, subjugando a classe proprietária, que, para defender sua posição, há de apelar para os intermediários urbanos, emaranhados no ninho governamental" ²⁴.

Em relação às indagações iniciais pertinentes ao tema, resta apontar uma última produção. Paula Beiguelman estabelece conexões entre a organização política do Império e o plano econômico: "num momento, 1840-60 há relação de equilíbrio entre o café e açúcar; num seguinte o setor exportador cafeeiro torna-se responsável pelo crescimento econômico. Esse progressivo crescimento do setor cafeeiro conduz primeiro a uma relativa descentralização e por fim à Federação que destrói a Monarquia" ²⁵.

Num plano mais geral, pode-se dizer que o problema central da historiografia sobre o Império coloca-se na insistência em análises pouco documentadas ²⁶. Pertinente, mostra-se a obser

²⁴FAORO, Raymundo. op. cit. p. 329.

²⁵BEIGUELMAN. Pequenos estudos de ciência política. São Paulo. Livraria Pioneira Editora, 1973. p. 83-99

²⁶"O esquecimento da necessidade essencial do conhecimento histórico, dentro de uma perspectiva metodológica definida, acaba por obstacularizar inclusive a própria compreensão do momento vivido." CUNHA, Maria Clementina Pereira. Liberalismo e oligarquias na República Velha: o País e a Campanha do Marechal Hermes da Fonseca (1909-1910). São Paulo 1976. (Dissertação de Mestrado) mimeo. p. 4.

vação de Cecilia Westphallen sobre o despreparo dos professores de História do Brasil: suas deficiências técnicas, teóricas e metodológicas refletem-se de modo negativo sobre os futuros pesquisadores e historiadores ²⁷.

Observa-se, no decorrer da crítica bibliográfica, que a maioria das visões explicitadas dizem respeito somente a aspectos parciais do tema em estudo. Assim, procuraram-se, mesmo com as limitações apresentadas, nas linhas gerais e nas divergentes interpretações sobre os momentos definidores da centralização e desestruturação do regime monárquico, instrumentos que permitissem a operacionalidade do tema em estudo. Foi com esta preocupação que se abordou o material utilizado na pesquisa.

6 - Fontes e Técnicas

O caráter abrangente do estudo acarreta inúmeras dificuldades na delimitação de fronteiras entre os diversos aspectos históricos. É impossível ao historiador manter-se com rigor em sua esfera, sem interferências em outros campos; deve interessar-se por diversos âmbitos da realidade, cabendo-lhe o cuidado de não pretender transformar sua área, que é apenas segmento da realidade, em toda a realidade; somente do conjunto de perspectivas é que se construirá a realidade global. Portanto, o estudo das transformações eleitorais em Minas Gerais nos últimos 50 anos do século XIX, constitui tarefa complexa, pela necessidade de descrever o relacionamento dos fatos pertinentes ao tema, em seus diferentes níveis de análise.

²⁷ ANAIS do 1º Seminário de estudos brasileiros. São Paulo. 1972. p. 38.

Devido à precariedade das fontes, a opção encontrada foi a reunião dos diferentes dados de modo a permitir um maior esclarecimento do processo em estudo, conforme é apresentado nas diretrizes metodológicas. Procurou-se abranger diversos fatores ou elementos que pudessem servir de indicadores para a quantificação ou análise. Mesmo com as limitações de diversas ordens, dentre as quais, a mais importante é a falta de dados adequados, três fatores foram considerados: o político, o econômico e a população eleitoral.

Pela estreita vinculação da Província ao governo central a maioria das fontes foi buscada na documentação oficial. Na classificação desses documentos usa-se a nomenclatura criada por Louis Henry²⁸.

Para a análise político-econômica da Província e da população eleitoral foram coletados dados e informações das seguintes fontes:

1 - Dados numéricos antigos:

- relatórios, falas e mensagens dos Presidentes de Província;
- atas de algumas Câmaras Municipais;
- anais da Assembléia Legislativa Geral;
- relatório dos Negócios do Império;

²⁸ a - documentos de base - registros paroquiais, listas nominativas, etc. - que não foram levantadas com vistas à obtenção de estatísticas ou que são imperfeitamente, ou não suficientemente, tiveram este objetivo;

b - dados numéricos antigos, estatísticas mais ou menos elaboradas ou números esparsos em documentos diversos: papéis oficiais, correspondência privada etc.;

c - documentos que, através de informações não numéricas permitem certas análises — na falta de fontes das categorias (a) e (b) citadas".

- relatórios do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas;
- anuários e publicações estatísticas;
- Leis e decretos que regulamentam a administração e política;
- recenseamento da população nos anos de 1872 e 1890.

2 - Outros documentos

- jornais e comentários sobre a época;
- almanaques;
- albuns comemorativos;
- obras e trabalhos da história política e econômica publicados no período e posteriormente.

Pela quase inexistência de fontes não foi possível o levantamento de séries quantitativas homogêneas. A utilização das técnicas de trabalho, foi determinada por outro lado pelos objetivos propostos e pela disponibilidade de documentação adequada, para se alcançar esses objetivos.

O estudo do setor econômico foi realizado com base em dados secundários, especialmente em relação ao setor cafeeiro, e em outros publicados nos relatórios ou "falas" das autoridades da época.

Sendo a proposta referencial do trabalho mostrar as transformações do eleitorado, e, estas se explicitando principalmente através da Zona da Mata, utilizou-se no estudo, os dados dos municípios criados no século XIX em decorrência da economia ca-

feeira: Abre Campo, Ponte Nova, Manhuaçu, Ubã, Pomba, Viçosa, Carangola, Rio Branco, Leopoldina, Além Paraíba, Cataguases, Muriaé, Mar de Espanha, Juiz de Fora, Rio Novo, São João Nepomuceno, Rio Preto.

A carência de fontes anteriores a 1854 restringiu o estudo dos quadros de crescimento dos municípios aos anos de 1854, 1872, 1881 e 1889, anos usados também para a comparação com a população eleitoral. A flexibilidade da lei que permitia às Assembléias Legislativas a criação de municípios não prejudicou a exploração numérica; os municípios eram incorporados ou desmembrados de outros dentro da própria Zona da Mata.

A análise populacional referiu-se apenas aos anos de 1872 e 1889 — sendo a primeira data a do primeiro Censo Oficial do Brasil, e a segunda referente a interpolação de dados para 1889, feito em função do referido Censo e ao de 1890.

Quanto ao setor político, a distinção realizada em relação à população eleitoral, decorreu do objetivo de tentar buscar a maior eficácia na computação dos dados, já que o elemento população eleitoral refere-se ao setor político.

Os quadros e gráficos referentes à população eleitoral foram elaborados com base em dados e interpretações da legislação eleitoral. Utilizou-se os anos de 1854, 1870 e 1881, por constituírem anos de qualificação de votantes e eleitores, e, por se localizarem nos respectivos períodos das leis eleitorais que a regulam.

Os outros quadros e tabelas elaborados funcionam como reforçadores e indicadores dos dados básicos.

- Quanto à tabulação dos dados.

Para facilitar a sua manipulação, foram tabuados em três categorias:

- dados econômicos;
- dados populacionais;
- dados políticos.

Estes dados foram confrontados entre si, para verificabilidade das informações, devido ao grande número de fontes consultadas.

A precisão destas informações se detém em uma larga faixa de probabilidade, ressaltando falácias verificadas até mesmo em documentos oficiais, corrigidas frente a outras fontes.

- Quanto à manipulação

Para efeitos comparativos, diversas formas de tabelas e gráficos foram utilizadas, desde o gráfico de barra, linha e setor, a tabelas de uma e duas entradas. Taxas de crescimento foram observadas a fim de que se verificasse as ocorrências econômicas, políticas e sociais do período. No acompanhamento da evolução da Zona da Mata, frente à Província, à Zona Mineradora e ao Império, tabelas de participação da mesma foram construídas acompanhadas por gráficos.

Ao nível do entendimento, a História não pode limitar-se ao mensurável. A documentação a par dos dados numéricos, forneceu base para informações e reflexões no desenvolvimento do tema em estudo.

1. A Província: organização do poder e economia

1.1. Centralização política e involução econômica da Província

O Brasil independente, nos seus primeiros anos, atravessa um período de perplexidade frente: os problemas de mudança e reajustamentos no panorama econômico e político.

A proeminência das Províncias e Municípios, adquirida pelo Código do Processo de 1832 e pelo Ato Adicional de 1834, afasta o Centro das decisões políticas. Diante do quadro de dispersão e autonomismos locais, o Governo Imperial, incapaz de articular um grupo homogêneo nas províncias, investe contra as leis descentralizadoras. O primeiro passo de contenção das liberdades provinciais será o Ato Adicional de 12 de maio de 1840. Mais que interpretação, é uma verdadeira reforma, pois retiram-se das províncias quase todas as suas conquistas básicas. Sob o pretexto de não haver segura discriminação de competência entre as Câmaras Municipais, Assembléias e Centro, arrebatam-se às províncias o controle da polícia, cargos públicos e amplas esferas da legislação¹. O primeiro golpe contra elas é o de legislar sobre a polícia, retirando-a de sua esfera. Dizia o artigo 1º do referido Ato Adicional: "a palavra polícia compreende a polícia municipal e administrativa somente, e não polícia judiciária. Artigo 2º - a faculdade de criar e suprimir empregos municipais e provinciais concedidas pelo § 7º do artigo 10, somente diz respeito ao número dos mesmos empregos, sem alteração da sua natureza e atribuições quando forem estabelecidos por leis gerais relativas a objetos sobre os quais podem legislar as referidas assembléias. Artigo 3º - o § 11 do mesmo artigo 10; somente com

¹FAORO, R. op. cit. p. 170.

preende aqueles empregos provinciais, cujas funções são relativas a objetos sobre os quais podem legislar as assembleias legislativas da Província, e por maneira nenhuma aqueles que são criados por leis gerais relativas a objetos da competência do poder legislativo geral" ². As províncias perdem a direção e controle também dos cargos burocráticos, meio poderoso de controle político.

Com a lei de interpretação do Ato Adicional, estava estabelecida a premissa para a reforma do Código do Processo Criminal, em 1841. A primeira das modificações refere-se ao Juiz de Paz; suas atribuições judiciárias e policiais são transferidas ao Chefe de Polícia de livre nomeação do Governo Central. A nomeação dos juizes municipais e de órfãos, e dos promotores, feita diretamente pelo Imperador, retira-lhes o caráter de autoridades indicadas pela Câmara.

Medidas complementares aguçam a centralização: o presidente da Câmara Municipal torna-se agente do Centro, com atribuições de nomear funcionários municipais e reintegrar os que a Câmara demitisse. As autoridades não desaparecem, senão que se atrelam ao poder central.

Em 1850, o sistema centralizador estende-se também à Guarda Nacional. Sua oficialidade é designada pelo Executivo Central, que organiza também seu alistamento ³.

O Ministro da Justiça, cuja autoridade até então fora apenas nominal, torna-se chefe e centro da política imperial, levando Tavares Bastos a afirmar: "A lei de 3 de dezembro centralizou o Império nas mãos do ministro da Justiça, generalís-

²BRASIL, Império. Lei nº 105 de 12 de maio de 1840. In: Collecção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1840. p. 203

³Para um estudo específico sobre a Guarda Nacional ver FARIA, Maria Auxiliadora, op. cit.

simo da polícia, dando-lhe por agentes um exército de funcionários hierárquicos, desde o presidente de província e o chefe de polícia até o inspetor de quartelão" ⁴ .

As leis examinadas acima e, em larga medida, também à jurisprudência do Conselho de Estado, principais instrumentos de consolidação do poder central, soma-se o papel desempenhado nesse processo pela mentalidade conservadora do Senado e a situação precária das finanças provinciais.

Consagrado o Ato Adicional, era necessário tornar-se efetiva a independência financeira das províncias. O nosso defeituoso sistema de impostos não mantinha harmonia alguma, nada mais era que enxerto do tempo colonial. A renda baseava-se quase que somente nos impostos de importação e exportação, isto nos mercados do litoral. Alguns impostos nada produziam nas províncias centrais. Viram-se as Assembléias Provinciais, logo que se instalaram, sem meios de resolver o problema das despesas. Tentase contornar a situação, ficando o Governo autorizado a suprir os deficits das províncias cujas rendas não fossem suficientes para as despesas. A Minas coube uma verba inicial de 473.300 contos. Posteriormente, no orçamento de 1842-43, foi deduzida dos suprimentos a despesa com juizes de direito, que passou a ser geral.

Mesmo com o auxílio prestado pelo Governo, o produto dos impostos arrecadados não chegava a fazer face às despesas. Os governos provinciais passam a contar com nova ajuda: a emissão de bilhetes de crédito, mas cuja aplicação deve ser especialmente nos gastos de viação pública. A Província passa a ter então em seus orçamentos, com a subvenção do Governo Imperial, a emissão de bilhetes de créditos e de apólices do "intitulado empréstimo mineiro" ⁵ .

⁴ BASTOS, T. op. cit. p. 166

⁵ MINAS GERAIS. Anais da Câmara dos Deputados do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1904. p. 173-75.

Ao problema das rendas, Tavares Bastos dedica extenso capítulo de sua obra, reivindicando a legitimidade de diversos tributos provinciais, como os de consumo, itinerários e de exportação; também reivindica a transferência de impostos gerais para o fisco provincial. A discriminação em vigor só deixara poucas e modestas fontes de receita para a Província e o tesouro geral, acentuava ele, sob a pressão de incessantes apuros, tem monopolizado toda sorte de imposições, taxas diretas e indiretas, rendas internas e até municipais⁶. Sem rendas suficientes para condução de seus negócios, as províncias apelavam para o Governo, que lhes dava auxílio. Essa talvez significasse outra forma de submissão das províncias; em vez de resolver a situação através de leis, atribuindo-lhes rendas maiores, o Governo adotava política de concessões⁷.

A discussão sobre o papel dos presidentes de província apresenta-se como fundamental para o presente estudo, dada a sua importância no cenário provincial como instrumento de controle regional do Império. A legislação relativa a eles data de 1834, embora ainda não se chegasse a rigorosa configuração: "o presidente de Província é a primeira autoridade. Todos os que nela se acharem lhe serão subordinados, seja qual for sua classe ou atuação"⁸. Como primeira autoridade competia-lhe sancionar ou votar as leis provinciais, entretanto não podiam apresentar projetos de leis — apenas indicar ou sugerir medidas em seus relatórios. Tinham sob sua jurisdição a administração provincial, tarefa difícil, ao se recordarem as limitações causadas pela legislação centralizadora e a não concentração, de mo-

⁶BASTOS, T. op. cit. p. 166

⁷IGLESIAS, F. Política econômica do governo provincial mineiro. Rio de Janeiro, MEC INL, 1958. p. 188.

⁸TORRES, J.C. de O. A formação do federalismo no Brasil. São Paulo, Nacional, 1961. p. 102.

do justo, de sua autoridade. Se o cargo tivesse outra conceituação, conforme assinala Heitor Lira, as províncias poderiam ser realmente administradas. As presidências eram para esses homens uma espécie de aprendizado político, havendo uma verdadeira carreira de presidentes de província, com um corpo de profissionais especializados nesse ramo da administração pública. Percorrendo o país, conheciam bem suas dificuldades⁹.

No setor administrativo, a legislação é mais passível de críticas. O governo provincial tinha, no entanto, elementos de suporte para a administração, auxiliando-a contra a desorganização, como a Secretaria de Governo, Tesouraria Provincial, Diretoria de Obras Públicas, Inspetoria de Instrução Pública¹⁰.

Nomeados pelo Inspetor, os presidentes de província sofriram mais que quaisquer outros órgãos das inconstâncias da política. Daí as administrações curtas, os choques entre a linha partidária dos presidentes e a situação política da Assembléia.

Quando se considera o tempo das presidências, conforme observa Francisco Iglésias, a conclusão que se obtém é sobre seu caráter estritamente político. Particularizando o caso de Minas:

"Durante o regime imperial, teve 222 períodos administrativos; 59 presidentes e 63 vice-presidentes em exercício. Descontando cinco destes, que sem interrupção

⁹ Citado por TORRES, J.C. de O. A democracia coroadada; teoria política do império do Brasil. Petrópolis, Vozes, 1964, p. 335

¹⁰ Uma descrição pormenorizada das atribuições dos diversos órgãos da administração provincial, encontra-se em TORRES, J.C. de O. op. cit. p. 335-36.

passaram a presidentes, ficam 117 períodos durante 65 anos, 8 meses e 16 dias (de 29 de fevereiro de 1824 a 17 de novembro de 1889). Daí resulta para cada administração a média de 6 meses e 22 dias apenas" ¹¹.

Observa-se o descaso pelo aspecto administrativo; impossível levar adiante qualquer empreendimento em tempo tão exíguo.

As autoridades da Corte, ministros e parlamentares vêm as presidências sob o prisma da política e do interesse imediato, subestimando outros aspectos da realidade, prejudicando assim a administração. O discurso do ministro Andrada Machado deixa evidente a situação:

"É preciso ainda deixar claro outro princípio que a casa deve saber; a administração tem por fim conciliar os partidos mas tudo tem seus limites; a conciliação de partidos não é frouxidão. A administração não há de tirar dos lugares os pequenos empregados, mas há de mudar as sumidades das administrações, quando entender que não fazem bem o seu dever, ou quando não lhe merecem confiança. Eu, pois, estou resolvido, e a administração está comigo, uma vez que sua majestade o conceda de mudar os presidentes que julgar não servem bem ao país, mas hei de ser parco nas mudanças, uma vez que veja que os que es-

¹¹ IGLÉSIAS, F. op. cit. p. 41.

tão podem servir; mas é impossível que a administração seja tão cega que queira conservar nas presidências pessoas mandadas ad hoc para certos fins; os chefes dessa ordem são sujeitos a essas mudanças; sabiam-no, não podem queixar-se" ¹².

Para a execução da política do gabinete ministerial, tinham os presidentes que se desdobrar em épocas de eleições; autoridades enviadas pela Corte, sem ligações com a região, empenhavam-se apenas em servi-la, garantindo a vitória eleitoral de seus candidatos.

A resistência, na Província, contra as leis centralizadoras, partirá das regiões desligadas do mercado externo, como São Paulo e Minas Gerais — aqui, a figura mais combativa é Teófilo Ottoni. As duas correntes liberais, de São Paulo e Minas, se ligam na Revolução de 1842, mas apenas no combate à centralização ¹³.

O período compreendido entre 1850 e 1868, constitui o núcleo principal do Império, quando se realizam as potencialidades do sistema. Após a experiência conciliadora do Gabinete Paraná, liberais e conservadores se revezam no poder. A despeito das diferenças que os dividem em grupos antagônicos, mantêm concordância de pontos de vista a respeito de questões fundamentais, como a manutenção da economia agrária escravista. Para a

¹² JAVARI, B. de. Organizações e programas ministeriais. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1962. p. 82.

¹³ CARVALHO, J.M. de. op. cit. p. 24.

manutenção dessa estabilidade, foi primordial o crescente desenvolvimento da economia cafeeira. Depois, ao mesmo tempo que conferiu estabilidade ao regime, assegurando a sobrevivência da economia agrária exportadora, ao estimular transformações sociais, gerou cisões entre as elites.

Minas Gerais atravessa um período de involução econômica nas primeiras décadas do século XIX; com a decadência da mineração, começa a se modificar a paisagem regional; posteriormente, a cultura cafeeira, em escala considerável, será o principal motor de transformações significativas em sua fisionomia econômica e política.

No enfoque das transformações econômicas, é necessário distinguir, inicialmente, do Setor de Mercado Externo, que compreende a extração de ouro, o outro, de Subsistência, que se forma ao lado do primeiro, como atividade complementar, cujo fim é manter em funcionamento a economia de exportação. A formação desse Setor em nada difere daqueles formados em outras áreas, como, por exemplo, na atividade açucareira. O que chama atenção para o fato, conforme assinala Paul Singer, é a maneira de se apresentar a economia mineira — quase uma só produção de ouro e metais preciosos; as atividades agrícolas são datadas e formadas apenas após a crise mineradora e como substitutivas dessa. Entretanto, o Setor de Subsistência tem grande importância, conjuntamente com a extração aurífera, pelo número de pessoas nele empregado. Segundo cálculos do autor, feitos sobre dados da população total e ativa e a produção de ouro per capita, conclui: "cerca de quatro quintos da população ativa deveria estar ocupada em atividades como de artesões, comerciantes e tropeiros, etc., mas principalmente no Setor de Subsistência"¹⁴.

Na compreensão dos movimentos populacionais, a subordinação internacional, fundada essencialmente na economia de ex-

¹⁴ SINGER, Paul. Desenvolvimento econômico e evolução urbana. São Paulo, Nacional, 1974. p. 24.

portação, é elemento explicador fundamental para os desequilíbrios regionais ¹⁵. A concentração de uma produção exportável na região mineradora traz, em conseqüência, o seu desenvolvimento, em detrimento do resto da Província. O processo minerador leva a uma forte concentração demográfica, no período de pico da exploração, para logo produzir uma forte desocupação, quando a exploração já não é mais rentável. Esse crescimento irá ultrapassar a absorção da mão-de-obra, gerando o movimento migratório; a região mineradora funciona então como zona expulsora.

As tentativas de se formar um setor de Mercado Interno com a expansão de atividades artesanais na área de metalurgia e siderurgia são barradas por fatores conjunturais ¹⁶. Limitadas as possibilidades de expansão desse mercado, novas áreas serão ocupadas pela pecuária e agricultura. Essas mudanças para produções de tipo rural, em decorrência da crise do ouro, se apresentam historicamente como condicionantes para a redistribuição populacional em Minas.

A região de população mais densa é relativamente diminuída, correspondendo aos locais de exploração aurífera. Daí saem duas correntes, tendendo à dispersão centrífuga, uma acompanhando o vale do Rio São Francisco e os vales de seus grandes afluentes — o do Paraopeba e do Rio das Velhas.

¹⁵ MARMORA, Lélío. El estudio historico estructural de los movimientos poblacionales en América Latina (su aplicación al caso argentino) In: CASTELLS, M. Imperialismo en América Latina, Barcelona, Gustavo Gill, s.d. p. 55.

¹⁶ Para um estudo sobre as condições que impediram o desenvolvimento da siderurgia e metalurgia em Minas Gerais ver CASTRO, Antonio Barros de. 7 ensaios sobre a economia brasileira. São Paulo, Forense, 1971. p. 27.

A busca de novos vínculos com a economia de mercado justifica o outro movimento: retorno aos velhos caminhos que levam a São Paulo e sobretudo ao Rio de Janeiro. A primeira corrente ingressa numa vida de retrocesso econômico; a segunda se fixará nas proximidades do Rio de Janeiro; o abastecimento desse mercado constitui a principal atividade desses núcleos de população rural aí formados.

Basicamente com a decadência da mineração, a Província torna-se região agrícola. Inicialmente, na pauta de exportações de 1842-43, o item mais importante é representado por animais de transportes. É que a cafeicultura, antes mesmo de atingir território mineiro, já proporciona mercado aos produtos da pecuária. Aos animais de transporte, seguem-se outros, como: gado vacum e suínos, como também seus derivados, queijos e toucinho. Depois os da lavoura: fumo, algodão, açúcar e, por último, café. Mas a progressão da lavoura colocará em segundo plano a pecuária. Entre as produções de maior significado econômico, sobressai o algodão, incentivado pelo Governo Imperial, em consequência da guerra nos Estados Unidos, que desequilibrou o mercado algodoeiro mundial. Os outros produtos destinam-se ao consumo. Aos obstáculos naturais que limitam o seu desenvolvimento, somam-se a falta de rede de transportes e comunicações, o sistema de distribuição de terras e falta de mão-de-obra qualificada¹⁷.

A lei de terras de 1850 tentou colocar fim à especulação, mas só foi regulamentada em 1845, fixando-se que as sesmarias ou outras concessões do governo Imperial ou Provincial seriam revalidadas, desde que houvesse um princípio de cultura.

¹⁷ IGLESIAS, Francisco. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. História geral da civilização brasileira. São Paulo, DIFEL, 1972. t. 2, v.2. p. 393.

"Entretanto, o artigo 6º dizia que não se tomariam, como princípio de cultura para legitimação da posse, as simples roçadas derrubadas ou queimadas de mata ou campo, levantamento de ranchos ou atos de semelhante natureza e o artigo 8º determinava que os posseiros que deixassem de proceder às medições nos prazos marcados pelo governo se considerariam caídos em comisso e perderam, por isso seu direito" ¹⁸. Nessa regulamentação, é de crer que poucas pessoas poderiam requerer ou efetivar sua posse, excluindo assim as culturas de menor realce e pessoas de menor posse de acesso à terra. Sobre o problema de terras, é necessário atentar-se que, aqui em Minas Gerais, já nas primeiras décadas do século, "para uma superfície de 18000 léguas quadradas, 4257 são constituídas por sesmarias e 8000 por loteamentos arbitrários" ¹⁹. São constantes as reclamações das Câmaras municipais sobre as dificuldades encontradas pela agricultura. Em resposta a uma circular do presidente da Província, José Maria de Sá e Benevides, sobre as condições econômicas dos municípios, declara a Câmara de Ubá:

"todo este município é conhecido como de boas ou melhores terras para o cultivo dos cereais, café, cana e algodão, sendo de pequena escala cultivados estes generos pelos proprietários e muito maiores vantagens podiam dar-se para o município se fosse menos penosa a condução de generos para a Estrada de Juiz de Fora ou do Chiador, e 9 para o Rio Novo. Este município em geral é salubre e ubérrimo, e, em qualquer parte dele pode-se collo-

¹⁸ COSTA, Emília Viotti da. Da senzala à colônia. São Paulo, DIFEL, 1966, p. 72.

¹⁹ IGLESIAS, Francisco. Política econômica do governo provincial mineiro. Rio de Janeiro, MEC INL, 1958. p. 62.

*car com vantagens os imigrantes que para aqui se disponhão a residir, sendo especial a cultura de café e cana a quem da Serra de Santa Ritta e do algodão além da mesma Serra. O transporte de imigrantes para este município não deve ser assaz dispendioso porquanto do Juiz de Fora ao Rio Novo já existe boa estrada de rodagem na extensão de 9 legoas e d'esse lugar a esta cidade decorrem outras 9 legoas, havendo em torno esse decurso abundância e barateza de viveres. É o quanto esta camara pode e tem a honra de informar a V.Exa. cumprindo assim o que na referida portaria lhe foi ordenado"*²⁰.

O problema da deficiência de população para a Província, de território tão extenso, é reconhecido pelas autoridades. A herança do século anterior revela-se na preocupação pela estatística, quando a imposição da máquina administrativa portuguesa, em virtude do ouro, fiscaliza minuciosamente as condições locais.

Refere-se a 1776 o primeiro cálculo populacional sobre a Capitania, firmado em arrolamento mais ou menos regular, nele se discriminando a população por sexo, cor, condição livre e servil. Outros foram feitos para os anos de 1847, 1852 e 1854; entretando, a diversidade dos dados apresentados evidencia o pouco valor dessas estimativas²¹.

²⁰ MINAS Geraes. Presidencia da Província. Offícios e mais papéis dirigidos as Camaras Municipais. Ouro Preto, Bom Sendo, 1869, p. 570

²¹ VEIGA, José Pedro Xavier da. Ephemerides mineiras. Ouro Preto, Imprensa Official, 1897. p. 190.

Em 1872, realiza-se o primeiro recenseamento geral do país. A Assembléia Legislativa Geral, reconhecendo a necessidade de se estabelecer o estado da população, cria a Repartição de Estatística, pelo Decreto nº 4676, de 14 de janeiro de 1871; ordena-se em seguida a execução do Censo, consubstanciado pelo decreto nº 4856, de 30 de dezembro desse mesmo ano²². Apesar das deficiências assinaladas por Xavier da Veiga²³, será o único feito oficialmente no Império, com dados mais coerentes e dignos de crédito.

Pelo citado recenseamento, a população da Província é constituída por 2102 689 habitantes. A população vem a constituir problemas para a administração, principalmente considerando-se as dificuldades de mão-de-obra; impossível pensar em se dispor de escravos, cujos prenúncios de libertação se anunciam. Impõe-se a vinda de estrangeiros, pensando-se sobretudo na agricultura. A imigração é promovida de toda forma, por iniciativa particular ou oficial²⁴. As experiências com a imigração européia são frustrantes. Se o Brasil pouco atraía, a Província ainda menos; em fins do século, o censo consigna a população de "3184099, sendo 3137312 brasileiros natos e 46787 estrangeiros"²⁵. Não se tem o resultado desejado, como se observa por um dos primeiros atos do governo estadual — o Decreto nº4, de 7 de dezembro de 1889, que suprime a Inspetoria de Imigração: "considerando que o serviço de imigração neste Estado deu, pela sua defeituosa organização, resultados quase negativos (...) conside-

²² COUTO, José Maria do. Relatório e trabalhos estatísticos apresentados pelo Dr. ... ao Ministro e Secretario d'Estado dos Negócios do Império. Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, Hypolito José Pinto, 1873, p.46

²³ VEIGA, J.P.X. da. op. cit. p. 194

²⁴ Para um estudo da imigração em Minas Gerais, ver MONTEIRO, Norma de Gões. Imigração e Colonização em Minas; 1889-1930. Belo Horizonte, 1973. Tese de Doutorado. mimeo. p. 9-27

²⁵ IGLESIAS, F. op. cit. p. 136

rando que interrompida completamente como se acha, a corrente imigratória para este Estado" ²⁶.

Referindo-se ainda à população, ela se localiza em núcleos isolados, sem vínculos econômicos. O que as une é apenas a administração provincial.

A situação econômica da Província, nas primeiras décadas do século XIX, pode ser deduzida pelos dados fornecidos por Eschwege: as exportações representam 896 contos, enquanto nos melhores anos da mineração devem ter rendido 3500 contos. A comparação das cifras mostra o grau de regressão da economia mineira ²⁷. A mineração que constituíra o mais centralizado dos surtos regionais, continua seu movimento de dispersão, sem um centro econômico de gravitação próprio, até que consegue ligar-se com o polo dinâmico de nossa História Econômica, que a partir dos meados do século XIX passa a ser o café.

A fisionomia urbana da Província não se distingue muito daquela da época mineradora. Estes núcleos guardam especificidade própria, não podendo ser confundidos com as demais formas urbanas do país. "Não se tratava nem de lugarejos, unicamente animados por feiras e comemorações cívico-religiosas, nem de centros administrativos-portuários, concentradores do comércio importador-exportador" ²⁸. As cidades mineradoras, desenvolvendo-se nas proximidades da extração mineral, atividade primária, falta-lhes a possibilidade de auto-suficiência; disso decorre que têm que contar com um suprimento alimentar externo. Daí o desenvolvimento de um Setor de Subsistência, ao lado do Setor de Mercado Externo, já descrito. A aglomeração urbana permite

²⁶ idem, p. 136.

²⁷ Citado por SINGER, P. op. cit. p. 208

²⁸ CASTRO, A.B. de. op. cit. p. 34.

uma expansão na divisão do trabalho. O atendimento dos mercados urbanos possibilita a especialização de ofícios, com o consequente desenvolvimento das técnicas (escultores, pintores, músicos, marceneiros, ourives). Também constituindo-se em centros da administração, os indivíduos de maior projeção social parecem ser os que ocupam cargos na burocracia civil ou militar, donos de lavras e comerciantes, situação que permanece até o desenvolvimento de outros aglomerados urbanos, agora sob a égide do café.

Pelo quadro a seguir, verifica-se a concentração dos núcleos urbanos, nas comarcas e suas subdivisões administrativas, que correspondem às antigas zonas de mineração, como: Ouro Preto, Rio das Velhas, Serro e Jequitinhonha.

QUADRO 1

Divisão administrativa da Província de Minas Gerais 1854

Comarcas	Municípios	Freguesias	Distritos	Quarteirões
Ouro Preto	3	20	42	231
Rio das Velhas	4	20	42	302
Serro	3	13	30	319
Jequitinhonha	3	11	21	321
Rio São Francisco	3	9	19	197
Paracatu	2	6	15	89
Paraná	3	8	19	78
Rio Grande	3	6	19	125
Sapucai	4	15	23	207
Rio Verde	3	15	17	123
Rio das Mortes	1	1	2	-
Pomba	4	18	47	341
Piracicaba	4	30	42	279
Paraibuna	3	8	23	164
Três Pontas	3	9	16	146

FONTE: Relatório do Presidente da Província 1854

1.2. Desenvolvimento econômico e resistências à centralização.

O surto cafeeiro, invadindo terras mineiras é o elemento propulsor do ressurgimento do Setor de Mercado Externo.

O desenvolvimento da grande lavoura mineira, assim como da nacional, se equaciona nos grandes fenômenos de transformações econômicas e da técnica, propiciados pela revolução industrial; esta estabelece o sistema de divisão do trabalho à base do mercado mundial. As grandes proporções que assumiu o processo de produção do trabalho industrial exigiam que se desenvolvesse a produção de matéria-prima e da agricultura como sustentação daquele setor. Essa produção terá que ser suplementada pela importação. "Criaram-se, desse modo, as condições para uma especialização no plano internacional. Aos países não industrializados mas com abundantes recursos de solo e do subsolo, coube a função de fornecedores de matérias-primas e gêneros alimentícios. Sob estes termos se colocou a economia brasileira no contexto internacional"²⁹.

A primeira fase da grande expansão cafeeira no Brasil é marcada pelo desenvolvimento das lavouras no Vale do Paraíba; daí, penetrando em território mineiro, fundem-se com aquela corrente que viera do planalto, em busca do litoral.

As plantações se desenvolvem principalmente na fronteira do Rio de Janeiro, na Zona da Mata Mineira, em especial no Vale do Rio Paraíba e seus afluentes da margem esquerda (Rio Preto e Paraíba); posteriormente, atingem o Sul de Minas, Nordeste e outras regiões.

²⁹CANABRAVA, A.P. op. cit. p. 87.

"Cronologicamente, o café penetrou em Mar de Espanha em 1817, chegando a Matias Barbosa antes de 1830, seguindo para leste, rumo a Leopoldina em 1850 e para oeste, atingindo Juiz de Fora e Rio Preto. Para o norte, a penetração foi rápida; em 1870, a Zona da Mata estava toda atravessada pela lavouira de café" ³⁰.

Do café exportado por Minas, entre 1850-51, 28% provinha de Sapucaia, 27,7% de Paraíbuna, 15,3% de Mar de Espanha, 13% de Porto Novo do Cunha, 8,1% de Flores do Rio Preto, núcleos da Zona da Mata ³¹.

A produção cafeeira integra a Província na grande linha da economia exportadora. As exportações, de início insignificantes, passam a apresentar, com certa regularidade, volumes crescentes, apresentados no quadro 2, e no gráfico 1.

Quadro 2

Evolução da exportação do café em Minas Gerais - 1853-87

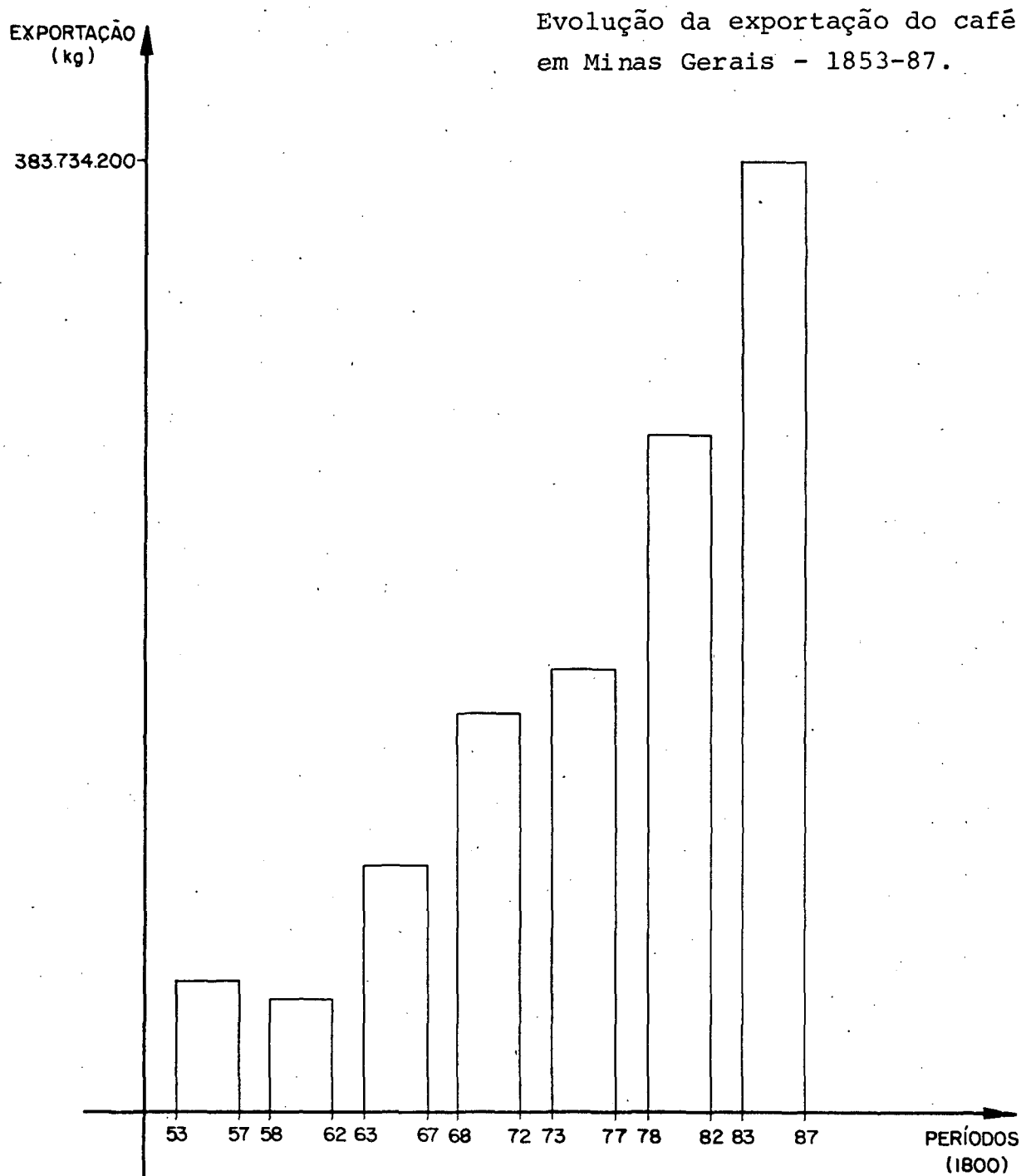
Anos	Kg
1853 - 57	54.661.570
1858 - 62	46.433.105
1863 - 67	98.585.888
1868 - 72	160.231.602
1872 - 77	178.893.433
1878 - 82	273.547.195
1882 - 87	383.734.158

Fonte: ROSEMBURG, Cornélio. O Estado de Minas Gerais, sua evolução econômica. 1922.

³⁰ PEDROSA, M.X. de Vasconcelos. Zona silenciosa da história mineira; a zona da mata. Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Belo Horizonte, 9: p. 189-230. 1962

³¹ SINGER, P. op. cit. p. 270.

Gráfico 1



Fonte: Quadro 2

Até 1860, foi diminuta a participação de Minas no conjunto da exportação de café do país. Sua importância cresce consideravelmente no período compreendido entre 1860-80. Na década de 1870-80, a produção mineira representa 25% da exportação brasileira; São Paulo 10%; Espírito Santo e outras regiões 5%; Rio de Janeiro detém a primazia, com 60%. A percentagem do valor do café, em relação ao valor total das exportações brasileiras, é de 66%³².

Na pauta das exportações mineiras, o café representa, em relação aos outros produtos: entre 1845-55 - 54,06%, 1868-69 - 64,25%, 1878-79 - 71,76%. Em 1880 - 78,65%, como se infere pelo quadro 3, descrito em seguida, e pelo gráfico 2.

Quadro 3

Valor da exportação cafeeira no total das exportações da Província

Períodos	valor da exportação mineira do café	Valor total da exportação mineira
1845-55	3513:930\$600	6500:000\$000
1868-69	12850:353\$000	20000:000\$000
1878-79	20092:886\$000	28000:000\$000
1888	40900:501\$000	52000:000\$000

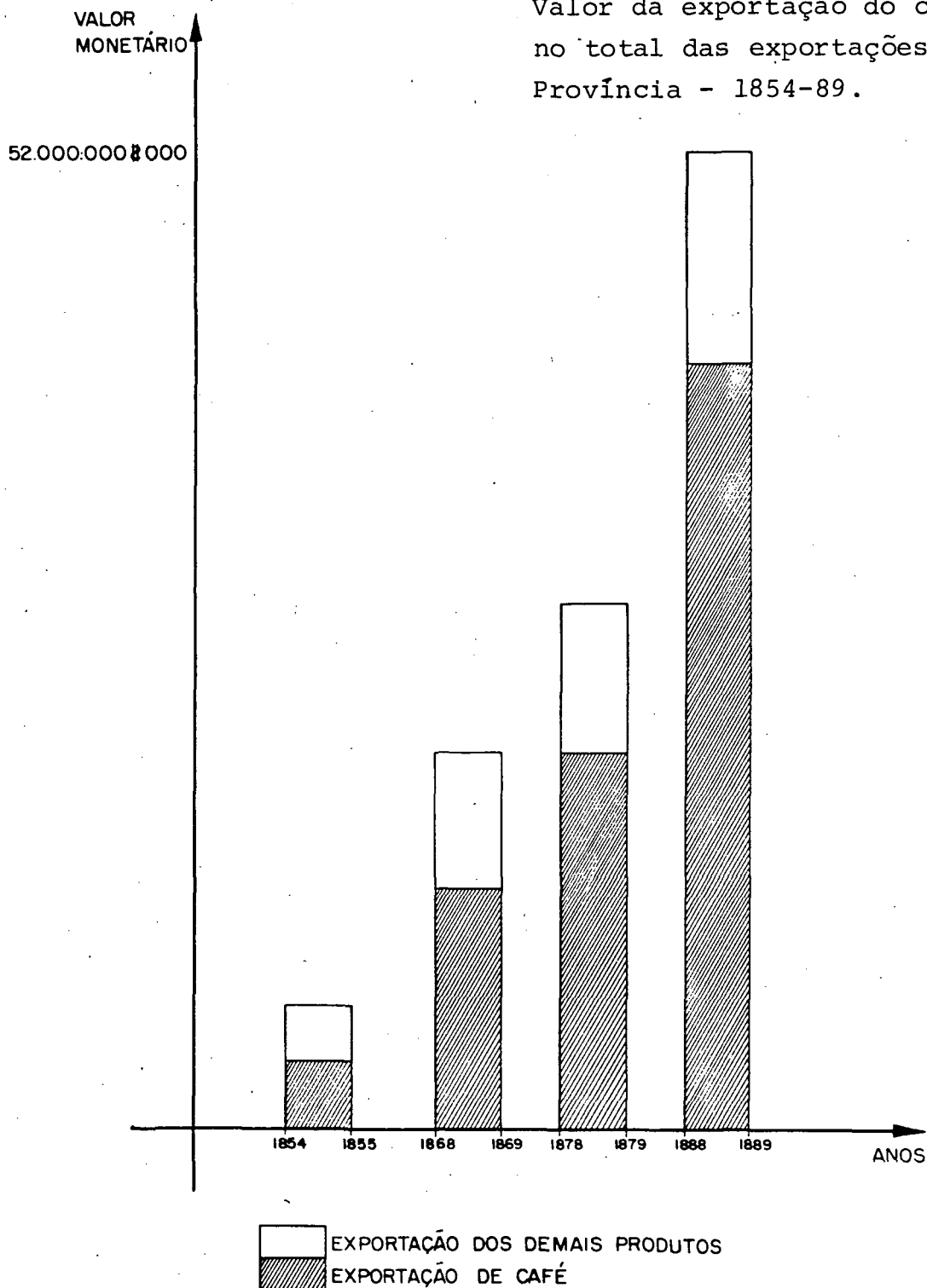
Fonte: JACOB, Rodolfo. Minas Gerais no século XX.

A tributação do café é problema que se arrasta por longo tempo, gerando conflitos entre as províncias de Minas Gerais

³²SIMONSEN, Roberto C. Evolução industrial do Brasil e outros estudos. São Paulo, Nacional, 1973. p. 189.

Gráfico 2

Valor da exportação do café
no total das exportações da
Província - 1854-89.



Fonte: Quadro 3

e Rio de Janeiro. Essa tributação do café mineiro operava-se nas pautas fiscais fluminenses. Feito convênio entre as duas regiões, a do Rio de Janeiro cabiam 9 décimos do tributo arrecadado e 1 décimo a Minas ³³.

Crescendo enormemente a produção e subindo os preços, em pouco tempo surgem sérios descontentamentos entre as províncias. Já em 1859, o presidente mineiro, Carlos Carneiro de Campos, dirigiu-se ao da Província do Rio de Janeiro, expondo-lhe que já haviam decorridos mais de sete anos e que eram necessários novos ajustes acerca do convênio, para se modificar a proporção da renda em favor de Minas Gerais. Falou dos extravios que Minas sofria em benefício da Província do Rio de Janeiro, avaliando os prejuízos, entre 1851 e 1858, em cerca de 237:636\$000 de impostos perdidos ³⁴. Terminado o convênio em 1860, os reajustes posteriores não satisfazem a Minas Gerais, provocando veementemente protestos na Assembléa Provincial, retratados pelo discurso do deputado Machado de Souza, em 1863.

Nº 3 - "Requeiro que esta Assembléa represente ao Exm. Sr. Ministro da Agricultura, commercio e obras publicas, contra o vexame que soffrem os produtores de café desta provincia, com o systema de fiscalização adoptado pela provincia do Rio quanto a exportação do dito producto para a capital do Imperio, fazendo-se ao mesmo Exm. Ministro o seguinte: 1º, que o systema das conferencias sobre ser moroso, complicado e abusivo, offerêce oc-

³³ AMARAL, Luis. História da agricultura brasileira no triplice aspecto, político social econômico. São Paulo, Nacional, p. 235.

³⁴ Idem, p. 236.

casiação a muitas questões e sobre carre
ga os cofres d'aquella provincia com
uma despesa superflua; 2º, que devendo
haver entre as provincias completa har
monia e reciproca confiança, nenhum
inconveniente ha em que as guias pas
sadas pelos exactores mineiros desone
rem os nossos fazendeiros de café de
pagarem segunda vez o respectivo impos
to no consulado da côrte, pois que ha
vendo combinação entre as presidencias
de ambas as provincias, no fim de cada
anno poderá o administrador da provin
cia do Rio conhecer se houve ou não
fraude contra os interesses que defen
de; isto se consegue facilmente com o
processo seguinte: os administradores
desta provincia passem trez talões de
cada uma remessa de café que passar nos
registros, um será dado ao conductor
do producto, que entregará no consula
do, outro será remetido à mesa das ren
das provinciaes de nossa provincia, e
outro ficará no livro próprio, e assim
por uma combinação de ambos os gover
nos provinciaes em época determinada,
podará se combinar as guias e se ver
se houve ou não dolo, mã fê ou extra
vio na exportação; 3º, que mal tem an
dado o governo provincial do Rio nes
ta questão, porque creando um confere
nte na Barreira do Picú não creou no do
Passa-Vinte, sendo certo que por esta
se exporta porção de café todos os anos,
e por aquella nem uma libra; 4º, que
sendo esta questão entre duas provin
cias, e não tendo havido uma decisão
até agora por parte dos arbitros nomea

dos, e o vexame continuando, compete ao mesmo Exm. Ministro influir para que quanto antes haja uma solução justa, e assim cesse uma espécie de resentimento que já vai aparecendo da parte dos Mineiros contra seus irmãos da província do Rio" ³⁵.

Conforme se demonstrou, o café constitui o motor dinâmico do crescimento do valor das exportações mineiras. Ele não somente reconstitui o Setor de Mercado Externo da economia, como representa na realidade o seu único ramo de expressão. O restante das exportações mineiras é, em sua maior parte, constituído por excedentes de produção do Setor de Subsistência. Ainda em 1883, quando as exportações alcançam posição significativa, declara o presidente da província, Antônio Gonçalves Chaves:

"Não possuo dados estatísticos que determinem a produção rural da província. As camaras municipais fornecem poucos e incompletos esclarecimentos. Dividida como sabeis em duas zonas distintas, a da Matta em que se pratica a grande cultura e a dos Campos em que se exerce a indústria pastoril e quase exclusivamente a cultura de cereaes, a nossa agricultura, com excepção feita da produção do café não passou ainda, em geral, do período que se denomina - doméstico.

³⁵ MINAS Geraes. Ass. Provincial. Annais da 14a. sessão ordinária em 30 de outubro de 1863. Ouro Preto, O Compilador, 1863.

Na Província de Minas como em todo o Brasil, o cultivo da terra é e há de ser, por muito tempo, a base da riqueza" ³⁶.

Inegavelmente, a maior zona produtora é a Mata; já em 1850, a sua produção representava 99% das exportações mineiras de café ³⁷. Para a percepção de suas transformações, até tornar-se a região dinâmica da economia da Província, é necessário remeter-se ao processo inicial de sua integração às linhas do desenvolvimento econômico.

Até 1830, a região permanece isolada, em consequência da proibição de abertura de atalhos e de aí se penetrar, visando a impedir o contrabando de ouro. Entretanto, devido às dificuldades de se alcançar o litoral, o Governo da Colônia abre a primeira via de penetração, através da Zona da Mata, o "Caminho Novo", de Garcia Paes. Para atender à grande circulação de tropas, pessoas e animais, organizam-se os "pousos", em torno dos quais se desenvolvem as pequenas lavouras, para atender à subsistência, ou os "registros", para fiscalização do ouro ³⁸. Esses núcleos constituem pontos iniciais do povoamento. Contudo o fim da interdição sobre a Zona da Mata não bastou para o seu desenvolvimento. A mola econômica de atração e fixação de migrantes é o café.

³⁶ CHAVES, Antonio Gonçalves. Falla que o Exmo. Sr. Dr. dirige à Assembléia Legislativa da Província de Minas Gerais na 25a. sessão ordinária em 1º de agosto de 1883. Ouro Preto. Liberal Mineiro, 1884. p. 37-8.

³⁷ ALVIM, Socrates et alii. ... Projeção econômica e social da lavoura cafeeira em Minas. In: - Minas e o bicentário do cafeeiro no Brasil. Belo Horizonte. Imprensa Oficial, 1929, p. 81.

³⁸ VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata de Minas Gerais. Revista Brasileira de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1: p. 3-82, jan-mar. 1958.

A marcha de ocupação maciça da área proveio de duas direções — do oeste e sul, mais daquela que desta. As fontes bibliográficas que permitem a reconstituição do povoamento da zona são precárias. Segundo Orlando Valverde, a frente pioneira parte das vizinhanças de Matias Barbosa e, seguindo a marcha do café, já em 1870 ocupa praticamente toda a região³⁹ (Ver mapa p. 50).

A necessidade de uma população adequada para o desenvolvimento da Mata transforma a região em elemento receptor de população, ocasionando nova redistribuição demográfica no território mineiro. Em 1872, a área conta com 325360 habitantes⁴⁰. Inicialmente se dirigem para lá os proprietários — com seus escravos — que refluíram da região fluminense, como os Soares de Sousa, Furquim Werneck, Ferreira Leal, Vieira de Carvalho, Toledo Piza, Barbosa de Castro. Outros, como os Monteiro de Barros, se deslocam para a região cafeeira, quando as minas se esgotam⁴¹. Há uma inversão no movimento populacional: o despovoamento dos antigos centros mineradores e influxo de população para as áreas do café.

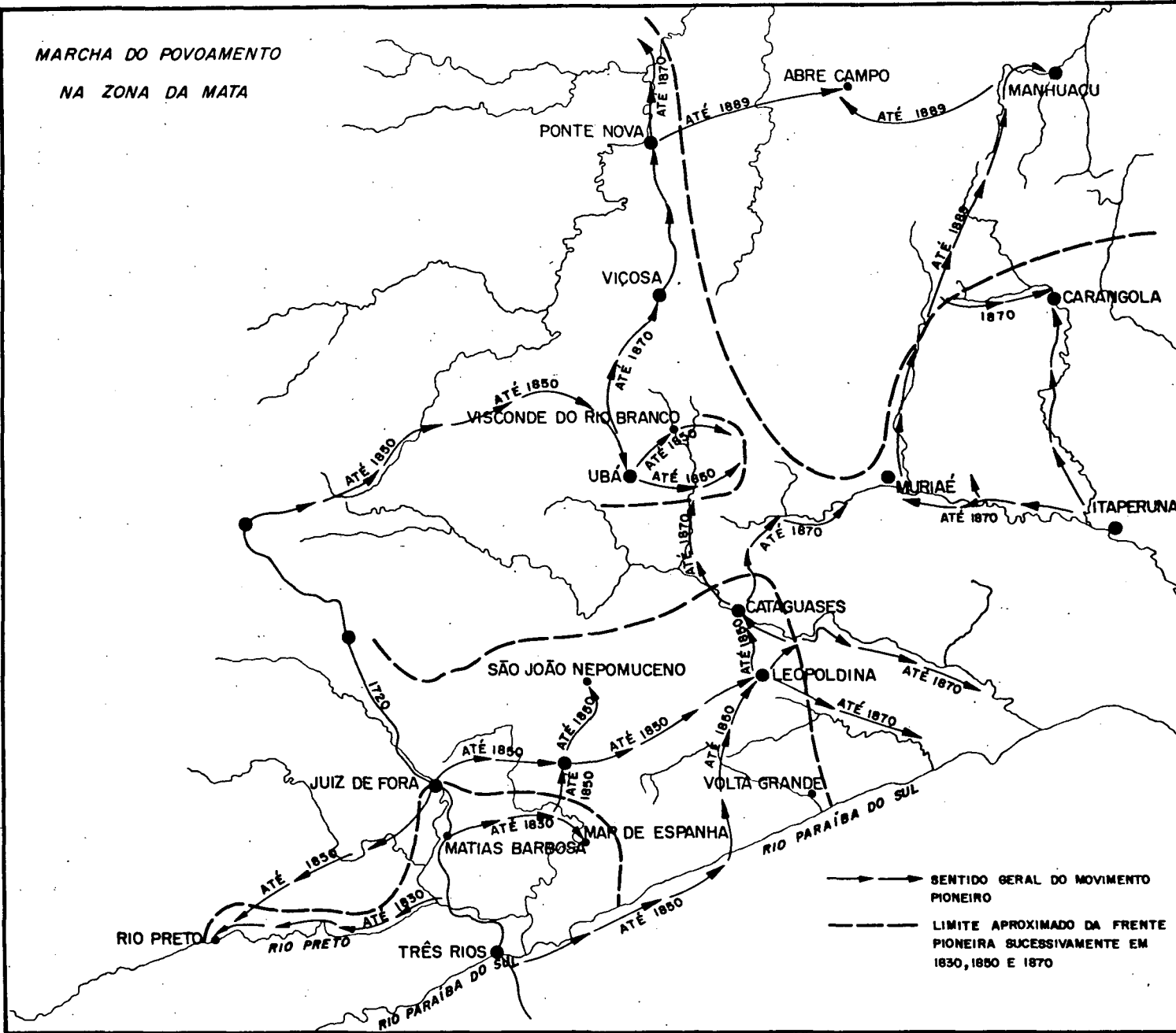
Ao povoamento da nova zona se acrescenta um outro aspecto de seu progresso: a criação de municípios. Desde a Colônia, o desenvolvimento regional determina a proliferação de municípios; tivesse esse progresso por base a maior extensão de plantações ou a descoberta de minas, era no fundo o povoamento do local que determinava o desmembramento do antigo município em outros novos, pelo conhecimento e aproveitamento das partes inexploradas. Toda a zona mineradora vira florescer as suas divisões administrativas pelas mesmas causas. Também na Zona da Mata observa-se o mesmo fenômeno. O café ocasionara o povoamento e agora a criação dos municípios.

³⁹ Idem, p. 29.

⁴⁰ BRASIL, Ministério dos Negócios do Império. Recenseamento da população do Brasil em 1872. 23 v.s.m.t.

⁴¹ RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. Minhas recordações. Rio de Janeiro, José Olympio, 1944, p. 89-96.

MARCHA DO POVOAMENTO
NA ZONA DA MATA



→ SENTIDO GERAL DO MOVIMENTO PIONEIRO
- - - LIMITE APROXIMADO DA FRENTE PIONEIRA SUCESSIVAMENTE EM 1830, 1850 E 1870

Fonte: VALVERDE, Orlando. Estudo regional da Zona da Mata Mineira.

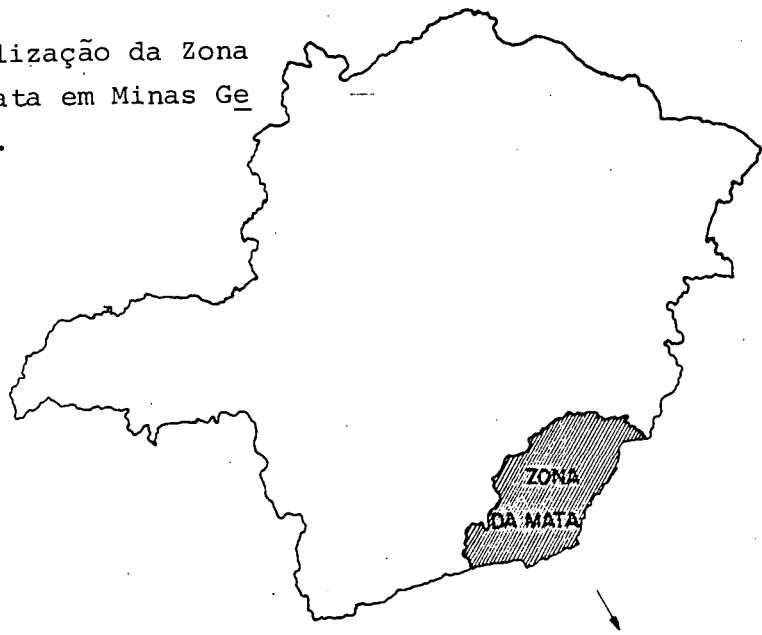
Quadro 4

Municípios da Zona da Mata - 1845-89

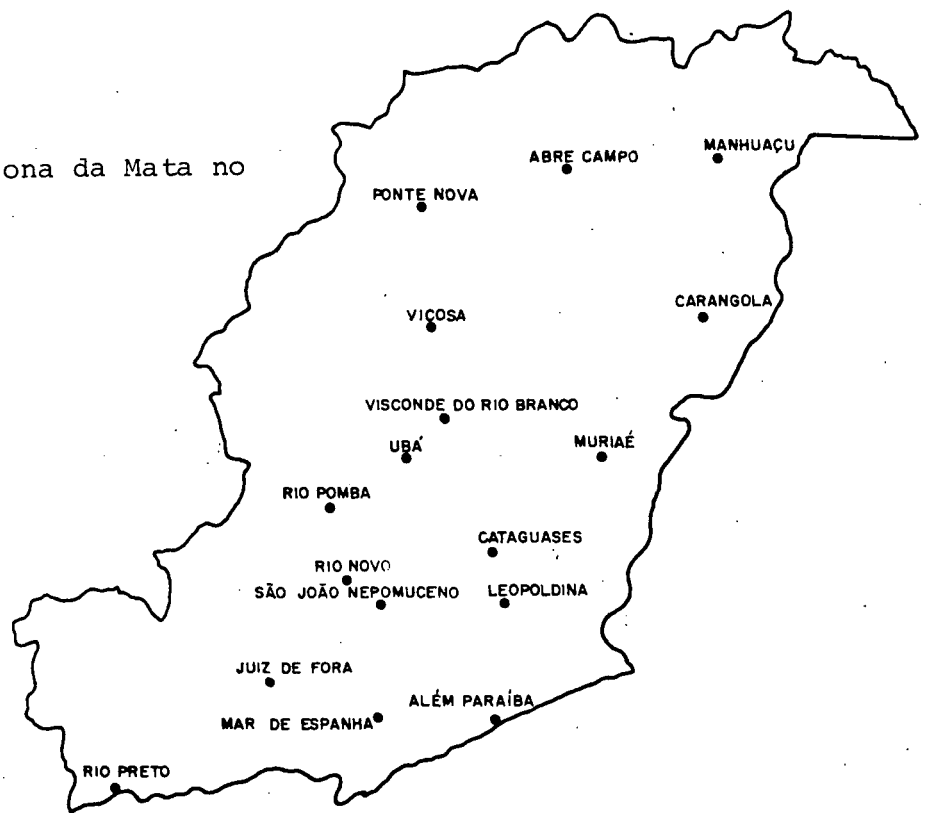
Anos	Municípios	Anos	Municípios
1854	Santo Antonio de Paraibuna (Juiz de Fora) Leopoldina Mar de Espanha Rio Pomba (Pomba) Rio Novo Rio Preto São João Nepomuceno São Januário de Ubá (Ubá) São João Batista do Presidío (Rio Branco)	1872	Ponte Nova Pomba Leopoldina Mar de Espanha Rio Novo São Januário de Ubá Santa Rita do Turvo (Viçosa) Rio Preto Juiz de Fora São Paulo do Muriaé
1881	Ponte Nova Viçosa Rio Branco Ubá Pomba Cataguases São João Nepomuceno Rio Novo Juiz de Fora Rio Preto Mar de Espanha São José de Além Paraíba (Além Paraíba) Leopoldina Muriaé Carangola Manhuaçu	1889	Abre Campo Carangola Cataguases Juiz de Fora Leopoldina Manhuaçu Mar de Espanha Muriaé Pomba Ponte Nova Rio Novo Rio Preto São João Nepomuceno S. José de Além Paraíba Ubá Viçosa Rio Branco

FONTES: Relatórios de Presidente de Província - 1854-1882
 Recenseamento - 1872
 Sinópsse do Recenseamento - 1890.

Localização da Zona da Mata em Minas Gerais.



Municípios da Zona da Mata no Séc. XIX.



Fonte: Cons. Est. de Desenvolvimento.

Tabela 1

Número de municípios e taxa média de crescimento da Zona da Mata e da Província de Minas Gerais

Ano	Província de M. Gerais		Zona da Mata	
	n	Tx. de crescimento	n	Tx. de crescimento
1854	50	-	9	-
1872	72	44,00%	10	11,11%
1881	86	19,44%	16	60,00%
1889	117	36,05%	17	6,25%

FONTES: Relatórios dos Presidentes de Província 1854 e 1881.
 Recenseamento de 1872.
 Sinopse do Recenseamento de 1890.

Especialmente significativos se revelam o quadro e a ta bela 1, para o estudo. Do ponto de vista econômico-político, de monstra-se que o café proporciona à nova área um desenvolvimen-
 to vertiginoso, sendo um dos indicadores o aumento dos municí-
 pios, principalmente entre 1872 e 1881, anos em que a cafeicul-
 tura se expandira de modo acelerado. Por outro lado, sendo da
 competência das Assembléias Legislativas a criação de municí-
 pios, infere-se que a Zona da Mata já se faz representar politi-
 camente, prenunciando a supremacia dos cafeicultores, que se
 concretizará posteriormente.

Diante da dinamização da economia cafeeira, o problema
 de transportes se impõe. A situação da Província, encravada no
 interior, longe dos transportes marítimos, é particularmente gra-
 ve. Estando a produção do café, aqui, como em toda parte, condi-
 cionada ao frete, as despesas com transportes representam pesa-
 do ônus, impedindo-a de concorrer com áreas mais bem situa-
 das e sobre as quais incidira frete menor.

O acentuado aumento das exportações da região se deu por um sistema precaríssimo de transportes. "O café era conduzido por tropas de muares, o que se explicita nas importações de 150000 bestas-de-carga no decênio terminado em 1862"⁴².

As reclamações contra as dificuldades de transportes são constantes, segundo as informações das Câmaras de Mar de Espanha e Pomba, em resposta a circulares do Governo, indagando sobre o estado da economia local. A administração, algumas vezes consciente da necessidade de se melhorarem os transportes, solicitava à Assembléia Legislativa medidas favoráveis. Em 1856, o presidente da Província, Herculano Ferreira Pena, dizia:

*"A importância deste ramo da Administração cresce todos os dias, à medida que a diminuição de braços exige maior divisão do trabalho e mais pronto e fácil transporte dos produtos de uns para outros lugares segundo a variedade deles. São, portanto, as vias de transporte o indispensável elemento de nossa prosperidade material, atenta à posição topográfica da Província, tão distante dos grandes mercados do litoral"*⁴³.

O ritmo acelerado da demanda internacional requer contínua abertura de vias de transportes. O desenvolvimento do sistema viário inicia-se com a construção da rodovia União e Indústria, que liga Petrópolis a Juiz de Fora. Concluída em 1861,

⁴² TAUNAY, Afonso de. História do café no Brasil. Rio de Janeiro. Departamento Nacional do Café, 1939. p. 260.

⁴³ PENA, Herculano Ferreira. Relatório que o Conselheiro ... apresentou na 11a. sessão ordinária de 14 de julho de 1856. Ouro Preto, Bom Senso, 1856.

por ela passa a maior parte do café mineiro. A estrada, construída com garantias de juros do Governo Provincial, acarreta pesado ônus às suas combalidas finanças⁴⁴.

O desenvolvimento das ferrovias no Brasil é marcado inicialmente pela Estrada D. Pedro II, que se estende até Juiz de Fora, em meados da década de 70. A Leopoldina, resultante da fusão de primitivas ferrovias da região, começara a ser construída em 1871, alcançando Ponte Nova em 1886. Em qualquer tempo, essa estrada é, para a Zona da Mata, fator de seu desenvolvimento. Dos 736 quilômetros de trilhos cobrindo o território mineiro, 478 são da Mata⁴⁵.

Um outro indicador do dinamismo da região pode ser buscado no enorme contingente de população livre e escrava que aí se concentra.

Quadro 5

Municípios da Zona da Mata e sua população - 1872-89

Anos	Municípios	População
1872	Ponte Nova	57.231
	Pomba	32.556
	Leopoldina	17.916
	Mar de Espanha	32.290
	Rio Novo	22.795
	São Januário do Ubá (Ubá)	30.460
	Santa Rita do Turvo (Viçosa)	37.097
	Rio Preto	22.059
	Juiz de Fora	38.336
Muriaé	34.620	
1889	Abre Campo	18.132
	Carangola	21.698
	Cataguazes	27.584
	Juiz de Fora	74.136
	Leopoldina	35.531
	Manhuaçu	19.075
	Mar de Espanha	41.046
	Muriaé	50.189
	Pomba	30.176
	Ponte Nova	41.103
	Rio Novo	14.137
	Rio Preto	23.598
	São João Nepomuceno	20.499
	São José d'Além Paraíba (Além Paraíba)	26.820
Ubá	23.130	
Viçosa	46.413	
Visconde do Rio Branco	18.295	

FONTE: Recenseamento de 1872

Sinópsese do Recenseamento de 1890

⁴⁴ MINAS Gerais. Anaes da Câmara dos Deputados. op. cit. p. 175

⁴⁵ PEDROSA, M.X. de V. op. cit. p. 207.

As tabelas 2 e 3 fornecem dados importantes sobre a migração interna. Explicitando: a necessidade de mão-de-obra promove a absorção das reservas demográficas oriundas da decadência do ouro e o deslocamento dessa mão-de-obra escrava, concentrada nas antigas áreas de mineração, como se observa pelas taxas de crescimento das respectivas zonas, entre 1874-83.

Tabela 2

Comparação entre a população escrava da Zona da Mata e da Zona Mineradora. Taxa de crescimento das mesmas

Zona	ano	1874	1883	Taxa de crescimento 1883/1874
		n	n	
Mata		76.664	86.635	13,01%
Mineração		150.638	99.991	-33,62%
Total de M.Gerais		311.304	-	-

FONTE: LAERNE, C.F. Van Delden. Brazil and Java. Report on coffee Culture in America, Asia, and Africa. 1885.

Tabela 3

Comparação entre as populações da Zona da Mata e Província de Minas Gerais. 1872/89

Ano	Zona da Mata		Província de Minas Gerais	
	n	Taxa de cresc.	n	Taxa de cresc.
1872	325.360	-	2.102.689	-
1889	539.562	65,84%	3.184.099	51,43%

FONTE: Sinopse do Recenseamento (1890)
Censo de 1872.

As taxas de crescimento da população da Zona, em relação à Província, provam que o desenvolvimento populacional de Minas, entre 1872-89, se deve principalmente à Mata, em decorrência da concentração da produção cafeeira⁴⁶.

Tabela 4

Percentual de participação por sexo das populações livres e escravas em alguns municípios da Zona da Mata

Especificação Municípios	População Livre			População Escrava			Total Geral
	Homens %	Mulheres %	Semi Total %	Homens %	Mulheres %	Semi Total %	
Ponte Nova	7,16	6,23	13,39	42,48	44,13	86,61	100,00
Pomba	7,86	12,18	20,04	42,85	37,11	79,96	100,00
Leopoldina	20,21	17,55	37,76	35,91	26,33	62,24	100,00
Mar de Espanha	22,75	16,49	39,24	32,96	27,80	60,76	100,00
Rio Novo	17,07	16,04	33,11	29,42	37,47	66,89	100,00
S. Januário do Ubã	12,04	10,13	22,17	40,59	37,24	77,83	100,00
S. Rita do Turvo(Viçosa)	16,17	14,93	31,10	30,30	38,60	68,90	100,00
Rio Preto	15,74	13,80	29,54	38,27	32,19	70,46	100,00
Juiz de Fora	20,98	15,98	36,96	36,66	26,38	63,04	100,00
Muriaë	9,31	8,28	17,59	49,73	32,68	82,41	100,00

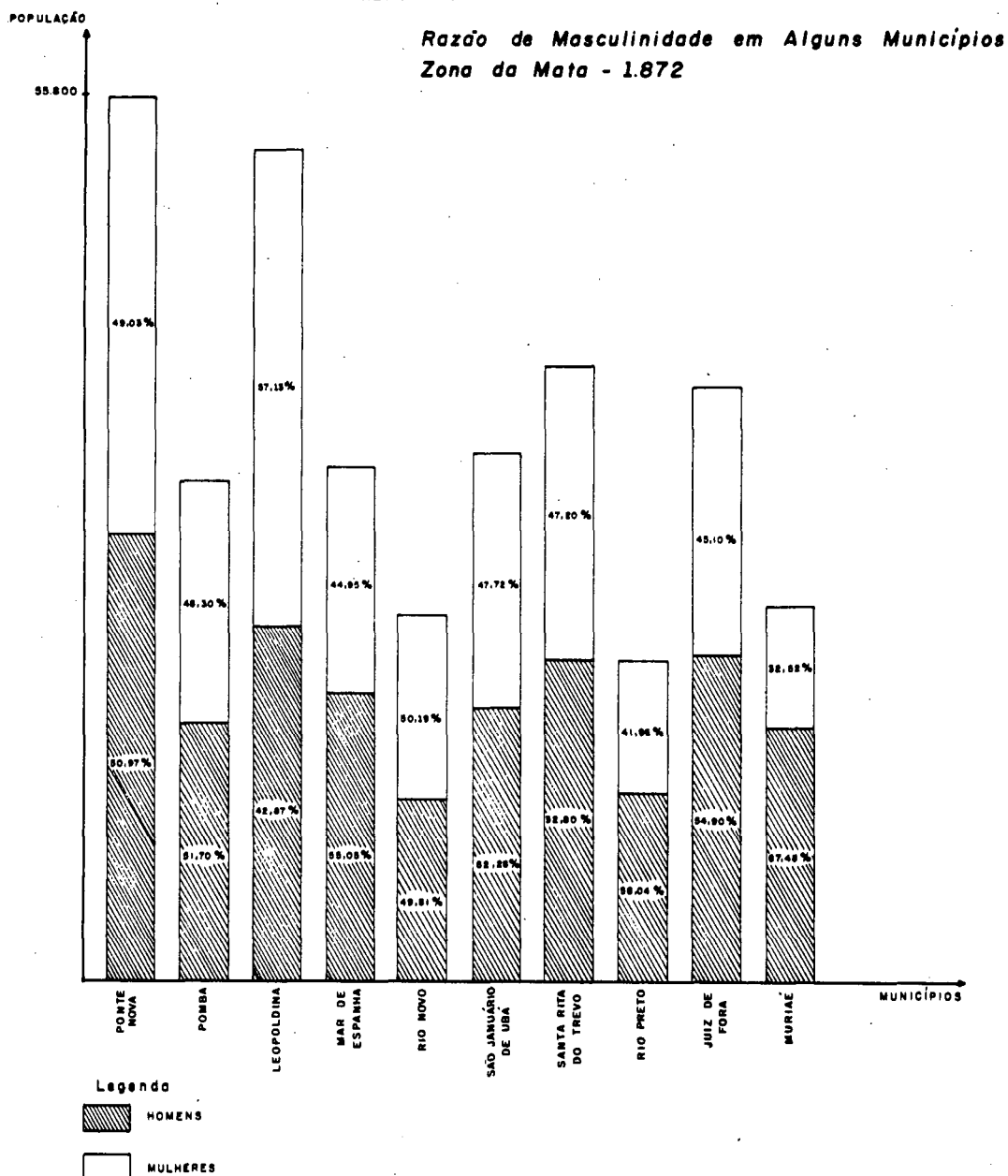
FONTE: Censo de 1872.

⁴⁶ Na discussão do problema da mão-de-obra empregada nas lavouras cafeeiras, já que Minas não contava com um grande número de escravos economicamente ativos e não recebera um aporte considerável de imigrantes, as opiniões são divergentes. Um estudo recente do problema encontra-se em LIMA, João Heraldo. Café e indústria em Minas Gerais. (1870-1920).

Tentando-se analisar a população da Zona da Mata, as únicas observações possíveis sobre a sua estrutura são as que se referem à composição por sexo e estado civil.

A tabela 4 e o gráfico abaixo chamam a atenção para um desequilíbrio, em favor do sexo masculino. Este desequilíbrio, embora seja evidente entre a população livre, é mais acentuado na parcela da população escrava, cujas razões não são difíceis de serem entendidas. A escravatura, presente em maior proporção no trabalho dos cafezais, determina tal diferença.

Gráfico 3

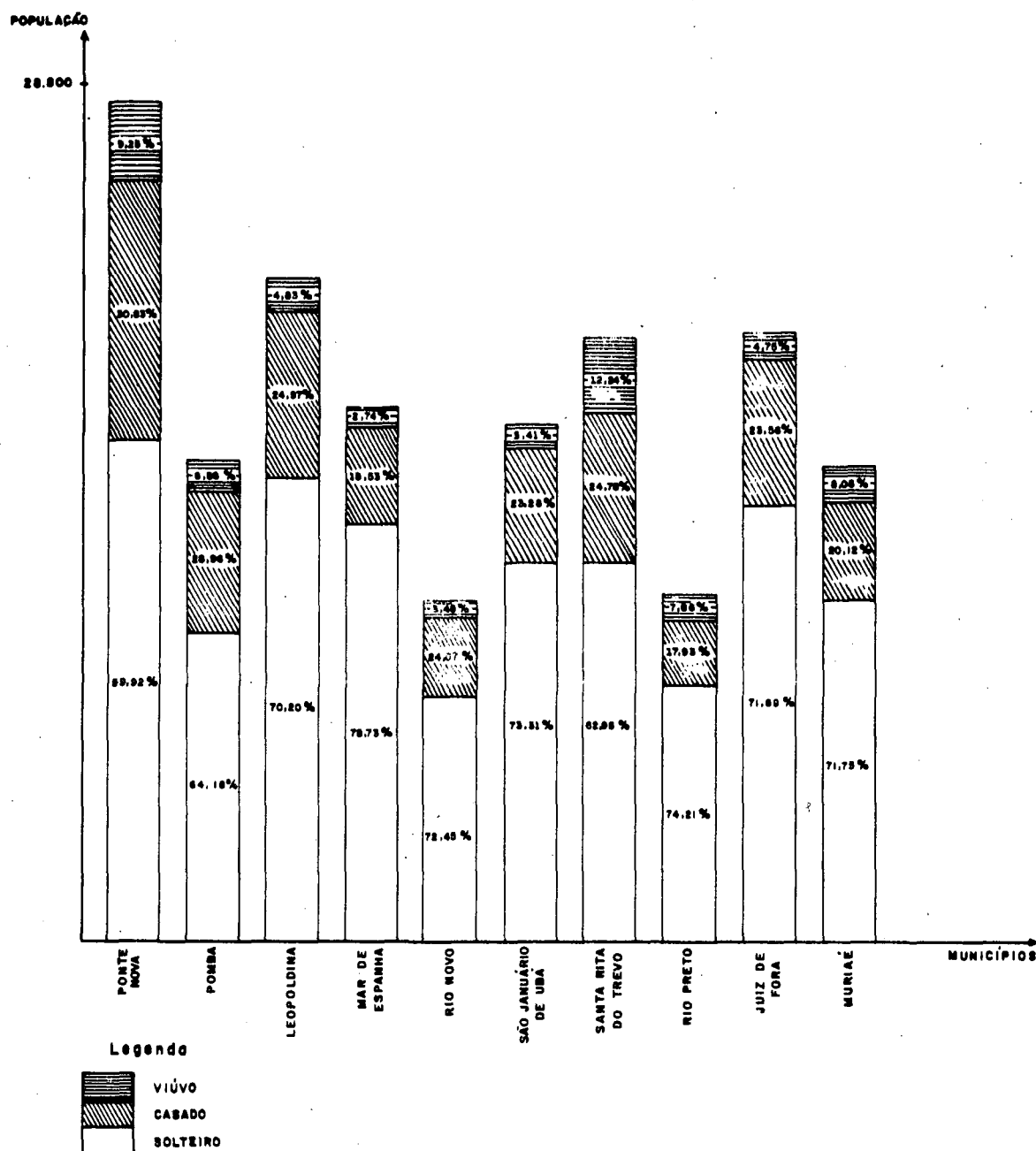


Fonte: Censo de 1.872

Em relação ao estado civil, o gráfico abaixo demonstra em todos os municípios da Zona da Mata, um percentual elevado de homens solteiros; de tal constatação, infere-se que a região é área de colonização recente; que é zona de atração para contingentes migratórios e portanto com um grande número de jovens no conjunto da população.

Gráfico 4

População Masculina por Estado Civil de Alguns Municípios Zona da Mata - 1872



Fonte : Censo de 1872

A tendência de concentração de capitais em áreas cuja economia está em expansão, motiva uma modernização mais rápida da região, como o desenvolvimento da rede de transportes e urbanização; mas isso não é suficiente para alterar a orientação da economia. A nova dinamização do Setor de Mercado Externo em Minas não leva à maior integração econômica da Província. Para que isso acontecesse, teria a Mata que se tornar polo ou centro para o qual tudo convergisse e de onde saíssem as linhas diretoras de outras áreas. Sua produção, ao invés da integração, gera o desequilíbrio regional. A drenagem dos recursos econômicos para a região produz a estagnação das áreas. O relacionamento entre áreas dominantes e subordinadas é possível de se encontrar também nas unidades político-administrativas menores.

Com o incremento da produção cafeeira e sua crescente representatividade na pauta das exportações, desenvolve-se o patriciado do café, projetando-o nos quadros políticos da Monarquia. A economia do Segundo Império apresenta-se, à simples vista, como uma economia que se desenvolve rapidamente, encontrando seu lugar na divisão internacional do trabalho⁴⁷. Contudo, apesar de exteriormente esse fluxo econômico aparecer com os mesmos sinais da Colônia, economia baseada na exportação de matérias primas ou produtos agrícolas, o conteúdo e as formas mudam. A diferença substantiva está em que na Colônia, o Estado português havia fundado uma elite política, cujas atividades econômicas se subordinavam estritamente aos interesses da Metrópole; no Império, principalmente no Segundo, há uma inversão dessa relação. De grupo dominante, fundado pelo Estado, os cafeeiros passam à condição de elite dominante, que irá repudiar posteriormente um Estado estranho aos seus interesses e, portanto, hostil. As reivindicações irão se aguçar nas últimas décadas do Império, avançando decisivamente para o alcance de seus interesses, cujos fulcros serão, fundamentalmente, o Federalismo e a República.

⁴⁷ CANABRAVA, A. p. op. cit. p. 87.

A gênese histórica do surgimento do antimonarquismo na segunda metade do século XIX, encontra-se nas transformações econômicas e sociais do período. As contradições entre os vários grupos agravam-se com o passar do tempo, à medida que se acentuam as diferenças entre os setores mais arcaicos, incapazes de modernização, e as áreas mais progressistas. Estas menos comprometida com o sistema escravista empenham-se na abolição e reivindicações maiores de representação na vida política.

Diante de tantas contradições, a solução parecia estar no sistema federativo. A idéia federalista adquire assim maior prestígio, figurando entre as reivindicações do Partido Republicano.

No centro da defesa do federalismo, encontra-se o interesse das províncias, ligado indisfarçadamente aos da lavoura cafeeira. Essas reclamam maiores franquias, em nome de interesses econômicos; sentem-se burladas pelo Centro, que as proíbe de dinamizar seus interesses locais. Essa onda liberal consegue algumas conquistas. A lei de 3 de dezembro de 1841, que havia convertido o Código do Processo em arma centralizadora, com a polícia subordinada à Corte, foi revogada pela lei nº 4824, de 22 de novembro de 1871, que altera diversas disposições da legislação judiciária, enfraquecendo o poder do Ministro da Justiça⁴⁸. O Decreto nº 4644, de 24 de dezembro de 1870, amplia os poderes dos presidentes de província, assegurando-lhes as nomeações e demissões⁴⁹. As províncias recusam os paliativos, querendo levar adiante conquistas mais significativas, abrangendo liberdades econômicas e políticas. Um relatório do gabinete liberal situa o problema:

"Essas numerosas pupilas acoimam de leonina a distribuição do tutor, acusando-o de abusar da tutela, pois

⁴⁸ JAVARI, B. do. op. cit. p. 163

⁴⁹ idem, p. 158.

lhes nega o essencial para a satisfação de suas mais urgentes necessidades e as condena assim a debaterem em dobro essa penúria. Atribuem aos poderes gerais o seu atraso, pois sem meios de ação, destituídas de recursos fecundadores de sua riqueza, manietados no livre exercício de suas forças vivas por impedimento que não estão em suas mãos remover, não podem marchar senão lenta e quase imperceptivelmente pela estrada incomensurável do progresso nem desenvolver na escala considerável todos os germes de grandeza e prosperidade que encerram em seu gremio" ⁵⁰.

Em síntese, querem a descentralização dos serviços judiciais e administrativos e a apropriação de maiores recursos para o incremento direto dos transportes — enfim, a promoção da agricultura, nas agências provinciais e não centrais.

Os partidos, Liberal e Conservador, apressam-se em aceitar a descentralização, para neutralizar o programa federativo. Aceitam a descentralização de algumas funções administrativas, "com eleição dos administradores municipais e a nomeação dos presidentes e vice-presidentes das províncias, esta na base de lista eleitoral, sem admitir a quebra da unidade política" ⁵¹. Com a proposta de separar a centralização política da centralização administrativa não se conformam os republicanos, com o (ao seu ver) sofisma: a unidade só se consolidaria com a federa-

⁵⁰ PARANAPIACABA, Barão de. et alii. Relatório e projeto de lei. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1883, p. 5.

⁵¹ FAORO, R. op. cit. p. 461.

ção, num estatuto quase confederativo. "Os paulistas não recuam diante do separatismo, para eles meio legítimo de chegar ao regime republicano, cuja essência era a federação" ⁵².

As idéias federativas são expressas no Manifesto Republicano, onde se vê: "o regime federativo baseado na Independência recíproca das Províncias, elevando-as à categoria de Estados próprios, unicamente ligados pelo vínculo da nacionalidade e da solidariedade dos grandes interesses de representação e defesa exterior é aquele que adotamos no nosso programa, como sendo o único capaz de manter a comunhão da família brasileira" ⁵³.

O ideal republicano não era novidade no país; no fim do período colonial, significava a revolta contra Portugal, e com a Independência, oposição ao governo. A partir dos anos 70, houve modificações, quando as condições sociais e econômicas que se implantaram de modo ascendente no Brasil deram-lhe novo prestígio.

A crise política que se originou em 1868 com a queda do gabinete Zacarias foi o fator desencadeante. O Partido Liberal cinde-se em duas alas: a radical e a dos moderados. Os elementos que compõem a ala radical que então se forma evoluem para o republicanismo. Foi assim que surgiu o Partido Republicano do Rio de Janeiro, seguindo-se logo após a criação do núcleo de São Paulo. Criaram-se clubes republicanos e jornais em todo o país, concentrando-se de preferência no Sul. "Fazendo uma análise da distribuição dos jornais e clubes republicanos existentes no país, às vésperas de 1889, Oliveira Viana demonstrou que 73%

⁵² BOEHRER, George C.A. Da monarquia à república. Rio de Janeiro, MEC, s.d. p. 235.

⁵³ PESSOA, Reynaldo Carneiro. A idéia republicana no Brasil através dos documentos. São Paulo, Alfa Omega, 1973. p. 56.

dos jornais e 89% dos clubes localizavam-se nas províncias do sul do país, principalmente São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul" ⁵⁴.

Em Minas a adesão ao republicanismo se fez lentamente; a inclusão de representantes do meio rural, da Mata e Sul da Província, contrariando a norma geral observada de que as zonas rurais são mais conservadoras, enquanto as regiões urbanas são mais susceptíveis às idéias revolucionárias, encontra sua explicação fundamental na possibilidade de mando. Com a República, pretendem controlar o poder de modo mais eficaz. Some-se também o fato de que os fazendeiros da Mata eram representantes da região, que se convertera na mais rica da Província. A idéia republicana, aqui como em outros locais, oferecia a perspectiva de terem sido lesados pelo Governo Imperial.

Na Província mineira, ao contrário de São Paulo, o movimento nunca se mostra coeso. O republicanismo em Minas, mais talvez do que em outra qualquer parte do Império, nutre-se largamente da oposição aos partidos no poder, enquanto no poder, e, por certa inconsistência, nas convicções revolucionárias: "nos partidos em oposição, surgem declarações de republicanismo, mas logo que sobem os amigos, adeus mesquita republicana" ⁵⁵.

O desenvolver do ideal republicano na Mata se faz sentir, inicialmente, através do apoio dado ao Clube do Rio de Janeiro, pela cidade de Juiz de Fora, em 1871. Em 1872, funda-se, em Rio Preto um Clube Republicano. Mas na Zona da Mata a propaganda republicana foi feita menos pela fundação de clubes do que

⁵⁴ Citado por COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à República; momentos decisivos. São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 317.

⁵⁵ HOLANDA, Sérgio Buarque de. O Manifesto de 1870. In: - História geral da civilização brasileira. São Paulo, DIFEL, 1972. v.2, t.5, p. 266.

por propaganda de jornais. Esses são os elementos mais importantes de difusão das idéias republicanas. O principal jornal de Juiz de Fora, o Farol, apoia, desde 1871, o republicanismo, assim como A Propaganda, também de Juiz de Fora, Idéia Nova e A Irradiação de Leopoldina. Em Carangola aparece o jornal Transformação e em Cataguazes O Poder ⁵⁶.

No entanto, não houve progressos satisfatórios no republicanismo; o movimento estava longe de ser íntegro e não se fizeram tentativas de se criar um partido unificado como em São Paulo. Nos anos de difusão dos ideais republicanos, em Minas, os núcleos importantes, além de Juiz de Fora, eram Diamantina e Campanha.

Após diversas tentativas frustrantes, o Partido consegue organizar-se definitivamente em 1888.

Aspecto interessante a se destacar na Zona da Mata é que a luta pelo poder vai se desenvolver mais intensamente após a Proclamação da República, a nível inter-regional. "Conscientes da importância econômica da Mata, seus representantes adotaram uma política declarada de oposição a Ouro Preto, para eles símbolo do governo de opressão e centralização, obstáculo à sua ascensão ao poder político. Toda a insatisfação da Mata com a política dominante no Império transforma a mudança da capital numa séria questão política" ⁵⁷.

Os ideais separatistas que se manifestam em São Paulo, em relação ao governo central, como pressão a favor do federalismo, em Minas se colocam como elemento de pressão, mas contra o governo estadual e em decorrência das disputas em torno da

⁵⁶ PEDROSA, M.X. de V. op. cit. p. 216-17

⁵⁷ RESENDE, Maria Efigênia Lage de. Formação da estrutura da dominação em Minas Gerais: o novo PRM (1889-1906). Belo Horizonte, 1976 (tese de Livre Docência) mimeo. p. 64.

localização da nova capital. Estas questões políticas a nível local mascaram a realidade, que é a busca da hegemonia do poder pelo cafeicultor, obtida posteriormente com a aliança com São Paulo. Vários estudos largamente conhecidos abordam a aliança Minas e São Paulo, eixo da política na República Velha.

Retomando-se a questão a nível nacional, o velho plano centralizador da Monarquia mantinha-se, e, no último ano, ainda subsistia, porque algumas províncias o toleravam. Rui Barbosa proclamava nas páginas do Diário de Notícias:

"Os destinos da Monarquia estão entregues sem partilhas e sem reservas ao patriotismo de tres províncias do sul: Rio de Janeiro, Minas e São Paulo. Quanto estas meterem a cunha às fendas do trono, o desabamento será instantâneo. Devemos ir mais longe, se quizermos exprimir toda a verdade. Uma só dessas tres províncias, que se pronuncie em atitude materialmente hostil à Coroa, bastará para arrastar as outras e obrigar a família real à expatriação." 58

A identificação entre poder político e econômico manteve a estabilidade do regime imperial. O fim do Império nasceu de uma defasagem entre o poder econômico e político, este ainda oriundo de áreas empobrecidas, de onde provinham tradicionalmente os elementos que manipulavam o poder. E o poder econômico nas mãos de outras áreas que não possuíam a devida representação do governo.

⁵⁸ FAORO, R. op. cit. p. 463.

O quadro descrito mostra as transformações ocorridas no século XIX, a nível nacional e provincial. As discussões que, em superfície, se travam em torno da centralização e descentralização são apenas expressões de interesses profundos dos detentores do poder econômico em obter ou conservar o aparelho de Estado.

Na Zona da Mata, o grande aumento populacional e poderio econômico são indicadores de posteriores transformações políticas; resta examinar o terceiro elemento: o crescimento da população eleitoral corolário dos primeiros, será também elemento concorrente para os desequilíbrios de poder em Minas Gerais.

2. A população eleitoral: organização e transformações

2.1. O sistema eleitoral

A análise das leis que regem o sistema eleitoral do Império é importante, na medida que se pretende examinar, na parte seguinte, a influência que elas exercem na dinâmica da população eleitoral e as conseqüências que nela se operam, em função desse mesmo processo.

O acesso à vida política, regulamentado pelas leis eleitorais, que se baseavam no princípio da eleição indireta, o qual selecionava os eleitores e elegíveis segundo critérios consuetudinários, excluiria da vida pública amplas camadas da população, não alterando as bases de poder tradicionalmente existentes.

A Constituição do Império desconhecia, portanto, o sufrágio universal e a eleição direta ¹.

¹Segundo a Constituição do Império:

"Art. 92 - São excluídos de votar nas assembleias paroquiais.

Os menores de 25 anos, nos quais não se compreendem os casados e os oficiais militares, que forem maiores de 21 anos, os bacharéis formados e clérigos de ordens sacras.

Os filhos — famílias que estiverem na campanha dos pais, salvo se servirem ofícios públicos.

Os criados de servir, em cuja classe não entram os guardalivros e primeiros caixeiros das casas de comércio; os criados da casa imperial que não forem de galão branco e os administradores das fazendas rurais e fábricas.

Os religiosos e quaisquer que vivam em comunidade claustral.

Os que não tiverem renda líquida anual 100\$ por bens de raízes, indústria, comércio ou emprego.

Art. 94 - Podem ser eleitos e votar na eleição dos deputados, senadores membros dos conselhos de província todos os que podem votar na assembleia paroquial. Excetuando-se: os que não tiverem renda líquida anual 200\$ por bens de raiz, comércio ou emprego.

Os libertos

Os criminosos pronunciados em querela ou devasa."

BRASIL, Leis e Decretos. Constituição Política do Império do Brasil. In: Collecção de Leis do Império. Rio de Janeiro, Imprensa Official, 1886, p. 321.

As eleições se faziam em dois graus: nas primárias compareciam os simples votantes, que, reunidos nas Paróquias, escolhiam diretamente os vereadores e juizes de paz; nas secundárias, que escolhiam os representantes nacionais e provinciais, decidiam os eleitores.

A Paróquia, do ponto de vista eleitoral, era a mesma paróquia da instituição do direito canônico.

Os órgãos de base política do Império, regulamentados ao longo de três momentos, tiveram duas fases decisivas: uma que se prolongou por quase todo o regime, e a que veio da eleição direta. Essas instituições constituíam uma hierarquia singular. Antes da lei de 1846, o Brasil se dividia de acordo com o regulamento eleitoral, em províncias; depois de 1855 em distritos, colégios e paróquias, distritos de paz e secções².

O sistema eleitoral estabelecido pela Constituição deixa muito a desejar. São freqüentes os ataques e reclamações contra ele, emanados muitas vezes dos próprios representantes do poder. O Ministro do Império, Cândido de Araújo Viana, proclama, em 1842, os vícios do sistema:

(...)quando todos esses meios falham é empregado outro recurso; empenham-se em perturbar por todos os modos as operações eleitorais. Se a maioria de cidadãos indignada se retira sem entregar as suas listas, aparecem não obstantes, pejadas as urnas de um número delas excedente aos cidadãos ativos das paróquias. Das mãos do que as proclamaram, recebem as mesas as listas aos maços, aos centos e sem conta quer venham

²TORRES, J.C. de O. op. cit. p. 217

*ou não assinadas quer os nomes que por baixo delas se lêem sejam ou não de cidadãos ativos, de meninos, de escravos, e ainda mesmo imaginários. E, como se não bastara, é a apuração feita por essas mesas com amarga e criminosa derrisão do direito de votar! Contam os votos como lhes apraz; lêem os nomes dos votados como lhes parece; apuram listas em massas. A esses atentos outros acrescem: roubam-se as urnas; substituem-se nelas as listas verdadeiras, ou pelo menos publicamente recebidas, por outras falsas; e, até então não se hesita diante da escandalosa e tão pública falsificação das atas(..)"*³ ..

A lei eleitoral de 1846 nasceu de um substitutivo do projeto apresentado em 1845 pela Comissão de Constituição e Poderes da Câmara dos Deputados, sendo as propostas principais: "regularização do processo de qualificação dando mais segurança aos direitos dos votantes; garantia da representação das minorias, quernas mesas eleitorais, quer nas juntas de qualificação, organizadas pelo mesmo sistema; adoção plena do princípio das incompatibilidades; elevação do censo para os votantes, que deveria passar a ser computado em prata, valor real"⁴ .

As discussões do projeto se prolongam, sendo a lei aprovada, tornando-se a de nº 387, de 16 de agosto de 1846. A Comissão aceita muitas das emendas; digna de se registrar a que dá direito ao cidadão de recorrer aos tribunais de segunda instância

³JAVARI, B. de. op. cit. p. 84.

⁴TORRES, J.C. de O. op. cit. p. 260.

caso não fosse qualificado votante, e outra, recusando ao Senado o direito de verificação dos poderes de seus membros. O direito de recorrer dos votantes é regulamentado segundo o artigo 38 da lei de 19 de agosto de 1846.

"Das decisões do Conselho Municipal, poder-se-á recorrer para a Relação do Distrito, a qual decidirá prontamente o recurso, segundo a fórmula estabelecida nos artigos 32 e 33 do Regulamento das Relações com preferência a qualquer outro serviço, sem formalidades de juízo, examinando as reclamações não atendidas, e os documentos que as acompanharão, sem admitir novos, nem alegações" ⁵.

O processo que fixa o número de eleitores é estabelecido pelo artigo 107: "De oito em oito anos, proceder-se-á ao arrolamento da população geral do Império. O arrolamento determinará o número de eleitores, correspondendo a cem fogos cada eleitor. O arrolamento deverá ser enviado à Assembléia Geral com o fim de fixar-se por lei e número de eleitores de cada paróquia do Império. Por fogo entende-se a casa, ou parte dela, em que habita uma pessoa livre ou uma família com economia separada" ⁶.

A determinação do número de deputados à Assembléia Provincial e Geral, dependendo da lei ordinária, varia pouco. O Artigo 74 da referida lei assim se expressa sobre o assunto:

"A Província do Rio Grande do Sul dará três deputados. São Paulo nove, Mato Grosso um, Santa Catarina um, Goiás dois, Minas Gerais vinte, Rio de Janeiro dez, Espírito Santo um, Bahia ca

⁵ BRASIL, Império. Lei nº 397 de 19 de agosto de 1847. In: Colecção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro, Nacional. 1846, p. 20.

⁶ Idem, p. 34.

torze, Sergipe dois, Alagoas cinco, Pernambuco treze, Paraíba cinco, Rio Grande do Norte um, Ceará oito, Piauí dois, Maranhão quatro, Pará três" ⁷.

"O número de Senadores corresponderia à metade da representação provincial na Câmara dos Deputados. Os deputados à Assembleia Provincial também eram fixados por lei. Minas Gerais sempre teve uma representação de quarenta" ⁸.

Como se verifica, as modificações são mínimas. A principal refere-se à nova organização das Juntas Qualificadoras e à possibilidade de recurso dos votantes não aceitos. Quanto às juntas, assim se expressa o Artigo 39: "O presidente da Junta será o Juiz de Paz mais votado do distrito da Matriz, esteja ou não em exercício, esteja embora suspenso por ato do governo ou por província em crise de responsabilidade. Na sua ausência, falta ou impossibilidade física ou moral, fará as suas vezes o imediato em votos" ⁹.

Procura-se corrigir a interferência policial na qualificação dos votantes, substituindo os delegados e os subdelegados pelo Juiz de Paz. Tavares Lira chama a atenção para o fato de que o principal mérito da lei de 1846, foi dar relativa estabilidade ao alistamento eleitoral — porém os vícios não terminam: "não se podia extinguir, de um dia para o outro, o fôsforo, o capanga, os cabos eleitorais, enfim os potentados de toda ordem que apareciam quando se feriam pleitos disputados" ¹⁰.

⁷ BRASIL, Império. op. cit. p. 28

⁸ Idem, p. 29.

⁹ Idem, ibidem, p. 13.

¹⁰ LIRA, Heitor Tavares de. História de Dom Pedro Segundo. Rio de Janeiro, Nacional, 1940, p. 524.

A lei nº 842, de 19 de setembro de 1855, que instituiu o sistema de círculos, constitui a glória do Marquês do Paraná. A expressão eleitoral do Gabinete da Conciliação presidido por ele poderá ser inferida pelo empenho do chefe do Gabinete em reformar a lei de 1846.

A primeira proposta de reforma é apresentada pelo senador Paulo e Souza; somente em 1851 é discutida no Senado, e seu andamento data de 1855.

As comissões reunidas de Constituição e Legislação do Senado, em seu parecer sobre o projeto, declaram-no: 1º - inconstitucional — pois segundo o artigo 90 da Constituição, os representantes da Nação e províncias deveriam ser eleitos por eleitores de província"... ora, o artigo do projeto que divide as províncias em distritos eleitorais, cada um dos quais dê um deputado somente, modifica em sua essência a disposição constitucional, fazendo com que os eleitores e a eleição que eram de província se tornem propriamente de distritos" ¹¹. 2º - tendente a favorecer as influências locais: "a opressão será maior desde que em suas mãos está a sorte da eleição do respectivo distrito, e da sua vontade absolutamente depende o resultado dela" ¹². 3º - uma evidência do rebaixamento do nível da Câmara - "tendem a sufocar a liberdade do voto, dando somente nova força e vigor a influências menos legítimas, por isso que, em geral, têm menos capacidade e ilustração" ¹³.

O Marquês do Paraná, entretanto, reafirma a necessidade da lei:

¹¹ Citado por MOREIRA, Colares. A Câmara e o regime eleitoral no Império e na República. Estudos Legislativos. Brasília, 1: jan-jun., 1973, p. 84.

¹² Idem, p. 84

¹³ Idem, ibidem, p. 85.

"Não duvido que o projeto seja uma embaraçadela para aqueles que se queiram sobrar sobre a chusma, para os que não pudessem apresentar-se isoladamente a um círculo (...) eu não me inibo ao Governo de se interessar por eleições sinceras e livres; o que não permito ao Governo são as fraudes, as trocas, e a imoralidade. O Governo é assaz interessado na marcha da sociedade para ser desinteressado nas eleições" ¹⁴.

Discute-se também o problema das incompatibilidades.

Encerrada a discussão do projeto, foi ele aprovado por 54 contra 36 votos, tornando-se a lei denominada Lei dos Círculos.

Pelo Artigo 1, § 3º, as províncias do Império seriam divididas em tantos distritos eleitorais quantos fossem os seus deputados à Assembléia Geral, sendo pelo § 4º a primeira divisão feita pelo Governo, ouvidos os presidentes das províncias, divisão que posteriormente só por lei poderia ser alterada. Pelos §§ 6º, 7º e 8º eram criados os suplentes de deputados, prescrevendo-se a forma de como seriam eleitos: o § 2º declarava as incompatibilidades, proibindo que os presidentes de províncias e seus secretários, os comandantes de armas e generais em chefe, os inspetores de fazenda geral e provincial, os chefes de polícia, os delegados e subdelegados, os juizes de Direito e municipais fossem votados para membros das Assembléias Provinciais, Deputados ou Senadores nos colégios eleitorais dos distritos que exercessem autoridade ou jurisdição, sendo nulos os votos que nele recaissem ¹⁵.

¹⁴ Idem, ibidem, p. 87

¹⁵ BRASIL, Império. op. cit. p. 46.

Sintetizando, temos que a lei introduziu no sistema eleitoral do país três novidades:

- as incompatibilidades eleitorais
- as divisões das províncias em círculos de um só deputado
- a eleição de suplentes de deputados

Para Tavares Lira, a lei continha as seguintes vantagens:

- diminuía a influência do governo e das fraudes
- punha o eleitor em contato com o candidato
- facilitava a fiscalização por parte das Câmaras
- oferecia menores oportunidades de agitação, por restringir o âmbito de repercussão das lutas
- moderava o espírito de provincialismo
- acabava com as grandes bancadas maciças
- diminuía a influência do governo sobre as bancadas
- permitia que os interesses locais fossem melhor consultados
- possibilitava a representação das minorias¹⁶.

Os políticos do período aplaudem a reforma. Pimenta Bueno assim a comenta:

"... o sistema de círculos ministra importantes vantagens. Facilita a manifestação e representação de todos os interesses e opiniões desde que tenham alguma importância, pois que desde então conseguirão maioria em um ou outro distrito, e não serão aniquilados pela maioria provincial; evita e declina influências pessoais que podem ser nocivas, mormente quando provinciais" ¹⁷. Teófilo Ottoni expressa a mesma opinião: "... e

¹⁶ Citado por TORRES, J.C. de O. op. cit. p. 264

¹⁷ BUENOS, José Antônio Pimenta. Direito público brasileiro e análise da Constituição do Império. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça. 1958. p. 199.

assim que a eleição por círculos atenderá de ora em diante aos interesses legítimos de todas as localidades, prescrevendo o falseamento das urnas por meio das chapas provinciais" ¹⁸.

Os resultados obtidos com a referida lei não satisfazem o Governo. Cogita-se de nova reforma eleitoral. O problema é abordado na Fala do Trono, em 1860: "os abusos a que deu lugar a execução da última lei eleitoral aconselham a adoção de providências que ponham cobro à sua reprodução". Respondendo à Fala, dizia a Comissão encarregada do projeto de reforma, composta pelos deputados Cunha Figueiredo, Nebias e José Antonio Saraiva: "reconhecendo a Câmara dos Deputados os defeitos da última lei eleitoral, ela não poupará trabalho para ocorrer aos abusos, que ultimamente se deram, procurando iniciar e votar as medidas que lhes pareçam mais urgentes" ¹⁹.

O projeto, que se tornou lei, foi apresentado à Câmara pelo deputado Sérgio de Macedo. Esse projeto prescrevia que nenhuma província daria menos de dois deputados: alargava os distritos, confiando-lhes a eleição de três deputados à Assembléia Geral. Suprimia também a eleição dos suplentes, revogando o art. 7º da lei de 1855.

As vagas se preencheriam por novas eleições.

A comissão especial que tinha sob a sua responsabilidade a reforma deu parecer favorável ao projeto. Enviado à Câmara, foi aprovado, constituindo o decreto nº 1082 de 18 de agosto de 1860. ²⁰

¹⁸ OTTONI, T. op. cit. p. 235

¹⁹ Citado por MOREIRA, C. op. cit. p. 92

²⁰ BRASIL, Império. op. cit. p. 353-60.

A contar de 1860, diversos projetos são apresentados à Câmara, com referência a assuntos eleitorais uma vez que no propósito de evitar as Câmaras unânimes, as reformas nada haviam produzido. Mas a corrente liberal, a partir de 1869, exigirá eleições diretas na Corte e capitais das províncias, em cidades com mais de dez mil habitantes; indiretas no interior.

Como de costume, os debates na Câmara são acirrados; os liberais defendem as eleições diretas:

"(..)mas senhor presidente, a reforma eleitoral que votamos não é uma tentativa, é uma ostentação ousada do poder que tem avasado este país; e não há que esperar para a nação brasileira, durante o reinado do Sr. D. Pedro II, o direito de eleger representantes da nação que é a melhor atribuição do poder moderador — não há que esperar que a nação perca a esperança de recuperar este direito que reúne em si todas as garantias possíveis de liberdade! diz um deputado em 1876" ²¹.

A resposta dos conservadores é feita por Cândido Mendes.

"Entendo que se deve deixar essa glória ao partido que se esforça pela eleição direta, até para não dizerem que se lhes está tomando a bandeira; dizeis que esta reforma é uma aspiração nacional, está vencido que

²¹BRASIL. Anais da Assembléia Legislativa Geral. Sessão ordinária de 17 de julho de 1868. Rio de Janeiro, Diário do Rio de Janeiro, 1868. p. 172.

*assim é. Pois bem a glória é vossa, fa-
zei executar a reforma. Mas eu pedirei
sempre e aconselharei aos conservadores
que não aceitassem este presente de
grego" ²².*

Assim, os Conservadores e a Coroa resistindo, passou o Conselho de Estado a mostrar-se contrário a ela. Surgiu então a solução intermediária, com o projeto das listas incompletas, tornando-se depois a chamada Lei do Terço. A lei nº 2675 de 20 de outubro de 1875, cujo objetivo principal era combater as Câmaras unânimes, formadas por interesses ministeriais, tentou corrigir o mal, estipulando que se fizesse a qualificação permanente dos votantes e a exclusão dos alistados só em casos taxativos, resolvidos em sentença judicial. "§ 21: a qualificação feita em virtude dessa lei é permanente para o efeito de não poder nenhum cidadão ser eliminado, sem provar-se que faleceu, ou que perdeu a capacidade política para o exercício do direito eleitoral por algum dos factos designados no art. 7º da Constituição do Império" ²³. Fixado o número de eleitores de cada paróquia, só por lei poderia ser alterado, em vista tão somente das modificações que tivessem ocorrido no novo arrolamento da população. As eleições deveriam ser por províncias, devendo cada eleitor votar em dois terços do número de deputados a serem eleitos, de maneira a que os eleitores em minoria tivessem meio de serem representados. Para deputados à Assembléia Geral e membros das Assembléias Provinciais, cada eleitor votaria em tantos nomes quantos correspondessem aos dois terços do número

²² Citado por HOLANDA, Sérgio Buarque de. Novo sistema eleitoral In: História geral da civilização brasileira. São Paulo, DIFEL, 1972 t. 2, v.5, p. 181-82.

²³ BRASIL, Império. op. cit. p. 163.

total marcado para a Província. "Se o número marcado para deputados à Assembléia Legislativa Provincial for superior ao múltiplo de três, o eleitor adicionará aos dois terços um ou dois nomes de cidadãos, conforme fosse o excedente" ²⁴.

No aspecto concernente às rendas, excluam-se de votar em representantes da nação e província os que não tivessem 400 mil réis de renda líquida anual por bens de raiz, indústria e comércio. Não se pode ter aí, entretanto, uma reforma, pois já em 1876 se fixara este montante para eleitores, alegando-se que, modificado o padrão monetário, "os 200 mil réis da Constituição, computados em prata, equivaliam justamente a 400 francos" ²⁵.

A diferença porém consiste em que no texto constitucional dava-se essa renda como condição necessária para o eleitor, e agora passa ela a ser o mínimo necessário, sendo essa a soma exigida por lei. Relativamente aos analfabetos, a sua exclusão da lei eleitoral estava contida no artigo 1º, § 4º: "as listas gerais que as Juntas parochiais devem organizar conterão, além dos nomes... a declaração de saber lei e escrever..." ²⁶. Essa exigência não ocorrera aos constituintes e nem aos autores da Carta outorgada. Não se difundira ainda a crença de que o bom discernimento do eleitorado dependia de semelhante condição. "Tal exigência era incompatível num país onde a grande massa da população era composta de analfabetos, com uma assembléia que deveria ser verdadeiramente representativa da vontade nacional" ²⁷.

²⁴ Idem, p. 168.

²⁵ HOLANDA, S.B. de. op. cit. p. 198.

²⁶ Idem, p. 163

²⁷ Idem, op. cit. p. 184.

A representação das minorias por meio de listas incompletas, tanto para eleitores como para deputados, acabara com os círculos.

O fulcro doutrinário do sistema estava na esperança de que os grupos minoritários pudessem se beneficiar da terça parte da representação não sufragada nas cédulas da maioria. Os interesses políticos usaram de artifícios, usando rodízios, para burlar a lei: "revezando os nomes dos candidatos nas cédulas, mediante cálculo prévio do número de eleitores de cada partido, logo grava a maioria suprimir a representação minoritária ou reduzi-la abaixo do terço legal"²⁸. Entretanto, apesar de alguns cuidados, inclusive quanto ao sistema de incompatibilidade, observados na Lei do Terço, o vicioso processo de apuração entre os órgãos políticos, indo desde a base, constituída pela mesa eleitoral da Paróquia, até em última instância, as Assembléias Legislativas contribuíram para a falência da lei de 1875.

As esperanças nas eleições diretas, demonstradas já nas discussões da lei anterior, são renovadas.

Já em 1878, no gabinete presidido pelo Visconde de Sinimbu, ele expõe no programa do Ministério a condenação da eleição indireta:

"Sua majestade tendo reconhecido a oportunidade de se fazer a reforma direta, informado da opinião do país, que não vê hoje nisso uma questão de partido, mas de interesse geral.

(...) E como a eleição direta é um princípio comum entre o Ministério e a repre -

²⁸ LEAL, V.N. op. cit. p. 222.

sentação nacional, principalmente a Câmara dos Srs. Deputados, estamos persuadidos de que ela, inspirando-se em verdadeiro patriotismo, com o seu poderoso concurso, há de facilitar a tarefa, esforçando-se para que seja realidade o que tem sido até agora alvo constante de nossas aspirações" ²⁹.

Para a realização da reforma, havia dois caminhos a seguir — por meio de uma lei ordinária ou mediante reforma constitucional. Rejeitada esta forma pelo Senado, é manifesta a opinião da maioria de seus membros favoravelmente à franca decretação de uma lei ordinária. Sendo as preferências do Gabinete Sinimbu pela reforma constitucional e efetuando-se sua rejeição, este é substituído por outro, chefiado por José Antônio Saraiva.

O ministro do Império, Barão Homem de Melo, apresenta a proposta de reforma do Gabinete Saraiva.

"(...) pela qual, o art. 2 seria eleito todo cidadão brasileiro, nato ou naturalizado, católico ou acatólico, ingênuo ou liberto, no gozo dos direitos políticos desde que fosse maior de 21 anos, com exercício efetivo dos direitos civis e renda não inferior a 200\$000. Nos outros artigos, o 1º prescreve a eleição direta como no 3º a prova de renda, o 5º a ren-

²⁹ BRASIL, Ministério dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. Relatório apresentado à Assemblêia Geral Legislativa na 1a. sessão da 17a. legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura Comércio e Obras Públicas... Visconde de Sinimbu, Rio de Janeiro, Nacional, 1878, p. 105-6.

da legal, 5º e 6º e 7º alistamento, 8º as condições de ilegitimidades e seguintes — o processo das eleições" 30.

A proposta da reforma eleitoral começa a ser discutida em 1880. Os debates se travam principalmente em torno dos dois pontos cardeais: a exclusão dos analfabetos e o censo pecuniário. Entre os paladinos dessa exclusão e defensores das difíceis provas de rendas incluem-se principalmente Saraiva, Rui Barbosa e o deputado Cândido de Oliveira. E entre os opositores principais, Joaquim Nabuco e Saldanha Marinho.

É interessante a citação dos discursos, que falam por si mesmos.

Cândido de Oliveira considera ótima a proposta de exclusão dos analfabetos, pois um indivíduo que não quer instruir-se, não lê jornais, não pode conhecer os méritos de um candidato: "Os analfabetos não têm opinião por si, inspiram-se nas opiniões alheias, são o reflexo do pensamento dos potentados e, a meu ver seria um grande perigo para a verdade da eleição se eles para ela concorressem sem a consciência da sua responsabilidade" 31.

Rui Barbosa não tem dúvidas em aplaudir a exclusão dos que não sabem ler e escrever do direito de votar. Por que?

"Porque é justa, porque é útil, porque é civilizadora, porque é sobretudo li-

³⁰ BRASIL, Assembléia Geral. Discurso proferido, na 18a. legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios do Império. Barão Homem de Melo, Rio de Janeiro, Nacional, 1880, p. 107.

³¹ BRASIL. Anais da Assembléia Legislativa Geral, 1882. p.238.

beral. O discernimento necessário para conhecer os negócios do Estado, não o obtém o indivíduo do simples convívio social da coletividade. Não é na conversação diária. Não é nos sermões do pároco que se podem aprender as coisas da política. O verdadeiro discernimento político, o conhecimento dos negócios, só se aprendem com a leitura, e isto é impossível aos analfabetos" ³².

A oposição se manifesta através de Joaquim Nabuco:

"Pois não é dos iletrados, e analfabetos — da massa inconsciente — que procediam os vícios nas eleições, eram dos "embaladores" de chapa dos manipuladores dos cabalistas, dos calígrafos. E era, em última análise, dos candidatos, e, melhor, dos deputados, dos senadores, dos ministros, quer dizer, das classes superiores. Mais escandaloso do que manter o voto dos analfabetos era julgar que esses mesmos analfabetos, que não podem escrever, seriam os culpados pelas atas falsas, e era querer crer que lhes cabia o crime das qualificações fraudulentas, das duplicatas imaginárias e das apurações indecorosas" ³³.

³² Idem. p. 239.

³³ Idem, ibidem, p. 240

Onde estariam essas ondas de instruções, que deveriam estar dispersas por todo o país, para se exigir a condição de saber ler e escrever para ser eleitor?

O principal argumento de que se serve Rui Barbosa na defesa do censo pecuniário é de que os 400\$000 de renda anual são uma quantia estritamente necessária para que o indivíduo tenha as condições mínimas de independência. "Ora, pergunto, na mais apertada pobreza, na mais humilde esfera social, quem haverá, já não digo chefe de família, mas só absolutamente só e para si, quem haverá neste país que coma, vista-se e alugue um aposento a menos de 400\$000 anuais?"³⁴.

Inscreve-se também a argumentação de Saraiva em relação à limitação do eleitorado pela renda:

*"(...) que se tem feito uma questão com o nome me dos operários? Mas os operários estão tranquilos. E porque ficam tranquilos os operários? Por que, o que somos nós, senhores? Nós somos netos ou bisnetos de operários. Onde está a fidalguia do Brasil? Está ela representada na Câmara? O que eram nossos avós e bisavós? Operários que vieram de Portugal ganhar fortuna, lavrando a terra ou trabalhando a salário no Brasil"*³⁵.

Saldanha Marinho concentra seus argumentos oposicionistas no processo de renda, que reduzia, pela sua dificuldade, o eleitorado:

³⁴ Idem, p. 250.

³⁵ Idem, ibidem. p. 251.

"A maioria, e aviltamento, de cidadãos hoje no gozo do direito de concorrer à eleição fica reduzida. Será isso uma perfeita explicação. É um princípio falso senhores, afirmar que o trabalhador, que o proletário, o homem do povo que não possa exhibir um conhecimento do tesouro, não deve votar porque não tem contribuído com o seu contingente para as despesas do Estado. Bem ao contrário o imposto pesa cruelmente sobre o consumidor; é ele que paga tudo... no nosso país ninguém pode ser impedido de votar, ser repellido nas urnas, privado do gozo do principal atributo do cidadão, sob o falso pretexto de que não concorreu para as despesas públicas" ³⁶.

Depois de todas as discussões, foi o projeto convertido em lei, passando à História com a denominação de Lei Saraiva. Por ela seriam eleitos todos os cidadãos que tivessem renda anual de 200\$000 por bens de raiz, indústria, comércio ou emprego, excluídas as praças de pré e os serventes das repartições e estabelecimentos públicos; esta teria a forma de prova de renda, da qual seriam dispensados, tendo-a legal, os ministros, os conselheiros de estado, os bispos, os presidentes de província, seus secretários, os senadores, deputados gerais e provinciais, magistrados perpétuos ou temporários, promotores, chefes de polícia, delegados e subdelegados de polícia, clérigos de ordem sacra, diretores de tesouro, inspetores das tesourarias de fazenda gerais e provinciais, os procuradores fiscais e dos feitos

³⁶ Idem, p. 252.

da fazenda; inspetores de alfândegas, chefes das repartições das arrecadações ou diplomados por faculdades, academias, escolas ou institutos nacionais ou estrangeiros, legalmente reconhecidos, os diretores de casas de educação com frequência de mais de 20 alunos, verificada desde mais de um ano anterior ao alistamento, os juizes de paz e vereadores efetivos do quadriênio de 1877 a 1881 e do seguinte, e os cidadãos qualificados, jurados na revisão feita em 1879.

Entregou-se o serviço de qualificação aos magistrados³⁷.

Alistaram-se, em todo o Império, cerca de 150.000 eleitores, e isso devido à massa de jurados qualificados na revisão de 1879, que a lei dispensou de prova de renda, e votaram na eleição de 96.411 eleitores. O Império foi dividido em 112 distritos eleitorais³⁸.

No entanto, apesar das sucessivas reformas, as eleições, no contexto político do Império, sempre foram insatisfatórias. Isto não constitui nada de especial, ao se atentar para a especificidade de nosso sistema parlamentarista, em que a rotação dos partidos dependia quase que exclusivamente do poder Moderador, ou seja, do critério pessoal de D. Pedro II, acolitado pelo Conselho de Estado. Nabuco de Araújo repetiu essa situação em seu citadíssimo sorriso:

"O poder Moderador pode chamar quem quiser para organizar Ministérios; esta pessoa faz a eleição, porque há de fazê-la; esta eleição faz a maioria"³⁹.

³⁷ BRASIL. Império. op. cit. p. 522-43

³⁸ Idem, p. 543.

³⁹ NABUCO, Joaquim. Um estadista do Império. São Paulo, Ipê. 1944. p. 235.

A reforma de 1881 mostrava-se progressista em alguns aspectos, especialmente no voto direto, no voto dos acatólicos e dos libertos, mas retroagia na exclusão dos analfabetos, que constituíam a quase totalidade da população do país.

2.2. A população eleitoral: suas transformações e representatividade

Como acontece com a ordem econômica, a legislação eleitoral reguladora da estruturação da população eleitoral é construída em função do atendimento aos interesses das camadas representativas da estrutura do poder. Ainda que se diga em superfície que se objetiva o atendimento da sociedade, as linhas diretoras visam a atender as camadas dirigentes.

O fortalecimento do poder central implica o controle político por parte das esferas mais altas, as quais têm condição de traçar estas diretrizes. A imposição da lei de 1846 e 1855, que organizam inicialmente o processo eleitoral, é fruto das condições políticas da época. Os municípios e províncias deviam estar muito bem atrelados ao Centro, onde sobressaíam os interesses agrários. Assim, eleições e população não refletem a verdadeira divisão eleitoral do país e sim a definição partidária do governo.

Com a centralização política, organizam-se ministérios conciliadores, expressão de união temporária entre liberais e conservadores, consolidando a hegemonia de uma elite dominante, cônica de seus objetivos. "A relativa prosperidade econômica impõe aos políticos essa unidade para melhor defesa de seus interesses" ⁴⁰.

A conciliação evitava os excessos, adiando conflitos e não promovendo reformas. Nabuco de Araújo advertia as classes conservadoras de que "o governo deverá atentar para os problemas pois não se trata apenas de questões políticas, a estas ques

⁴⁰ IGLESIAS, Francisco. op. cit. p. 40.

tões políticas estão associadas questões sociais, e essas são de grande alcance, de grande perigo" ⁴¹. Era a defesa da ordem, em nome da grande propriedade.

A conciliação não ia se empenhar em reformas sociais ou econômicas. A Câmara satisfazia-se com as reformas eleitorais e jurídicas, "tentando aperfeiçoar, ou melhor, escamotear o regime representativo, num país composto de tantos escravos e analfabetos" ⁴².

A fisionomia eleitoral da província de Minas Gerais em 1854 é regulamentada pela lei de 1846. A busca de reformas formais, evitando as estruturais, leva à sua elaboração. As modificações da lei, discutidas anteriormente, não alteram o essencial.

Um dos grandes grandes vícios, a interferência dos presidentes de províncias e autoridades judiciárias, contribui para a manutenção do sistema vicioso. É significativa a posição do presidente José Ricardo de Sá Rego, quando se pronuncia sobre as eleições na Vila de Montes Claros de Formiga:

*"Não me faltarão avisos particulares e requisições até o Juiz de Direito d'aquela Comarca fazendo-me sentir a necessidade de colocar ali alguma força para conter os excessos de um dos partidos, já acostumados a não respeitar em taes ocasiões os direitos de seus adversários(..)"*⁴³.

⁴¹ NABUCO, Joaquim. op. cit. p. 108-9.

⁴² RODRIGUES, José Honório. Conciliação e reforma no Brasil. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965. p. 60.

⁴³ REGO, José Ricardo de Sá. Relatório que à Assembléia Legislativa apresentou o Sr... Presidente da Província na abertura da sessão extraordinária do anno de 1851. Ouro Preto, T. Provincial, 1851, p. 18.

Submetida à centralização, sem maior expressão econômica, a população eleitoral se distribui em sua maior parte, conforme se verifica pelo quadro 6, em áreas de povoamento mais antiga, em correspondência econômica à fase de sua involução. O arrolamento da população e a fixação do número de eleitores e votantes, sendo da competência, o primeiro da Assembléia Provincial e o segundo da Geral, ouvidas as províncias, infere-se que o poder político ainda emana dos antigos centros mineradores.

Quadro 6

População eleitoral da Província de Minas Gerais - 1854

Comarca	Votantes	Eleitores	Comarca	Votantes	Eleitores
Ouro Preto	5.628	127	Sapucai	7.223	178
Rio das Velhas	8.136	184	Rio Verde	3.624	93
Serro	7.683	188	Rio das Mortes	171	4
Jequitinhonha	5.947	159	Pomba	9.615	210
R. São Francisco	4.002	93	Piracicabana	9.388	209
Paracatu	2.095	109	Paraibuna	3.386	62
Paraná	2.230	76	Três Pontas	3.518	76
Rio Grande	3.356	89	-	-	-

FONTE: Relatório do Presidente de Província - 1854

O Gabinete da Conciliação pretende corrigir os vícios do sistema eleitoral, reformando a circunscrição, diminuindo-a, da Província para o círculo de um deputado e desligando a junta de qualificação e as mesas das assembleias paroquiais da obediência ao governo provincial. Supõe que ao moderar a pressão provincial contra os chefes locais, a Conciliação continue com um dos seus objetivos, promovendo o fim das câmaras unânimes. O

contato direto do candidato com o eleitor anularia a pressão provincial. A conciliação acima dos partidos é buscada a nível local. "O que cumpre nestas circunstâncias é que o ministério se coloque acima dos partidos ⁴⁴ .

Da reforma eleitoral as elites tudo esperam; em sua configuração mental, vendo apenas a realidade legislada, não consideram os pressupostos sociais e econômicos.

A província de Minas Gerais sô é redividida, de conformidade com a Lei dos Círculos, em 1856. As dificuldades e morosidades dos serviços administrativos a explicam, como se apreende das informações prestadas pelo presidente da província, Diogo Pereira de Vasconcelos: "... tendo que prestar ao governo imperial as informações exigidas pela resolução de 1856, ordenei às Câmaras municipais em observância dos avisos do Ministério do Império de 11 de outubro do anno passado, que me prestassem algumas das informações e porque não estejam ellas completas até esta data, tem V. Exc. de desempenhar a incumbência da citada lei" ⁴⁵ .

A nova divisão eleitoral acarreta inúmeros problemas políticos. As distorções de hierarquias administrativas e judiciais assumem formas especialmente dramáticas, no que concerne às eleições.

Pelo Ato Adicional, cabia às Assembléias a divisão administrativa, civil e eclesiástica, e portanto das paróquias — essas entretanto, sô conheciam existência legal depois de canonicamente instituídas pela autoridade competente. Mas sendo órgãos de base das operações eleitorais, o interesse político das

⁴⁴ RODRIGUES, J.H. op. cit. p. 61.

⁴⁵ VASCONCELOS, Diogo Pereira de. Relatório que o Sr... Presidente da Província dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial na sessão ordinaria de 2 de fevereiro de 1865. Ouro Preto, T. Bom Senso, p. 16-19.

alterações na divisão eclesiástica das províncias adquiria aspectos perfeitamente compreensíveis. Muitas vezes isso se fazia sem qualquer consulta às autoridades eclesiásticas, acarretando inúmeros conflitos⁴⁶. A citação do Visconde do Uruguai expressa bem o contexto político do problema:

Quadro 7

Circunscrições eleitorais da Província - 1856

Distritos	Colégios	Paróquias	Distritos	Colégios	Paróquias
Ouro Preto	1	17	Caldas	1	10
Pitangui	1	11	Pouso Alegre	1	10
Sabarã	1	17	Baependi	1	16
Itabira	1	15	Campanha	1	15
Serro	1	7	Vila Nova de Formiga	1	9
Diamantina	1	8	S. João d'El Rey	1	15
Minas Novas	2	10	Barbacena	1	12
Montes Claros de Formiga	3	11	Leopoldina	1	12
Paracatu	2	6	S. Januário do Ubã	1	11
Uberaba	1	9	Mariana	1	17

FONTE: Relatório do Presidente da Província - 1856.

"Todos sabem como pelas Assembléias Provinciais são feitas entre nos estas divisões. São completamente arbitrárias, porque não têm padrão e condições que lhes sirvam de base.

Uma influência eleitoral quer assegurar a sua dominação, e enfraquecer o adver-

⁴⁶ TORRES, J.C.de O. op. cit. p. 278.

sário. Convem-lhe adquirir uma freguezia com cujos votos conta, e passar para um município ou freguezia vizinha individuos com cujo auxílio se avanta a o adversário, o qual ficará inutilizado com a nova divisão. Promove então a divisão territorial ou conveniente modificação da existente" ⁴⁷ .

Confirmando sua argumentação, Uruguai cita os debates do Conselho de Estado provocados por nove leis mineiras, uma delas criando 17 paróquias; a de 19 de junho de 1850, remodelando todo o mapa da Província. A respeito, se manifesta o Conselho, seção dos Negócios do Império: "se apresenta uma revolução tal na divisão civil, judiciária e eclesiástica da Província, que notável por extraordinária, ainda mais que notável por ser operada em uma só sessão" ⁴⁸ .

Segundo lembra o Cônego Raymundo Trindade, nem todas as freguesias de criação civil lograram a confirmação episcopal ou da Instituição Canônica; as extinções e criações eram perfeitamente ilegais ⁴⁹ .

Observa-se então que a divisão em círculos obedece a critérios de interesses locais. Na eleição feita sob essa lei verificam-se resultados interessantes. Foi onde mais se contaram os interesses particulares, a força dos grupos; em Minas, sucederam diversos casos onde figuras expressivas no âmbito político geral foram vencidas por pessoas de representatividade apenas no âmbito municipal ⁵⁰ . Para a Assembléia Legislativa re

⁴⁷ URUGUAI, Visconde. op. cit. p. 60

⁴⁸ Idem, p. 62.

⁴⁹ TRINDADE, C.R. Instituições de igrejas no bispado de Mariana. Petrópolis, Vozes, 1945. p. 7.

⁵⁰ IGLESIAS, F. op. cit. p. 58.

elegeram-se apenas sete deputados da antiga legislatura: Francisco Diogo Pereira de Vasconcelos pelo 1º distrito, Luiz Antonio Barbosa pelo 3º; Antônio Cândido da Cruz Machado pelo 5º, Bernardo Belisário Soares de Sousa pelo 9º, Agostinho José Ferreira pelo 11º e José Monteiro de Barros pelo 18º⁵¹.

A lei, que melhora as condições da representação oposicionista, revela-se perigosa para a Centralização, conforme lembra Raymundo Faoro, levando ao enfraquecimento dos partidos: "a centralização sofre a primeira fissura"⁵².

Da eleição de 1856, resulta um gabinete enquadrado na mais ampla linha conciliatória, com as concessões feitas às elites regionais. Neste momento, os recursos usuais, recrutamento e pressões policiais pouco valem, dada a estreiteza do círculo, confinado a poucos eleitores e a alguns votantes. Daí as críticas ao sistema de círculos, cogitando-se da reforma eleitoral de modo a criar unidades maiores e menos sujeitas ao arbítrio dos chefes políticos locais.

Para os interesses políticos do Império, a citada lei passa a acarretar graves inconvenientes, pois tende a modificar profundamente o caráter do eleitorado, impondo-lhe tendências contrárias às do governo central. É que a Conciliação, iniciada pelo Marquês do Paraná, tem seus ideais desfeitos em 1858.

Volta-se a falar na importância dos partidos na vida política, e reforma eleitoral.

Seguiu-se a nova lei de 1860.

⁵¹VEIGA, J. P. Xavier da. Representantes de Minas Gerais de 1821 a 1896. Revista do Archivo Público Mineiro. Ouro Preto, 1: 24-95, jan.-mar., 1896.

⁵²FAORO, R. op. cit. p. 372.

Esta lei caracterizou-se como um compromisso entre o sistema de 1855 e o anterior; o círculo ampliado territorialmente deveria evitar a fragmentação entre os partidos, obrigando os ajustes e entendimentos que transcendessem o estreito âmbito das influencias locais.

A Província, pela citada lei, passou a contar com 7 distritos eleitorais, ampliando-se então a sua circunscrição eleitoral, e tendo a mesma representatividade; 6 distritos eleitorais elegiam cada um, 6 deputados provinciais e 4 gerais e o 7º distrito elegia 4 provinciais e 2 gerais.

As pequenas reformas introduzidas na lei não poderiam proporcionar sensível melhoria nas manifestações das urnas, chegando a provocar protestos na Assembléia Provincial, como o do deputado Balbino Cândido da Cunha.

"No dia 9, dia em que o povo ia exercer um dos seus sublimes direitos nos governos livres, onde pode se reconhecer o grau de civilização de um país, acontece em muitas povoações da província o que aconteceu em Tamanduá; depositar nas urnas, as cédulas impostas pela polícia" ⁵³.

Em 1872, juntamente com o primeiro recenseamento da população do Império, procede-se ao eleitoral. As reclamações e dificuldades encontradas pelas autoridades são as mesmas já mencionadas. Nota-se o interesse por parte das autoridades em justificar as omissões ou erros das autoridades provinciais, conforme a explicação do diretor da Divisão de Estatística do Império: "A diferença que se nota no número das paróquias e qua-

⁵³ MINAS GERAIS. Anais da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes. Ouro Preto, T. da Silva, 1864, p. 27.

dros geraes d'esta divisão e das divisões eleitoral e eclesiástica é devida a circunstâncias de estarem ou não instituídas canonicamente as ditas parochias, de não ter designado para algumas o collegio eleitoral a que devão pertencer, ou município a que eserão anexas, e vice-versa" ⁵⁴.

Com as leis dominando as províncias, restringindo o espaço de manifestações políticas através do eleitorado diminuto e estabelecido à base das rendas, o apogeu do Império vai até o momento em que as tendências para a federação e abolição do trabalho escravo avolumam-se.

Após 1860, começa-se a formar, primeiro discretamente, e depois em ondas crescentes, a maré das mudanças. A pujança da agricultura no Sul proporciona expressões mais ativas e independentes em relação à política imperial.

A queda do Gabinete Zacarias, em julho de 1868, é marco fundamental na história política. Com o fim do Gabinete, tem-se a fundação do Centro Liberal, traçando o caminho de novo partido. Nas teses de seu programa, o novo Partido Liberal encaminha-se por opções eminentemente políticas, às vezes denunciando preocupações sociais: "responsabilidade dos ministros pelos atos do Poder Moderador, descentralização, ensino livre, separação da judicatura da polícia, senado eletivo e temporário, trabalho livre, sufrágio direto" ⁵⁵. O manifesto revela um desenvolvimento no pensamento liberal, renunciando o republicanismo. É importante entender as contradições existentes na sociedade que propiciam a penetração das idéias republicanas. É necessário então procurar o enfoque nas tensões econômicas e sociais existentes em fins do segundo Império, como se abordou em capítulo anterior.

⁵⁴COUTINHO, J.M. de S. op. cit. p. 9.

⁵⁵IGLESIAS, F. op. cit. p. 111-12.

As crises que atingiram a economia açucareira e o consequente declínio de sua produtividade enfraqueceriam esses núcleos economicamente. Ao enfraquecimento do poder econômico do setor açucareiro não corresponde o enfraquecimento de sua posição política.

Até o início da década dos setenta, a influência preponderante nos governos provinha da Bahia, Pernambuco, e mesmo de Minas Gerais. "Recorrendo à distinção feita por Joaquim Nabuco de que em política votos não se contam, pegam-se, a conclusão que se chega é de que os votos dos 14 baianos tinham maior peso do que dos 20 mineiros pois da Bahia saem o maior número de representantes no Ministério" ⁵⁶.

Pelos gráficos setoriais nº 5 da página 97, percebe-se que Minas, em relação ao total das outras províncias, tinha em 1872 mais da metade dos distritos, colégios, paróquias, eleitores, votantes, representantes na Assembléia Geral, senadores e 80,10% dos deputados à Assembléia Geral.

Em relação a Pernambuco, que foi escolhido na representação por ser área de domínio de economia tradicional, Minas o sobrepuja em termos percentuais em todos os aspectos relacionados acima. São Paulo se destaca em relação a Pernambuco apenas nos percentuais relativos aos colégios eleitorais e paróquias.

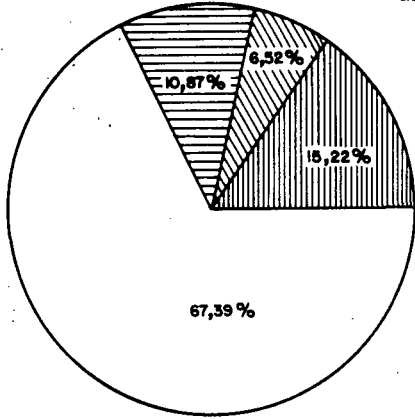
Merece atenção a pouca representatividade política de São Paulo em relação ao resto das províncias. Isso irá gerar problemas.

São Paulo, com representação política relativamente pequena, prejudicado em seus interesses e cerceado em suas iniciativas, reage à centralização. O problema paulista pode ser me-

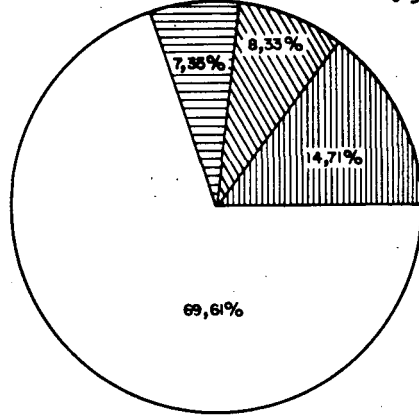
⁵⁶ HOLANDA, Sérgio Buarque de. As influências locais. In: História geral da civilização brasileira. São Paulo, DIFEL, 1972. t.2, v.5. p. 274.

Gráfico nº 5

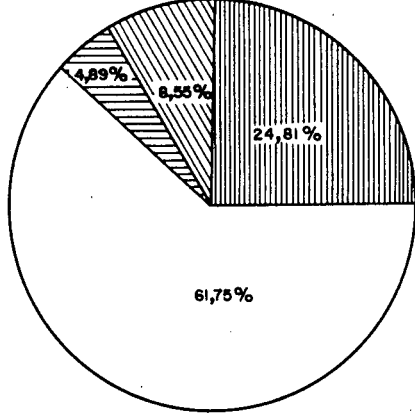
NÚMERO DE DISTRITOS



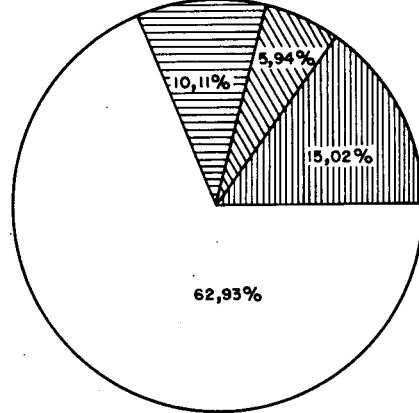
NÚMERO DE COLÉGIOS



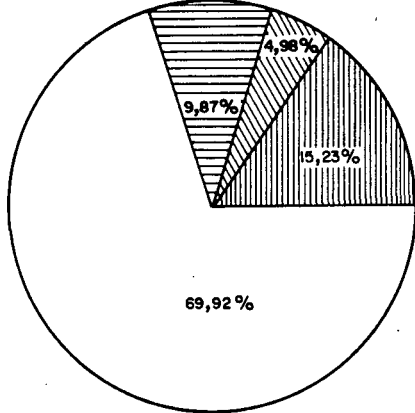
NÚMERO DE PARÓQUIAS



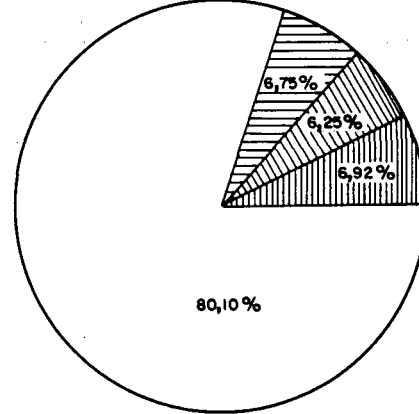
NÚMERO DE ELEITORES



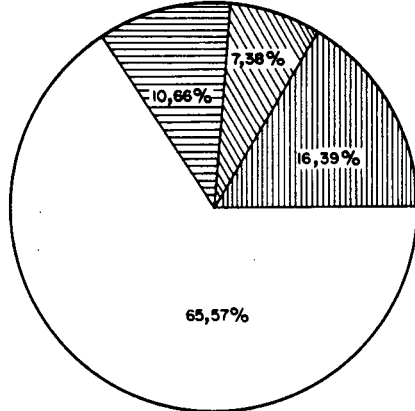
NÚMERO DE VOTANTES



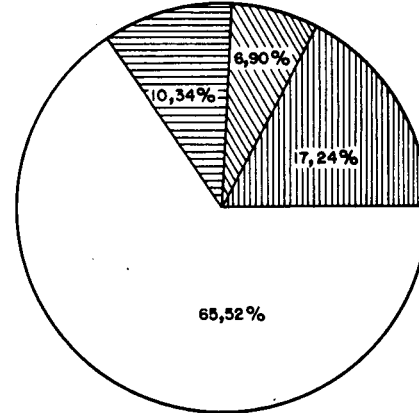
REPRESENTANTES NA ASSEMBLÉIA PROVINCIAL



REPRESENTANTES NA ASSEMBLÉIA GERAL



NÚMERO DE SENADORES



MINAS GERAIS

SÃO PAULO

PERNAMBUCO

* OUTRAS PROVÍNCIAS

* 17 PROVÍNCIAS

lhor entendido se relacionado com o de Minas Gerais: segundo lembra João Heraldo Lima, "em início da década dos setenta a capacidade produtiva das economia mineira e paulista se assemelhavam" ⁵⁷.

A reação à centralização tende então a criar focos de descontentamento em áreas mais dinâmicas, cujos interesses cada vez mais exigentes não parecem ser devidamente considerados.

Essa circunstância criou em tais áreas uma nova dimensão para a idéia da federação; a maioria considerava o ideal republicano como solução ideal para esses problemas.

Entretanto, pelo quadro a seguir, verifica-se que a concentração da população eleitoral de Minas encontra-se ainda nas áreas economicamente estagnadas; a zona mineradora detém 59,69% do número de eleitores, o que vem colocá-la em sintonia com o resto do país, não fugindo ao quadro descrito e sim confirmando-o.

Quadro 8

Divisão Eleitoral de Minas Gerais e sua representatividade-1872

Distritos	Colégios	Paróquias	Eleitores	Votantes	Representação		
					Ass.Prov.	Ger.	Sen.
1ª Ouro Preto	7	58	433	26.026			
2ª Sabará	10	57	504	26.716			
3ª Barbacena	11	56	436	27.624	6	3	
4ª S.J.d'El Rei	11	49	455	23.625			10
5ª Campanha	8	41	395	18.256			
6ª Serro	5	30	403	23.385			
7ª Montes Claros	8	24	381	21.451	4	2	

FONTE: Relatório dos Negócios do Império 1872

⁵⁷ LIMA, J.H. op. cit. p. 32.

Então não é por acaso que, a partir de 1870, inicia-se a campanha orgânica contra a Monarquia, congregando muitos dos desencantados com a forma de governo. Aí se encontram e se formam os radicalismos.

No plano econômico, a industrialização inicia seu desenvolvimento, formando novos grupos de interesses que, conjuntamente com os dos cafeicultores, provocam divergências no campo da política imperial.

Essas transformações econômicas levam a se pleitear representação maior na vida política do país, através de eleições diretas, defendidas firmemente pelos liberais.

A Lei do Terço, de 1876, não constitui elemento importante para o remanejamento da população eleitoral, já que afirmou-se apenas como uma ponte de transição entre as teses da eleição direta e a defesa do status-quo das indiretas.

A reforma de 1881, menos na lei do que no seu conteúdo, tenta a conciliação entre o governo e a compressão de novos grupos. O temor dos conservadores está atendido, o povo se manifestará livremente, mas não todo o povo, e sim o apto a representar o país, pelos rendimentos, cultura e propriedade.

Vencida a campanha, com a aprovação da lei, Saraiva procurou logo entregar a presidência da Província para homens que pudessem, em seu nome, comandar as regiões, velando pelo governo central.

Em 1881, tem-se então de novo a remodelação do mapa eleitoral da Província mineira, impulsionado agora pelos novos interesses que, antes emergentes, são agora consistentes.

Os resultados são expressos pelo presidente da Província Teófilo Otoni.

"Recomendei aos juizes de direito em circular de 4 de maio, que remetessem a relação dos cidadãos incluídos no registro eleitoral em grao de recurso. Até a presente data, as relações remetidas são 24.244 cidadãos alista dos em todas as parochias, como se vê do quadro que vos apresento, ainda não completo, por faltarem informações exactas de alguns juizes. Servirá porém para termo de comparação com outras que de futuro serão organizadas afim de conhecer-se o augmento progressivo do número de cidadãos activos" ⁵⁸

Quadro 9

A Província de Minas Gerais segundo a lei eleitoral de 1881

Distritos	Municípios	Paróquias	Eleitores
20	86	437	24.44

FONTE: Relatório do Presidente da Província.

As reformas no plano jurídico nada representam.

A sucessão de leis e instruções dissimula, mais que mostra, as suas falácias. Desde a reacção centralizadora até o fim do Império, o sistema dito representativo será uma imensa

⁵⁸ OTONNI, Teofilo. Falla que o Sr. Dr.... dirigio à Assembléia Legislativa na 24a. sessao ordinaria de 19 de agosto de 1882. Ouro Preto, T. Carlos de Andrade, 1882. p.7-16.

cadeia de correntes do comando do eleitor. "Diga-se antes de mais nada que em 1872, havia no Brasil para uma população de 10.000.000 habitantes, 20.020 eleitores; para os seguintes representantes: 58 senadores, 122 deputados gerais e 578 deputados provinciais" ⁵⁹.

Na Província de Minas Gerais existem 30.007 votantes, para 2.102.689 habitantes, representando 1,42% da população.

A Província reclama maiores franquias. A lei de 1881 será, embora falseada nos seus propósitos mais distantes, significativo passo no reforço das influências dos municípios e províncias, em decorrência das transformações conjunturais ocasionadas pelo café.

Tabela 5

Evolução do número de eleitores na Província de Minas Gerais e no total do país — 1872/81.

Ano	Província de M.Gerais		Brasil		Participação de Minas no Brasil
	n	tx.de cresc.	n	Tx.de cresc.	
1872	3.007	-	20.020	-	15,02%
1881	24.244	706,25%	150.000	649,25%	16,16%

Observa-se, pela Tabela 5, que a taxa de crescimento da população eleitoral da Província é enorme em relação ao Brasil.

⁵⁹FAORO, op. cit. p. 375.

Após 1881, com a lei Saraiva e sobretudo com a autonomia crescente da lavoura, mudam as regras adjetivas do jogo. A presença na urna, sob o comando da máquina governamental, passaria, se obedecida a lei, ao domínio dos elementos economicamente dominantes na localidade.

Minas Gerais, cuja economia se baseava, na década dos 50, quase que exclusivamente no Setor de Subsistência, passará, no início devagar, e depois vertiginosamente, a contar com a cafeicultura. Em 1889 ela representa 79,71% das exportações mineiras. A Província se projeta no total da nação em termos populacionais e de representatividade política, como demonstra a tabela 6.

A expansão cafeeira é responsável pelas transformações de Minas Gerais, no triplice aspecto: econômico, demográfico e político; entretanto estas transformações estão intimamente relacionadas à Zona da Mata.

O café, já em 1878, representa, na pauta das exportações mineiras 71,76%, de seu valor total.

Tabela 6

População, número de senadores e deputados para a Província de Minas Gerais e o total do Brasil com as respectivas taxas de crescimento.

Ano	Minas Gerais						Brasil					
	População		Senadores		Deputados		População		Senadores		Deputados	
	n	tx. cresc.	n	tx. cresc.	n	tx. cresc.	n	tx. cresc.	n	tx. cresc.	n	tx. cresc.
1872	2.102.698	-	10	-	20	-	9.330.500	-	58	-	122	-
1889	3.184.099	51,43%	10	0,00	20	0,00	14.333.915	53,62%	59	1,72%	125	2,46%

Fontes: Quadro estatístico explicativo da divisão eleitoral do Império. 1872.

Recenseamento de 1972.

Sinópsse do Recenseamento de 1890.

Como já se discutiu no segundo capítulo, a expansão cafeeira acarreta o povoamento e crescimento demográfico. Sendo as leis eleitorais reguladoras do número de votantes e eleitores em relação à população, vê-se, pelas tabelas abaixo, o vertiginoso crescimento da população eleitoral da Zona da Mata em relação à Minas, e a sua participação no total dos habitantes da Província.

Tabela 7

Participação dos eleitores e votantes da Zona da Mata no total da população de Minas Gerais

Ano	Eleitores			Votantes		
	Zona da Mata	P. de M.Gerais	% Part. Z. da Mata	Zona da Mata	P.de M.Gerais	% de Part.Z. Mata
1854	207	1.857	11,15	9.912	76.002	13,04
1872	379	3.007	12,48	27.741	167.083	16,60
1881	5.183	24.244	21,38	-	-	-

FONTE: Relatórios dos presidentes de Província - 1854 - 72-81

Tabela 8

Taxa de crescimento do número de eleitores e votantes na Zona da Mata e na Província de M.Gerais

Ano	Zona da Mata				Província de Minas Gerais			
	Eleitores	Tx.de Cresc.	Votantes	Tx.de Cresc.	Eleitores	Tx.de Cresc	Votantes	Tx.de Cresc
1854	207	-	9.912	-	1.857	-	76.002	-
1872	379	83,09%	27.741	179,87%	3.007	61,93%	167.083	119,84%
1881	5.183	1.267,55%	-	-	24.244	706,25%	-	-

FONTE: Relatórios dos presidentes de província - 1854 72-81

Um outro indicador da emergência da Zona da Mata no cenário provincial é explicado pela localização de seus municípios nos distritos eleitorais conforme se observa no quadro a seguir.

Quadro 10

Localização dos Municípios da Mata nos Distritos Eleitorais

Ano	Distritos	Colégio	Municípios
1856	179 Barbacena		Pomba St. Antonio Paraibuna Rio Preto
	189 Villa Leopoldina	Villa Leopoldina	Mar d'Esanha São Paulo de Muriaé
	199 S. Januário de Ubã	Vila de Ubã	Leopoldina S. Januário de Ubã Rio Novo
	209 Mariana		Ponte Nova
1872	19 Ouro Preto	39 Ubã 69 Muriaé 79 Ponte Nova	Ubã Muriaé Ponte Nova Visconde de Sta. Rita
	39 Barbacena	39 Rio Preto 89 Pomba 99 Leopoldina 109 Mar d'Esanha 29 Juiz de Fora	Rio Preto Pomba Leopoldina Mar d'Esanha Juiz de Fora Rio Novo
1881	29 Mariana		Ponte Nova Marhuaçu
	89 Ubã		Ubã S. João Batista do Presídio Pomba Viçosa Carangola
	99 Leopoldina		Leopoldina S. José do Além Paraíba Cataguazes São Paulo do Muriaé Mar de Esanha
	109 Juiz de Fora		Juiz de Fora Rio Novo S. João Nepomuceno Rio Preto

FONTE: Relatório do Presidente da Província 1882.

Colecção das Leis do Império do Brasil 1846 - 1860 - 1881.

A divisão dos distritos se fazia segundo os critérios populacionais, mas, como já se discutiu, principalmente pelos critérios políticos uma vez que a criação de municípios era da atribuição das Assembléias Provinciais. Tomando-se por base o ano de 1856, quando a Província é dividida em distritos, observa-se que nesta data têm-se apenas dois municípios da Mata como sede de distrito eleitoral: Vila Leopoldina, abrangendo Mar de Espanha e Muriaé, e São Januário do Ubá, sem nenhum outro sob sua jurisdição. Os outros municípios da Zona acham-se ligados a distritos que não pertencem à região, como Mariana e Barbacena.

Em 1872, apesar de nenhum deles ser sede de distritos acham-se concentrados todos eles sob a jurisdição de apenas 2 distritos-sedes Barbacena e Ouro Preto, podendo assim funcionar como pressão dentro dos distritos.

Já em 1881 a situação acha-se consolidada. Os três principais municípios da área constituem-se em sedes de distritos eleitorais. E dos 16 municípios existentes na época, apenas dois não estão sob a jurisdição da Zona da Mata.

Já se estruturou, pelo que se disse, o cerco eleitoral; a região se encontra coesa dentro da Província para enfrentar a velha zona mineradora, onde se concentra o mandonismo político.

Conjungando-se com a localização dos municípios nos distritos eleitorais, a tabela 9 na página 06 permite uma visualização específica sobre a participação eleitoral de cada município em relação à Província e de sua taxa de crescimento. Não aparecem explicitamente os municípios de São João Batista do Presídio (Rio Branco), São José d'Além Paraíba e São João Nepomuceno, porque, segundo a divisão eleitoral da Província, em 1881, constituem paróquias dos seguintes municípios: Ubá, Mar de Espanha, Rio Novo, sendo o número de seus eleitores computado conjuntamente com o dos municípios que os têm sob sua jurisdição.

Tabela 9

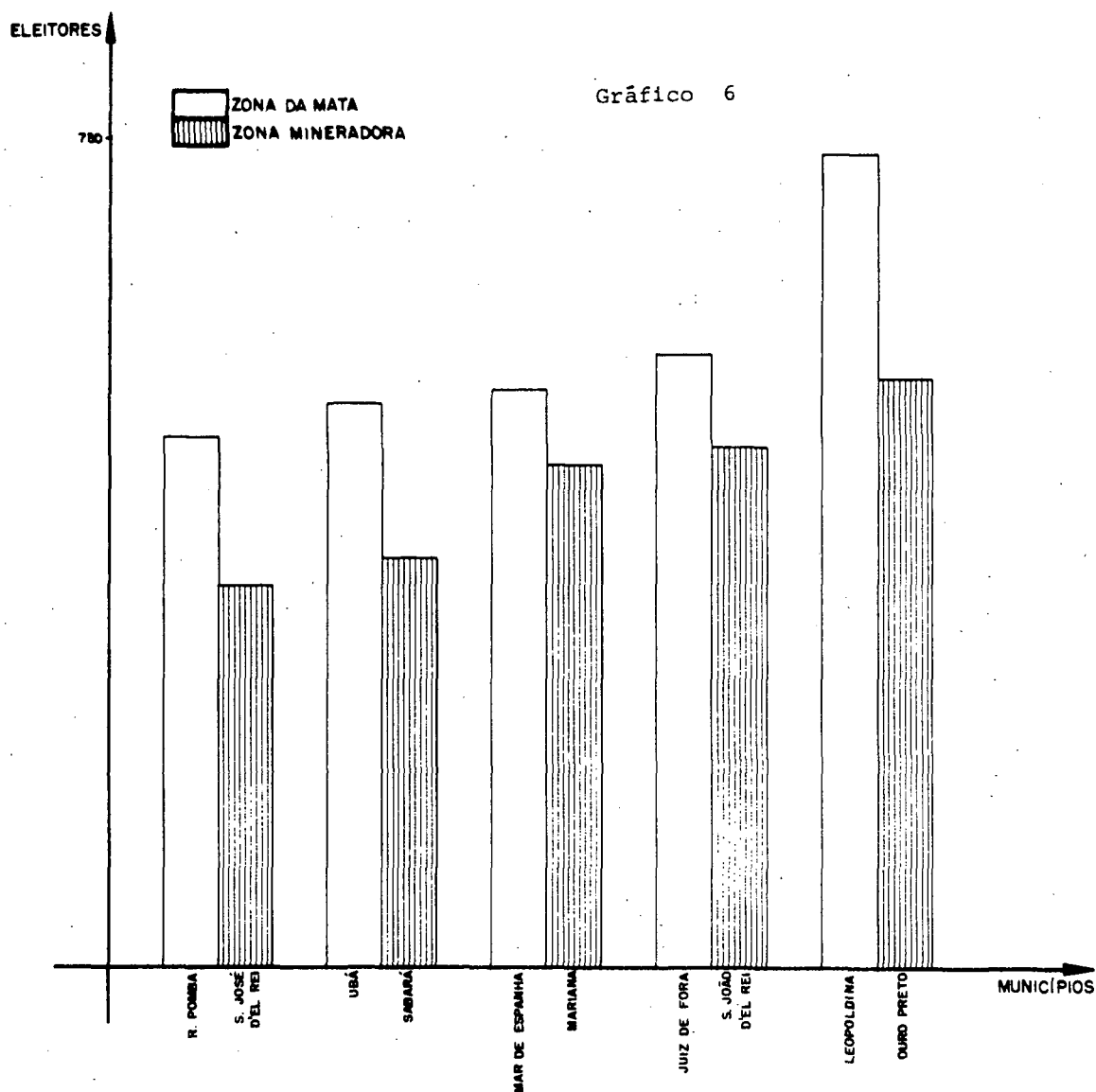
Participação da Zona da Mata no total da Província e taxa de crescimento do número de eleitores dos principais municípios da Zona da Mata

Ano Município	1881		1882		Taxa de crescimento
	n	Participação no total da Província(+)	n	Participação no total da Província(%)	
Ponte Nova	454	1,87	470	1,90	3,52
Manhuaçu	81	0,33	97	0,39	19,75
Ubá	511	2,11	511	2,06	-
Pomba	491	2,03	491	1,98	-
Viçosa	355	1,46	355	1,43	-
Carangola	190	0,78	190	0,77	-
Leopoldina	734	3,04	754	3,04	2,72
Cataguazes	322	1,33	322	1,30	-
Muriaë	305	1,26	311	1,25	1,97
Mar de Espanha	522	2,15	691	2,79	32,38
Juiz de Fora	556	2,29	567	2,29	1,98
Rio Novo	369	1,52	413	1,67	11,92
Rio Preto	310	1,28	310	1,25	-
T O T A L	5.200	21,45	5.482	22,12	5,42

FONTE: Relatório do Presidente da Província 1882.

Em 1881, o café domina a economia mineira, representando a quase totalidade de suas exportações. As antigas zonas de mineração, com a evasão populacional e perda do domínio econômico, vêm sair aos poucos de seu domínio o poder eleitoral. A economia cafeeira transformara definitivamente a Zona da Mata em área proeminente e dominante da economia mineira.

O gráfico 6, numa comparação entre as principais cidades da Mata e as da antiga área de mineração mostra a grande diferença entre o eleitorado de ambas. O crescimento de eleitores na região cafeeicultora é indicador e reforçador da transferência do poder econômico, pois como se discutiu, sendo a eleição baseada no censo pecuniário, logicamente a elevação do número de eleitores demonstra a concentração de rendas na área que os possui em número mais significativo.



A Lei Saraiva, falseando a realidade, com seu processo excludente, impediu que grandes massas populares fossem incorporadas à vida política. O que se pretendeu foi consagrar a existência de uma camada de privilegiados, legalizando, por assim dizer, uma situação que importava corrigir.

Os privilegiados não poderiam ser maioria, formavam, ao contrário, uma camada tênue da população e é nessa minoria seleta, que se irá buscar os seletores dos dirigentes nacionais.

Sérgio Buarque mostra que, em 1883, em Minas Gerais que não se alinhava entre as províncias menos importantes do país, a média de salário era de 12\$000, isto é, 144\$000 por ano, bem menos do que exigido pela lei ⁶⁰. Assim, além do número reduzido, de eleitores, o seu comparecimento às urnas era bem inferior ao total existente.

Tabela 10

Percentual do comparecimento dos eleitores na Zona da Mata, Província de Minas Gerais e no Brasil

Ano	Zona da Mata			Minas Gerais			Brasil		
	Número de Eleitores	Comparec. às urnas	% de comparecimento	número de eleitores	comparecimento às urnas	% de comparecimento	número de eleitores	comparecimento às urnas	% de comparecimento
1881	5.183	3.504	67,68%	24.244	17.912	73,88%	150.000	96.411	64,27

FONTE: JAVARI, B. Organizações e programas ministeriais - 1962.

A marcha ascendente do café, ocasionando a crescente defasagem entre o poder político e econômico, pode ser demonstrada agora na taxa de crescimento do comparecimento eleitoral. As pressões da Mata se revelam na tabela 11.

Tabela 11

Taxa de crescimento do número de eleitores que comparecem às eleições nas Província de Minas Gerais, Zona da Mata e Brasil

Ano	Zona da Mata		Província de Minas Gerais		Brasil	
	Comparecimento	taxa de crescimento	comparecimento	taxa de crescimento	comparecimento	taxa de crescimento
1881	3.508	-	17.912	-	96.411	-
1886	3.587	2,25%	19.539	9,08%	117.671	22,05%

FONTE: JAVARI, B. de. Organizações e programas ministeriais - 1962.

Estão já estruturados dentro do subsistema regional todos os instrumentos de pressão que virão a tona após a República. Essa irá significar a satisfação dos anseios do setor da cafeicultura e a possibilidade de ampliar sua ação e domínio.

A Zona da Mata, detendo o poder econômico e a maioria da população eleitoral, poderá pressionar e imprimir à vida do Estado as suas próprias diretrizes.

3. CONCLUSÕES

Retomando as considerações iniciais do trabalho, o objetivo que norteou seu desenvolvimento foi a identificação das transformações políticas na Província de Minas Gerais, em um momento de explicitação de novas formas de interesses, vinculados ao crescimento da agricultura; o propósito inicial, esclarecer na segunda metade do século XIX, a dinâmica dessas transformações, inseridas no processo político econômico do período.

As proposições do trabalho, foram vistas fundamentalmente oriundas da conjuntura dos fins do século XIX, cujo sentido mais concreto deve ser buscado nas divergências entre os grupos dominantes tradicionais e a emergência dos novos, quanto à forma, utilização e composição da maneira de se utilizar o Estado, para atender aos interesses específicos de novas frações em ascensão.

Na prática, a política adotada até ali pelo governo imperial, garantia maiores oportunidades de controle pelos grupos tradicionalmente ligados ao sistema agrário-exportador baseado nas decadentes lavouras tradicionais, assegurando-lhes a posição no quadro nacional e provincial. De fato, até o início da década dos setenta, os setores ligados às lavouras tradicionais mantiveram a posição hegemônica em relação ao poder central.

Entretanto, esta hegemonia só se efetivava pelo consenso dos outros setores dominantes, embora em posição secundária e decadente.

O desenvolvimento da produção cafeeira tornara-se patente, principalmente em São Paulo e Minas Gerais. Como na verda-

de esses setores se encontravam alijados do exercício do poder, agrupam-se em torno da oposição que se fazia ao Centro, circunstância que acaba significando uma constante ameaça ao exclusivismo e centralização da política imperial.

Como os interesses desses setores seriam atendidos proporcionalmente à orientação dada à política econômico-financeira imperial, nesse caso assumia importância no nível político o controle do aparelho do Estado.

Estabelecido o debate político, este se desenrola nos marcos do pensamento liberal que comportava em seu interior as divergências em torno da Centralização, e, cujos fulcros eram fundamentalmente o federalismo e o republicanismo. A defesa dos dois princípios, encontra-se ligado aos da lavoura cafeeira em Minas, como no resto do país. As diretrizes que norteiam o horizonte ideológico dos cafeicultores deveriam se caracterizar por uma adesão a princípios e idéias e não a interesses de grupos. Desta forma, são os cafeicultores que colocados na oposição em fins do século XIX, mais parecem se aproximar de uma postura "democrática" ao valorizarem a eleição indireta de 1881. No entanto, enquanto fração que aspira a direção hegemônica, tal agrupamento constituía na verdade o principal interessado em deter o controle do Estado. Nesta medida, suas posições democratizantes se revestiam de um nítido caráter instrumental, atendendo às necessidades ditadas pela conjuntura política. A defesa da lei Saraiva demonstra o caráter elitista da noção de representatividade, pois essa funcionava como um dique à perspectiva de inclusão das massas no processo político, bloqueando seus excessos que representassem possíveis ameaças à hegemonia dos grupos emergentes.

As transformações da economia mineira decorrentes do ressurgimento de um forte setor de Mercado Externo, principalmente na Zona da Mata, ocasionam o desenvolvimento e modernização da região.

A dinamização da cafeicultura é responsável pela ocupação e povoamento da área, em 1878, o café representa na pauta das exportações mineiras 71,76% do valor total. A Zona da Mata principal produtora, apresenta um índice de urbanização entre 1872 e 1881, de 60%, enquanto a Província cresce apenas em 19,44%. Relativamente à população, a Mata detém um índice de aumento durante o período de 1872 e 1881 de 65,84% e Minas com 51,43%. Na estrutura dessa população, as razões de masculinidade e o elevado número de solteiros comprovam também que grande parcela dessa população é economicamente ativa, demonstrando o incremento econômico da região. Um outro dado importante para a inferência de seu significado econômico é explicitado pelos deslocamentos populacionais, principalmente de mão-de-obra escrava, atraída pelo surto cafeeiro. Enquanto a Mata mostra um crescimento de 13,01% entre 1874 e 1883, a antiga região de maior expressão na economia da Província, a Mineradora revela, índice de 33,62%.

A marcha do café em território mineiro, acarreta o desenvolvimento do sistema de transportes, também neste setor, a Mata é beneficiada detendo 478 quilômetros dos 736 do total da Província.

As modificações econômicas acentuam e reforçam o dilaceramento de Minas, que se divide cada vez mais em regiões autônomas, estanques entre si, e que se entrosam com economias circunvizinhas, agrupadas ao redor de polos de crescimento exteriores a Minas Gerais¹. Esse problema é sentido principalmente pela Mata; o café proporciona o surgimento de interesses novos que se contrapõe aos tradicionais, representados na antiga Zona de Mineração. A marcha ascendente do café transformara a região na área mais próspera da Província. Torna-se evidente o desnível entre o poder econômico e o político; enquanto a população eleitoral da Mata aumenta nas últimas décadas em 179,87%, o restante da Província não acompanha esse desenvolvimento detendo-se em apenas 119,84%.

¹SINGER, P. op. cit. p. 213.

Um outro indicador da expansão crescente da Mata é explicitado pela divisão dos distritos eleitorais em 1881. Dos 16 municípios existentes na região, apenas 2 não se encontram sob a jurisdição eleitoral da Zona da Mata. Observa-se então que aí já se encontram formados os elementos de controle político. Estruturados os elementos de pressão, esses se manifestam após a República, iniciando-se com as discussões sobre a mudança da Capital do Estado. A destruição da antiga ordem é nota de destaque nos pronunciamentos dos representantes políticos das novas e importantes regiões econômicas. Juiz de Fora, centro econômico e político da Mata, núcleo do republicanismo, rivalizava-se com Ouro Preto, símbolo da opressão e centralização, obstáculo à sua ascensão política ². A disputa pela localização da nova Capital evidencia a luta entre os novos grupos emergentes e os tradicionais, pelo controle político em Minas. Observa-se a nível regional, o mesmo quadro de divergências nacionais entre os setores da cafeicultura e os antigos detentores do poder.

A instauração do governo republicano, revestido da forma federativa se dirige contra as restrições que a Monarquia fortemente centralizada, e cujo controle pertencia a setores econômicos já bastante diferenciados entre si — mas predominantemente tradicionais — impunha à plena integração do país nos parâmetros da economia internacional. Desta forma, o regime republicano significou a tradução da hegemonia política da dominação do café. A ausência de pressões sociais, freiadas por recursos institucionais como o sistema eleitoral, permitiu que o conteúdo elitista do Estado brasileiro, fosse não só mantido mas reforçado, na medida em que estará submetido à direção exclusiva de um único setor do grupo dominante, a serviço de seus interesses específicos.

²RESENDE, M.E. Lage de. Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, U.F.M.G., 39: 129-161. 1974.

Em Minas Gerais, as modificações na estrutura do poder, se explicam, assim como no resto do país, resultantes do surgimento e dinâmica da economia cafeeira.

4. BIBLIOGRAFIA

AMARAL, Luis. *História geral da agricultura brasileira no triplice aspecto: político, social e econômico*. S. Paulo, Nacional, 1940.

ALVIM, Sôcrates et alii. *Minas e o bicentenário do cafeeiro no Brasil*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1929.

BARBOSA, Waldemar de Almeida. *Dicionário histórico-geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Promoção Família, 1971.

BASTOS, Tavares. *A Província; estudo sobre a descentralização no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1937.

BEIGUELMAN, Paula. *Pequenos estudos de ciência política*. São Paulo, Pioneira, 1973.

BOEHER, George C. *Da monarquia à república; história do partido republicano do Brasil (1870-1899)*. Rio de Janeiro, MEC, 1954

BRASIL. *Anais da Assembléia Legislativa Geral. Sessão ordinária de 17 de julho de 1868*. Rio de Janeiro, Diário do Rio de Janeiro, 1868.

BRASIL. *Anais da Assembléia Legislativa Geral*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1882.

BRASIL. *Assembléia Geral. Discurso proferido na Assembléia Geral na 2a. sessão da 18a. legislatura pelo ministro e secretário de Imprensa, Barão Homem de Melo*. Rio de Janeiro, I. Nacional, 1880.

- BRASIL. Directoria Geral de Estatística. *Relatório e Trabalhos estatísticos apresentados ao Ilm^o e Exmo. Sr. Conselheiro Dr. Alfredo Correa de Oliveira, Ministro e Secretário dos Negócios do Império pelo Diretor Geral Interino Dr. José Maria do Coutinho*. Rio de Janeiro, T. Hypólito José Pinto, 1873.
- BRASIL. Leis e Decretos. Lei n^o 105 de 12 de maio de 1840. Interpreta alguns artigos da Lei de 1834. In: — *Collecção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, I. Nacional, 1840.
- BRASIL. Leis e Decretos. Lei n^o 387 de 19 de agosto de 1846. Regula a maneira de proceder às Eleições de Senadores, Deputados, Membros das Assembléias Provinciais, Juizes de Paz e Câmaras Municipais. In: *Collecção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, I. Nacional, 1847.
- BRASIL. Leis e Decretos. Decreto n^o 842, de 19 de setembro de 1855. Altera a lei de 19 de agosto de 1846. In: *Collecção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro. I. Nacional, 1855.
- BRASIL. Leis e Decretos. Decreto n^o 1082 de 18 de agosto de 1860. Divide a Província de Minas Geraes em 7 distritos eleitoraes em vez de 20 como antes achava por disposição da lei n^o 842 de 19 de setembro de 1855. In: *Collecção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, I. Nacional, 1860.
- BRASIL. Leis e Decretos. Decreto n^o 2675, de 20 de outubro de 1875. Reforma a legislação eleitoral. In: *Collecção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, I. Nacional, 1875.
- BRASIL. Leis e Decretos. Decreto n^o 3029, de 9 de janeiro de 1881. Reforma a legislação eleitoral. In: *Collecção das Leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro, I. Nacional, 1881.
- BRASIL. Leis e Decretos. Constituição política do Império do Brasil. In: *Collecção das Leis do Império*. Rio de Janeiro, Imprensa Official, 1886.
- BUENO, J.A. Pimenta. *Direito público brasileiro; análise da constituição do Império*. Rio de Janeiro, Ministério da Justiça, 1958.

- CANBRAVA, Alice Piffer. A lavoura cafeeira. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. - São Paulo, DIFEL, 1972. t.3, v.2.
- CARVALHO, J. M. de. A composição social dos partidos imperiais. *Cadernos do D.C.P.* Belo Horizonte, UFMG. Departamento de Ciência Política, 2: 1-34, dez, 1975.
- CASTRO, Antonio Barros de. *7 ensaios sobre economia brasileira*. São Paulo, Forense, 1971.
- CHAVES, Antonio Gonçalves. *Falla que o Exmo. Sr. Dr.... dirigio à Assemblêia Legislativa da Província de Minas Geraes na 25a. sessão ordinária de 19 de agosto de 1883*. Ouro Preto. T. do Liberal Mineiro, 1884.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia*. São Paulo, DIFEL, 1966.
- _____. *Da Monarquia a República; momentos decisivos*. São Paulo, Grijalbo, 1974.
- COSTA, Joaquim Ribeiro. *Toponímia de Minas Gerais*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial do Estado, Belo Horizonte. 1970.
- COUTO, José Maria de. *Relatório e trabalhos apresentados pelo Dr.... ao Ministério e Secretário d'Estado dos Negócios do Império*. Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro, T. Hypólito José Pinto, 1873.
- CUNHA, Maria Clementina. *Liberalismo e oligarquias na República Velha: o País e a Campanha do Marechal Hermes da Fonseca (1902-1910)*. São Paulo. USP, 1973. (Dissertação de Mestrado) mimeo.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 2. ed. Porto Alegre, Globo, 1975. 2 v.
- FRANCO, Afonso Arinos de Melo. *Um estadista da República*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1955. 2 v.
- HENRY, Luis. Temas de pesquisa, fontes e métodos da demografia histórica do Brasil. *Revista de História*. São Paulo, 27: 64-69, 1976.

- HOLANDA, Sérgio Buarque de. Novo sistema eleitoral. In: —. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo. DIFEL, 1972. t.2, v.5.
-
- _____. O manifesto de 1870. In: —. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1972. t.2, v.5.
-
- _____. As influências locais. In: —. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo, DIFEL, 1972. t.2, v.5.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Política econômica do governo provincial mineiro, 1835-1889*. Rio de Janeiro, INL-MEC, 1958.
-
- _____. Vida Política. 1848-1868. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História da civilização brasileira*. 2 ed. São Paulo, DIFEL, 1969. t.2.
-
- _____. Minas Gerais. In: HOLANDA, Sérgio B. de. *História da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo, DIFEL, 1967. t.2, v.2.
- JAVARI, Barão de. *Organizações e programas ministeriais*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1972.
- LAPA, José R. do Amaral. *A história em questão; historiografia brasileira contemporânea*. Petrópolis, Vozes, 1976.
- LASKI, Harold. *O liberalismo europeu*. São Paulo, Mestre Jou, 1973.
- LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. 2. ed. São Paulo, Alfa Omega, 1975.
- LIMA, Oliveira. *O movimento da independência; o império brasileiro. 1821-89*. São Paulo, Melhoramentos, 1962.
- LIRA, Heitor Tavares de. *História de D. Pedro Segundo*. Rio de Janeiro, Nacional, 1940.

- MARMORA, Lélío. El estudio histórico de los movimientos poblacionales en América Latina: su aplicación al caso argentino. In: —. *Imperialismo en América Latina*. Barcelona, Gustavo Gil, s.d. p. 55.
- MARTINS, A. de A. *Almanak civil e industrial de Minas Gerais*. Ouro Preto, J.F. de Paula Castro, 1870.
- MERCADANTE, Paulo. *Os sertões do leste - estudo de uma região: a Mata Mineira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- MINAS GERAIS. Assembléia Provincial. *Annaes da 14a. sessão ordinária em 30 de outubro de 1863*. Ouro Preto, O Compilador, 1863.
- MINAS GERAIS. *Anais da Assembléia Legislativa Provincial de Minas Geraes*. Ouro Preto, T. da Silva, 1864.
- MINAS GERAES. *Anais da Câmara dos deputados do Estado de Minas Geraes*. Belo Horizonte, Imprensa Official, 1904.
- MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Provincial. *Annaes da 31a. sessão ordinária de 19 de julho de 1872*. Ouro Preto, T. Echo de Minas, 1874.
- MINAS GERAIS. Presidência da Província. *Offícios e mais papéis dirigidos às Câmaras Municipais*. T. Bom Senso, 1869.
- MONTEIRO, Norma de Goes. *Imigração e Colonização em Minas Gerais, 1889-1930*. Belo Horizonte, UFMG. 1973 (Tese de Doutorado) mimeo.
- MOREIRA, Colares. A Câmara e o Regime Eleitoral no Império e na República. *Estudos Legislativos*. Brasília, 1: jan-jun., 1973.
- NABUCO, Joaquim. *Um estadista do Império*. São Paulo, Ipê, 1936
2 v.

OLIVEIRA, Paulino de. *História de Juiz de Fora*. Juiz de Fora, Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

OTONNI, Theofilo Benedicto. *Circular dedicada aos Senhores Eleitores pela Província de Minas Geraes e especialmente dirigida aos Senhores Eleitores de deputados pelo 2º Distrito Eleitoral da mesma província para a próxima legislatura pelo ex deputado...* 1860. Rio de Janeiro, I. Nacional, 1916.

. *Falla dirigida à Assembléia Legislativa da Província de Minas Geraes, na abertura da sessão ordinária de 18 de outubro de 1882*. Ouro Preto, Typografia de Carlos Andrade. 1882.

PARANAPIACABA, Barão de. et alii. *Relatório e projeto de lei*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1873.

PEDROSA, M.X. de Vasconcelos. *Zona silenciosa da historiografia mineira: a Zona da Mata*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. Belo Horizonte, 9: 189-230, 1962.

PESSOA, Reynaldo Carneiro. *A idéia republicana no Brasil através dos documentos*. São Paulo, Alfa Omega, 1973.

PRADO Jr. Caio. *Evolução política do Brasil e outros estudos*. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1963.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios*. 2. ed. São Paulo, Alfa Omega, 1976.

PENA, Herculano Ferreira. *Relatório que o Conselheiro... apresentou na 11.ª sessão ordinária de 14 de julho de 1856*. Ouro Preto. T. Bom Senso, 1856.

REGO, José Ricardo de Sá. *Relatório que à Assembléia Legislativa apresentou o Sr...., Presidente da Província na abertura da sessão extraordinária do ano de 1851.* Ouro Preto, T. Provincial, 1851.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. *Formação da estrutura da dominação em Minas Gerais. O novo P.R.M., 1889-1906.* Belo Horizonte, UFMG (Tese de Livre Docência). mimeo.

_____ . *Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte.* REBEP, UFMG. 39:129-161, 1974.

REZENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações.* Rio de Janeiro, José Olympio, 1944.

RODRIGUES, José Honório. *Conciliação e reforma no Brasil.* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1965.

SEVERINO, Antonio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico.* São Paulo, Cortez e Moraes, 1977.

SILVA, Arthur Vieira de Rezende & REZENDE, Astolpho Vieira da. *O município de Cataguazes; esboço histórico.* Cataguazes, T. da Imprensa Oficial, 1908.

SIMONSEN, Roberto C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos.* São Paulo, Nacional, 1973.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana.* São Paulo, Nacional, 1974.

SINIMBU, V. de. *Relatório apresentado à Assembléia Legislativa Geral na 1a. sessão da 17a. Legislatura pelo Visconde de... Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.* Rio de Janeiro, Imprensa Oficial, 1978.

SODRÉ, Nelson W. *Panorama do segundo império.* São Paulo, Nacional, 1939.

STEIN, Stanley B. A historiografia do Brasil (1808-1889). *Revista de História*. São Paulo, 59: 81-183. jul.-set., 1964.

TAUNAY, Afonso de. *História do café no Brasil*. Rio de Janeiro. Departamento Nacional do Café, 1939-42.

TORRES, João Camillo de Oliveira. *A democracia coroada*. Petrópolis, Vozes, 1964.

_____. *A formação do federalismo no Brasil*. São Paulo, Nacional, 1961.

TRINDADE, C.R. *Instituições de igrejas no bispado de Mariana*. Petrópolis, Vozes, 1945.

URUGUAI, Visconde de. *Ensaio sobre o direito administrativo*. Rio de Janeiro, I. Nacional, 1962.

VALVERDE, Orlando. Estudo Regional da Zona da Mata de Minas Gerais. *Revista Brasileira de Geografia e Estatística*. Rio de Janeiro, 1: 3-82, jan.-mar., 1958.

VASCONCELOS, Diogo Pereira de. *Relatório que o Sr... Presidente da Província dirigiu à Assembléia Legislativa Provincial na sessão ordinária de 2 de fevereiro de 1856*. Ouro Preto, Bom Senso, 1856.

VEIGA, J.P. Xavier da. *Ephemérides mineras; 1864-1897*. Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1897.

_____. Representantes de Minas Gerais de 1821 a 1896. *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ouro Preto, Imprensa Oficial, 1: 24-95, jan.-mar., 1896.

A N E X O S

1. Quadro estatístico explicativo da divisão eleitoral do Império. 1872.
2. Distritos eleitorais da Província de Minas Gerais - 1856
3. Distritos eleitorais da Província de Minas Gerais - 1872
4. Distritos eleitorais da Província de Minas Gerais - 1881

o0o

A N E X O 1

QUADRO ESTATÍSTICO EXPLICATIVO DA DIVISÃO ELEITORAL DO IMPÉRIO

1872

Referência:

BRASIL. Directoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro,
T. Hypolito José Pinto, 1873.

QUADRO

01

estatístico explicativo da divisão eleitoral do Imperio

PROVINCIAS	DISTRICTOS	COLLEGIOS	PAROCHIAS			ELEITORES			VOTANTES			REPRESENTAÇÃO NACIONAL			
			DOS COLLEGIOS	DOS DISTRICTOS	DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	TOTAL	DOS DISTRICTOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	DOS DISTRICTOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	ASSEMBLEA PROVINCIAL	TOTAL	GERAL
Amazonas...	1	1º	3	23	2.618	7.903	7.903	20	2	1
		2º	4	10	1.299					
		3º	3	14	777					
		4º	3	12	777					
		5º	3	28	1.559					
		6º	5	28	28	21	111	111	111	1.249					
Pará.....	1	1º	16	130	7.736	38.658	38.658	30	3	1
		2º	4	50	3.332					
		3º	3	27	1.999					
		4º	5	19	1.079					
		5º	3	24	2.399					
		6º	4	96	3.986					
		7º	7	43	4.584					
		8º	7	31	3.832					
		9º	7	61	2.786					
		10º	3	16	933					
		11º	3	25	2.039					
		12º	3	28	1.728					
		13º	2	71	71	20	573	573	573	2.195					
Maranhão...	1º	1º	3	69	3.192	20.785	20.785	15	3	1
		2º	3	58	3.015					
		3º	1	33	1.388					
		4º	1	34	1.687					
		5º	3	49	2.437					
		6º	4	42	3.806					
	2º	7º	2	38	2.362					
		8º	1	24	741					
		9º	2	25	...	35	412	412	...	2.247					
		10º	3	55	2.840					
		11º	1	32	1.755					
		12º	2	33	2.627					
		13º	2	36	2.437					
Piahy.....	1	1º	3	9	838	31.613	31.613	15	3	1
		2º	2	26	1.928					
		3º	2	27	3.300					
		4º	1	63	2.913					
		5º	2	25	1.951					
		6º	1	20	1.027					
	2	7º	2	42	1.610					
		8º	3	50	3.911					
		9º	3	28	53	21	339	339	751	3.679					
		10º	5	40	4.688					
		11º	2	36	2.522					
		12º	4	66	8.158					
Ceará.....	1	1º	5	14	1.590	31.613	31.613	24	3	1
		2º	4	28	1.843					
		3º	2	23	1.926					
		4º	4	23	1.550					
		5º	1	20	1.330					
		6º	1	17	1.372					

PROVINCIAS	DISTRITOS	COLLEGIOS	PAROQUIAS			ELEITORES			VOTANTES			REPRESENTAÇÃO NACIONAL				
			DOS COLLEGIOS	DOS DISTRITOS	DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	TOTAL	DOS DISTRITOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	DOS DISTRITOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	ASSEMBLÉA PROVINCIAL	TOTAL	GERAL	TOTAL
Ceará	1º	7º	3	49	4.420	38.446	12	3	4		
		8º	3	29	2.218						
		9º	3	43	3.457						
		10º	1	36	2.237						
		11º	3	24	67	509	509	5.911						
	2º	1º	1	58	3.686						
		2º	2	23	2.467						
		3º	1	43	2.177						
		4º	1	20	1.217						
		5º	1	24	1.533						
		6º	2	59	3.890						
3º	7º	2	21	2.398							
	8º	2	48	3.217							
	9º	1	27	2.533							
	10º	3	58	4.662							
	11º	1	17	33	411	411	1.915							
4º	1º	1	45	2.647							
	2º	1	45	2.453							
	3º	2	45	4.076							
	4º	1	32	1.507							
	5º	1	59	2.202							
	6º	2	70	2.355							
	7º	1	45	1.114							
	8º	1	10	51	27	359	359	1279	1.100	17.459	85.680	32	8			
Rio Grande do Norte.....	1º	1º	2	37	2.881						
		2º	2	57	2.951						
		3º	1	28	1.405						
		4º	1	24	747						
		5º	3	36	4.016						
		6º	2	44	2.170						
		7º	3	42	2.195						
		8º	1	24	1.394						
		9º	1	21	835						
		10º	2	27	1.726						
		11º	2	33	2.314						
		12º	3	40	2.438						
		13º	1	30	1.883						
		14º	3	27	27	84	476	476	476	2.682	29.667	29.667	22	2	1	
Parahyba....	1º	1º	4	80	3.472						
		2º	2	29	624						
		3º	2	61	3.748						
		4º	2	49	3.467						
		5º	2	52	3.180						
		6º	3	15	2.234						
		7º	2	62	4.101						
		8º	1	20	1.201						
		9º	1	31	1.466						
		10º	1	27	2.083						
		11º	2	22	81	516	516	3.338	23.969			2		
2º	1º	1	42	2.005							
	2º	1	30	1.238							
	3º	2	44	3.246							
	4º	3	23	3.811							
	5º	1	23	846							
	6º	1	23	1.514							
	7º	3	50	4.931							
	8º	4	16	88	88	271	271	787	5.743	23.364	52.333	30	5			

PROVINCIA	PAROCHIAS			ELEITORES			VOTANTES			REPRESENTAÇÃO NACIONAL														
	DISTRITOS	COLLEGIOS	DOS COLLEGIOS	DOS DISTRITOS	DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	TOTAL	DOS DISTRITOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	DOS DISTRITOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	ASSEMBLEIA PROVINCIAL	TOTAL	GERAL	TOTAL	SENADORES							
Pernambuco.	1º	1º	11	300	12.501	9	}	8	}	}	}						
		2º	3	14	92	302	302	...	4.953	17.547						
		3º	2	80	4.255
	2º	3º	3	115	6.368	9	}	8	}	}	}					
		4º	5	154	6.855
		5º	2	78	8.192
		6º	3	15	62	489	489	...	3.429	24.087
		7º	2	99	5.819
	3º	1º	2	71	3.021	9	}	3	}	}	}					
		2º	1	41	2.662
		3º	1	43	1.371
		4º	2	74	3.189
		5º	1	11	32	404	404	...	1.680	18.783
	4º	1º	5	91	10.305	6	}	2	}	}	}					
		2º	1	35	1.265
3º		3	92	6.498	
4º		1	85	1.956	
5º		1	82	2.190	
6º		3	14	71	359	359	...	3.231	25.885	
5º	1º	1	33	1.272	6	}	2	}	}	}						
	2º	2	15	2.872	
	3º	1	29	1.391	
	4º	1	38	2.390	
	5º	3	45	3.410	
	6º	2	39	2.625	
	7º	2	39	2.316	
	8º	1	45	1.751	
	9º	3	41	3.011	
	10º	1	17	71	...	27	881	881	2025	1.574	22.615	108.367							89	18	
6º	1º	3	156	4.652	18	}	8	}	}	}						
	2º	1	108	3.000	
	3º	2	74	4.070	
	4º	1	56	2.211	
	5º	1	71	2.409	
	6º	2	51	4.969	
	7º	1	41	1.603	
	8º	1	122	3.710	
	9º	2	14	140	828	828	...	7.078	33.732	
7º	1º	3	107	8.708	12	}	2	}	}	}						
	2º	1	60	2.045	
	3º	1	51	2.076	
	4º	2	111	4.500	
	5º	1	41	1.523	
	6º	1	72	3.011	
	7º	3	47	3.590	
	8º	2	14	28	...	86	528	528	1356	1.285	26.831	60.563							30	5	
8º	1º	2	29	1.208	12	}	2	}	}	}						
	2º	2	22	1.493	
	3º	2	33	1.487	
	4º	1	24	511	
	5º	2	30	1.002	
	6º	2	41	2.309	
	7º	1	38	1.174	
	8º	2	63	4.290	
	9º	2	41	2.642	
	10º	1	17	22	368	368	...	640	17.146	

PROVINCIAS	DISTRITOS	COLLEGIOS	PAROCHIAS			ELEITORES			VOTANTES			REPRESENTAÇÃO NACIONAL					
			DOS COLLEGIOS	DOS DISTRITOS	DAS PROVINCIAS	LOS COLLEGIOS	TOTAL	LOS DISTRITOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	LOS COLLEGIOS	DOS DISTRITOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	ASSEMBLEA PROVINCIAL	TOTAL	GERAL	TOTAL	SENADORES
Sergipe	2º	1º	1	25	507	12	2	4		
		2º	1	26	783					
		3º	2	75	2.636					
		4º	3	42	1.687					
		5º	3	69	3.829					
	1º	6º	2	39	1.989	24	2	4		
		7º	3	52	328	328	691	2.613	14.044	31.190					
		1º	18	276	11.424					
		2º	3	58	2.637					
		3º	1	21	796					
	2º	4º	1	23	15	370	370	1.578	16.435	9	3			
		1º	10	333	11.472					
		2º	4	119	1.911					
		3º	3	99	4.420					
		4º	6	217	11.021					
5º		6	149	3.814						
6º		3	125	10.524						
8º	7º	4	103	1145	1145	6.427	49.619	9	3				
	1º	4	93	6.787						
	2º	3	45	3.626						
	3º	3	49	2.857						
	4º	3	45	2.462						
	5º	2	29	2.568						
	6º	5	47	3.964						
	7º	2	31	1.758						
	8º	3	31	1.669						
	9º	2	25	1.545						
	10º	4	37	810						
	11º	2	23	1.177						
	12º	5	40	2.876						
4º	13º	1	44	50	545	545	3.109	35.208	9	3				
	1º	3	73	2.563						
	2º	5	156	7.455						
	3º	3	54	3.207						
	4º	1	0	804						
	5º	3	80	3.371						
	6º	2	75	2.849						
	7º	1	25						
	8º	2	36	1.501						
	9º	4	101	5.477						
	10º	4	71	3.647						
	11º	3	101	2.778						
	12º	2	39	1.440						
5º	13º	1	34	26	73	373	1.296	36.388	9	3				
	1º	4	119	5.683						
	2º	2	79	1.162						
	3º	3	91	4.158						
	4º	1	38	3.473						
	5º	4	74	5.913						
	6º	1	38	1.809						
	7º	2	27	2.327						
	8º	3	31	3.071						
	9º	1	61	2.606						
	10º	2	47	2.960						
	11º	1	52	2.504						
	12º	1	59	2.304						
	13º	2	42	2.891						
	14º	1	30	1.658						
15º	1	29	174	50	814	844	8777	2.272	44.189	181.839	42	14		

PROVINCIAS	DISTRITOS	COLLEGIOS	PAROCHIAS			ELEITORES			VOTANTES			REPRESENTAÇÃO NACIONAL								
			DOS COLLEGIOS	DOS DISTRITOS	DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	TOTAL	LOS DISTRITOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	DOS DISTRITOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	ASSEMBLÉA PROVINCIAL	TOTAL	GERAL	TOTAL	SENADORES			
Espírito Santo.....	1	1º	8	56	1.555	20	2	1					
		2º	5	26	1.030								
		3º	8	20	776								
		4º	10	26	26	87	149	149	149	2.632	5.995	5.995								
	1º	1º	10	10	350	350	350	15.946	15.946	3						
	Rio de Janeiro	2º	1º	10	100	5.723	15	8	6				
			2º	9	41	1.832							
			3º	6	43	3.957							
			4º	4	44	1.141							
			5º	3	38	1.327							
			6º	4	30	1.227							
			7º	2	37	1.435							
8º			8	54	3.257								
9º			2	38	2.055								
10º			1	26	1.003								
11º			2	44	2.002								
12º			3	48	42	537	537	2.035	26.494								
Rio de Janeiro	3º	1º	6	88	4.025	15	3	6					
		2º	3	55	1.866								
		3º	1	30	867								
		4º	4	46	2.333								
		5º	6	64	1.750								
		6º	3	50	1.140								
		7º	5	73	3.009								
		8º	5	58	2.850								
		9º	5	88	44	527	527	2.481	20.321								
		Rio de Janeiro	4º	1º	4	73	2.250				15	3	12
				2º	5	65	3.946						
				3º	5	54	4.213						
4º	8			68	3.279								
5º	5			56	2.509								
6º	3			80	2.568								
7º	5			65	2.241								
8º	1			32	1.205								
9º	3			49	1.232								
10º	2			86	141	43	585	585	2008	439	23.932	86.743								
S. Paulo.....	1º			1º	13	83	8.453	12	3	4			
				2º	3	16	1.255						
		3º	4	47	2.050								
		4º	5	41	1.414								
		5º	3	29	1.483								
		6º	4	23	1.334								
		7º	4	37	1.143								
		8º	3	25	1.260								
		9º	2	29	1.324								
		10º	6	47	1.533								
		11º	2	49	27	400	400	1.077	17.337								
		S. Paulo.....	2º	1º	4	58	2.729				12	3	4
2º	9			24	1.656								
3º	2			32	1.994								
4º	2			30	714								
5º	1			37	1.542								
6º	4			58	4.073								
7º	2			32	1.471								
8º	2			23	1.374								
9º	1			30	1.702								
10º	4			39	2.042								
11º	2			27	39	402	402	1.646	21.033								

PROVINCIA	PAROCHIAS		ELEITORES			VOTANTES			REPRESENTAÇÃO NACIONAL										
	DISTRICTOS	COLLEGIOS	DOS COLLEGIOS	DOS DISTRICTOS	DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	TOTAL	LOS DISTRICTOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	DOS DISTRICTOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	ASSEMBLEA PROVINCIAL	TOTAL	GERAL	TOTAL	SENADORES		
S. Paulo.....	3º	1º	3	30	932	12	3		
		2º	3	44	1.734							
		3º	5	24	655							
		4º	4	31	1.319							
		5º	3	31	1.481							
		6º	6	47	2.068							
		7º	3	24	797							
		8º	6	29	1.660							
		9º	3	25	1.165							
		10º	6	40	1.935							
		11º	3	30	1.268							
		12º	3	48	121	29	387	387	1189	1.309	16.326	54.696						36	9
Paraná.....	1º	1º	6	77	5.184	20	2		
		2º	3	23	2.122							
		3º	3	40	1.926							
		4º	3	25	2.358							
		5º	2	23	23	24	200	200	200	3.978	15.805	15.895						20	2
		6º	2	11	927							
Santa Catharina.....	1º	1º	11	61	3.188	20	2		
		2º	7	36	2.132							
		3º	7	35	2.244							
		4º	7	49	2.927							
		5º	5	43	43	23	215	215	215	2.070	14.261	14.261						20	2
		6º	6	11	1.700							
Rio Grande do Sul.....	1º	1º	15	90	7.389	15	3		
		2º	5	35	3.803							
		3º	5	44	4.213							
		4º	4	36	1.469							
		5º	2	26	1.374							
	2º	6º	4	30	1.265	20	2		
		7º	1	36	14	275	275	772	20.735							
		8º	7	50	2.853							
		9º	4	24	2.212							
		10º	2	25	1.235							
Minas Geraes	1º	1º	11	87	3.666	6	3		
		2º	8	43	2.687							
		3º	9	75	4.327							
		4º	8	61	3.768							
		5º	11	78	2.705							
	2º	6º	9	30	3.614	26.026		
		7º	14	70	70	433	433	5.259							
		8º	9	63	3.931							
		9º	5	48	2.786							
		10º	4	31	1.617							
Rio Grande do Sul.....	1º	1º	11	87	3.666	15	3		
		2º	8	43	2.687							
		3º	9	75	4.327							
		4º	8	61	3.768							
		5º	11	78	2.705							
	2º	6º	9	30	3.614	20	2		
		7º	14	70	70	433	433	5.259	26.026							
		8º	9	63	3.931							
		9º	5	48	2.786							
		10º	4	31	1.617							
Rio Grande do Sul.....	1º	1º	11	87	3.666	15	3		
		2º	8	43	2.687							
		3º	9	75	4.327							
		4º	8	61	3.768							
		5º	11	78	2.705							
	2º	6º	9	30	3.614	20	2		
		7º	14	70	70	433	433	5.259	26.026							
		8º	9	63	3.931							
		9º	5	48	2.786							
		10º	4	31	1.617							

PROVINCIA	DISTRITOS	COLLEGIOS	PAROQUIAS			ELEITORES			VOTANTES			REPRESENTAÇÃO NACIONAL					
			DOS COLLEGIOS	DOS DISTRITOS	DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	TOTAL	DOS DISTRITOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	DOS DISTRITOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	ASSEMBLEA PROVINCIAL	TOTAL	GERAL	TOTAL	SENADORES
	3º	1º	5	39	2.418								
		2º	7	39	2.756								
		3º	4	23	1.512								
		4º	7	49	3.180								
		5º	3	29	1.400								
		6º	7	33	2.361				6		8		
		7º	5	42	2.080								
		8º	6	42	3.690								
		9º	9	51	3.535								
		10º	5	46	3.339								
		11º	5	63	...	35	436	436	...	1.314	27.624						
	4º	1º	7	50	2.030								
		2º	8	41	2.473								
		3º	6	49	2.186								
		4º	5	42	1.717								
		5º	6	41	2.584								
		6º	6	61	3.707				6		3		
		7º	3	25	1.097								
		8º	3	31	1.951								
		9º	8	31	1.674								
		10º	5	51	3.039								
		11º	1	57	...	24	455	455	...	1.137	23.625						
Minas Geraes	5º	1º	7	50	2.011								
		2º	5	39	1.986								
		3º	7	66	2.245								
		4º	4	31	1.799				6		3		
		5º	6	45	2.520								
		6º	8	90	3.828								
		7º	5	31	1.410								
		8º	7	49	...	40	395	395	...	2.457	18.256						
6º	1º	8	116	4.995									
	2º	7	98	5.803				6		3			
	3º	12	119	8.414									
	4º	3	38	2.460									
	5º	4	34	...	42	403	403	...	1.713	23.885							
7º	1º	7	76	4.529									
	2º	3	36	2.999									
	3º	1	17	1.096									
	4º	3	84	2.669				4		2			
	5º	4	85	2.875									
	6º	4	61	3.151									
	7º	3	66	3.358									
	8º	1	28	360	16	881	881	3007	774	21.451	167.083	40		20			
	1º	1º	12	49	3.391								
		2º	3	40	1.696								
		3º	6	31	3.158								
		4º	2	26	2.016								
		5º	2	40	1.894								
		6º	3	18	716				22		2		
		7º	2	23	607								
		8º	5	27	1.909								
		9º	5	47	3.155								
		10º	3	43	2.603								
		11º	2	12	797								
		12º	1	51	51	18	876	876	876	905	22.880	22.880	22		2		

PROVINCIA	DISTRITOS	COLLEGIOS	PAROCHIAS			ELEITORES			VOTANTES			REPRESENTAÇÃO NACIONAL				
			DOS COLLEGIOS	DOS DISTRITOS	DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	TOTAL	DOS DISTRITOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	DOS COLLEGIOS	DOS DISTRITOS	TOTAL DAS PROVINCIAS	ASSEMBLEA PROVINCIAL	TOTAL	GERAL	TOTAL
Matto Grosso	1	1º	7	65	3.285	22	2	2	1
		2º	18	851				
		3º	31	1.235				
		4º	12	516				
		5º	1	15	15	12	188	188	188	390	6.277	6.277				
SOMMA.....	46	408	1451	20020	1.007.608	578	122	58

QUADRO

estatístico geral da divisão eleitoral do Imperio

PROVINCIAS	DISTRITOS	COLLEGIOS	PAROCHIAS	ELEITORES	VOTANTES	Representação nacional			Proporção para com os eleitores		Proporção para com o numero de votantes de cada provincia			Proporção para com a população livre de cada provincia			
						ASSEMBLÉA PROVINCIAL	GERAL	SENADORES	DEPUTADOS GERAES	DEPUTADOS PROVINCIAES	DEPUTADOS GERAES	DEPUTADOS PROVINCIAES	ELEITORES	DEPUTADOS GERAES	DEPUTADOS PROVINCIAES	ELEITORES	VOTANTES
Amazonas.....	1	6	23	111	7.003	20	2	1	1:55	1:5	1:3951	1:395	1:71	1:37500	1:3750	1:675	1:9
Pará.....	1	13	71	573	38.658	30	3	1	1:191	1:19	1:12886	1:1288	1:67	1:96666	1:9666	1:506	1:7
Maranhão.....	2	22	53	751	51.601	30	6	3	1:125	1:25	1:8600	1:1720	1:68	1:70000	1:14000	1:559	1:8
Pianhy.....	1	12	28	346	31.613	24	3	1	1:115	1:14	1:10537	1:1317	1:91	1:53839	1:6729	1:437	1:5
Ceará.....	3	30	51	1.279	85.680	32	8	4	1:159	1:39	1:10710	1:2677	1:66	1:66250	1:16562	1:414	1:6
Rio Grande do Norte.....	1	14	27	476	29.667	22	2	1	1:238	1:21	1:14833	1:1348	1:62	1:110000	1:10000	1:462	1:7
Parahyba.....	2	19	38	787	52.333	30	5	2	1:157	1:26	1:10466	1:1744	1:66	1:54000	1:9000	1:343	1:5
Pernambuco.....	5	30	71	2.025	108.367	39	13	6	1:155	1:51	1:8320	1:2778	1:53	1:76923	1:25641	1:439	1:9
Alagôas.....	2	17	28	1.356	60.563	30	5	2	1:271	1:45	1:12112	1:2018	1:44	1:61306	1:1217	1:226	1:5
Sergipe.....	2	17	32	691	31.190	24	4	2	1:172	1:28	1:7797	1:1299	1:45	1:57500	1:9533	1:332	1:7
Bahia.....	5	52	174	3.777	181.839	42	14	7	1:269	1:69	1:12988	1:4329	1:43	1:81428	1:27142	1:301	1:6
Espirito Santo.....	1	4	26	149	5.995	20	2	1	1:74	1:7	1:2997	1:299	1:40	1:25912	1:2591	1:347	1:8
Rio de Janeiro.....	4	32	141	2.008	86.743	45	12	6	1:167	1:44	1:7228	1:1927	1:43	1:85502	1:22800	1:510	1:11
S. Paulo.....	3	34	124	1.189	54.696	36	9	4	1:132	1:33	1:6077	1:1519	1:46	1:85555	1:21388	1:647	1:14
Paraná.....	1	6	23	200	15.895	20	2	1	1:100	1:10	1:7947	1:794	1:79	1:55000	1:5500	1:550	1:6
Santa Catharina.....	1	6	43	215	14.261	20	2	1	1:107	1:10	1:7130	1:713	1:66	1:62500	1:6250	1:591	1:8
Rio Grande do Sul.....	2	17	72	566	44.451	30	6	3	1:91	1:18	1:7409	1:1481	1:78	1:60000	1:12000	1:636	1:8
Minas Geraes.....	7	60	360	3.007	167.083	40	20	10	1:119	1:75	1:8354	1:4177	1:55	1:60000	1:30000	1:399	1:7
Goyaz.....	1	12	51	376	22.880	22	2	1	1:188	1:17	1:11440	1:1040	1:60	1:72500	1:6590	1:385	1:6
Matto Grosso.....	1	5	15	138	6.277	22	2	1	1:69	1:6	1:3138	1:335	1:45	1:30000	1:2727	1:434	1:9
SOMMA.....	46	408	1.451	20.020	1.097.638	578	122	58	1:162	1:34	1:8997	1:1899	1:54	1:83237	1:17579	1:507	1:9

A N E X O 2

DISTRITOS ELEITORAIS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

1856

Referência:

BRASIL. Leis e Decretos. Decreto nº 842 de 19 de setembro de 1855. Rio de Janeiro, T. Nacional, 1855. p. 59-75

DIVISÃO ELEITORAL DA PROVÍNCIA DE
MINAS GERAIS - 1856

.1.

Distritos	SEDES	Números	COLÉGIOS	FREGUESIAS
1	Ouro Preto	1	Ouro Preto	Ouro Preto, Antonio Dias, São Bartolomeu, Casa Branca, Cachoeira do Campo, Ouro Branco, Rio de Pedras, Catas Altas da Noruega, Itabira do Campo, Itaverava, Congonhas do Campo, Queluz, Suassuí, Brumado de Suassui, Capela Nova, Piedade dos Gerães e Bomfim
2	Pitangui	1	Pitangui	Pitangui, Patatufio, Bom Despacho, Sant'Ana de São João Acima, S. Gonçalo do Pará, Mateus Leme, Santa Quitéria, Dores do Indaiá, Morada Nova, Taboleiro Grande e Sete Lagoas
3	Sabarã	1	Sabarã	Sabarã, Raposos, Congonhas de Sabarã, Caeté, Lapã, Curral d'El Rei, Capela Nova do Betim, Piedade da Paroipeba, Santa Luzia, Santíssimo Sacramento da Barra de Jequitibã, Santo Antonio do Rio Acima, Lagoa Santa, Contagem, Matosinhos, Roças-Novas, São João Batista do Morro Grande e Trairas.
4	Itabira	1	Itabira	Itabira, São José da Lagoa, S. Gonçalo do Rio Abaixo, S. Miguel do Piracicaba, Santa Bárbara, S. Domingos do Prata, Morro de Gaspar Soares, Sant'Ana de Coaes, Catas Altas de Mato Dentro, Sant'Ana dos Ferros, Antonio Dias Abaixo, Taquaraçu, Sant'Ana do Alfié, Joanésia e Cuieté

Distritos	SEDES	Números	COLÉGIOS	FREGUESIAS
5	Serro	1	Serro	Serro, Conceição, São Miguel e Almas Correntes, São Sebastião do Correntes, São José de Jacuri, Santo Antonio do Peçanha e Rio Vermelho
6	Diamantina	1	Diamantina	Diamantina, Rio-Manso, Gouvêa, São Gonçalo do Rio Preto, Curimataí, N. Senhora da Penha, São João Batista de Minas Novas e Curvelo
7	Minas Novas	1	Minas Novas	Minas Novas, Santa Cruz da Chapada, N.S. da Piedade, Conceição da Água Suja, S. Domingos, Santo Antonio do Calhau, Santo Antonio da Itinga e S. Sebastião do Salto-Grande
		2	Vila do Rio Pardo	Rio Pardo e Santo Antonio das Salinas
8	Montes Claros de Formiga	1	Montes Claros	Montes Claros, Bomfim, Santíssimo Coração de Jesus, Contendas e Bom Sucesso da Barra do Rio das Velhas
		2	Grão-Mogol	Grão-Mogol, Itacambira e São José de Gorutuba
		3	Januária	Januária, Morrinhos de Januária e S. Romão
9	Paracatú	1	Paracatú	Paracatú, Sant'Ana dos Alegres e Morrinhos do Paracatú
		2	Patrocínio	Patrocínio, Santo Antonio dos Patos e Bagagem

Distritos	SEDES	Números	COLEGIOS	FREGUESIAS
10	Uberaba	1	Uberaba	Uberaba, N.S. das Dores do Campo Formoso, Araxã, Sant' Ana da Barra do Rio das Velhas, Prata, S. Francisco das Chagas do Campo Grande, Desemboque, S. Francisco das Chagas de Monte Alegre e S. Francisco Sales
11	Caldas	1	Caldas	Caldas, Campestre, Cabo Verde, S. Joaquim, S. Sebastião da Ventania, Carmo do Rio Claro, Passos, Jacuí, S. Sebastião do Paraíso e Dores do Aterrado.
12	Pouso Alegre	1	Pouso Alegre	Pouso Alegre, Santa Rita da Boa Vista da Capituba, Santa Ana do Sapucaí, Campo Místico, S. Caetano da Vargem Grande, S. José do Toledo, S. José do Paraíso, Ouro Fino, Cambui e Jaguari
13	Baependi	1	Baependi	Baependi, Pouso Alto, Aiuruoca, Alagoas, S. Vicente Ferrer, Conceição do Rio Verde, Capivari, Carmo, S. Tomé das Letras, Serranos, Cristina, Conceição do Turvo, Livramento do Bom Jardim, S. Sebastião da Capituba, Itajubã e Soledade de Itajubã
14	Campanha	1	Campanha	Campanha, Espírito Santo da Mutuca, Águas Virtuosas, Três Corações do Rio Verde, S. Gonçalves, Espírito Santo da Varginha, Santa Catarina, Três Pontas, S. João Nepomuceno, Espírito Santo dos Coqueiros, Douradinho, Lavras, Carmo da Escaramuça, Dores da Boa Esperança, S. José e Dores d'Alfenas

Distritos	SEDES	Números	COLÉGIOS	FREGUESIAS
15	Vila Nova de Formiga	1	Formiga	Formiga, Tamanduá, Campo Belo, Santo Antonio do Monte, Piuí, Espírito Santo da Itapecerica, Sant'Ana de Bambuí, Itatiaiosçu e N.S. da Luz do Aterrado.
16	S. João d'El Rei	1	São João d'El Rei	São João d'El Rei, Santa Rita do Rio-Abaixo, São Miguel do Cajurú, Lage, Conceição da Barra, S. Thiago, N.S. de Nazareth, Carrancas, Bom Sucesso, Rio do Peixe, Passatempo, S. Antonio do Amparo, Oliveira e Bom Jesus dos Perdões.
17	Barbacena	1	Barbacena	Barbacena, Prados, Lagoa Dourada, Santa Rita de Ibitipoca, Chapéu D'Uvas, Mercês do Pomba Pomba, Conceição da Ibitipoca, S. Antonio do Paraibuna, Simão Pereira, Presídio do Rio Preto, São José do Rio Preto
18	Leopoldina	1	Leopoldina	Leopoldina, Meia Pata, Madre de Deus do Angú, São José da Paraíba, Mar de Espanha, Conceição do Rio Novo, São Paulo de Muriaé e Curatos da Piedade, Boa-Vista, Rio Pardo, S. Antonio do Aventureiro e Espírito Santo.
19	Ubá	1	Ubá	S. Januário, São João Batista do Presídio, Dores do Turvo, Santa Rita do Turvo, S. Sebastião do Presídio, Dores do Turvo, S. Sebastião dos Aflitos, Sant'Ana do Sapê, Piranga, Espera, S. José do Chopotó, Glória do Muriaé e Tombos do Carangola

Distritos	SEDES	Números	COLÉGIOS	FREGUESIAS
20	Mariana	1	Mariana	Mariana, São Sebastião, Antonio Pereira, Sumidouro, Camargos, S. Caetano, Cachoeira do Brumado, Inficionado, Forquim Barra Longa, Barra do Bacalhau Ponte Nova, Saúde, Paulo Moreira, Anta, Abre-Campo e Santa Cruz

A N E X O 3

DISTRITOS ELEITORAIS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

1872

Referência:

BRASIL. Leis e Decretos. Lei nº 1082, de 18 de agosto de 1860. T. Nacional. p. 379-383.

DISTRITOS ELEITORAIS DE MINAS GERAIS - 1872

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	COLÉGIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
19	Ouro Preto	1	Ouro Preto	1	N.S. do Pilar do Ouro Preto
				2	N.S. da Conceição de Antonio Dias
				3	S. Bartolomeu
				4	Santo Antonio da Casa Branca
				5	N. S. de Nazareth da Cachoeira do Campo
				6	N. S. da Conceição de Congonhas do Campo
				7	Santo Antônio do Ouro Preto
				8	N.S. da Conceição Antonio Pereira
				9	N.S. da Piedade do Paraopeba
				10	N. S. da Conceição do Rio de Pedras
		2	Queluz	1	N.S. da Conceição de Queluz
				2	Santo Amaro
				3	S. Gonçalo de Catas Altas da Noruega
				4	Espírito Santo do Lamin
				5	S. Braz do Suassuí
				6	Santo Antonio da Itaverava
				7	N. S. das Dores de Queluz
				8	N. S. das Grotas do Brumado de Suassuí
		3	Ubã	1	S. Januário de Ubã
				2	S. João Baptista do Presídio
				3	Sant'Ana dos Bagres (curato)
				4	S. Sebastião dos Aflitos

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	COLÉGIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
19	Ouro Preto	3	Ubá	5 6 7 8 9	S. Miguel de Arrepiados Santa Rita do Turvo S. José do Barroso Sant'Ana do Sapê (curato) S. Sebastião de Coimbra (curato)
		4	Piranga	1 2 3 4 5 6 7 8	N.S. da Conceição da Piranga N. S. da Oliveira da Piranha N. S. da Conceição do Turvo São José do Chopotó N. S. da Piedade da Boa Esperança S. Caetano do Chopotó N. S. dos Remédios Santo Antônio do Calambau
		5	Mariana	1 2 3 4 5 6 7 8 9 10	N. S. da Assunção de Mariana S. Sebastião dos Aflitos de Mariana N. S. do Rosário do Sumidouro N. S. da Conceição de Camargos S. Caetano do Ribeirão Abaixo N. S. da Cachoeira do Brumado N. S. do Nazareth do Inficionado Senhor Bom Jesus do Furquim S. Caetano do Furquim N. S. do Rosário de Paulo Moreira

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	COLÉGIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
19	Ouro Preto	6	Muriaé	1	S. Paulo de Muriaé
				2	N. S. das Dores da Vitória (curato)
				3	N. S. da Glória de Muriaé
				4	N. S. da Conceição dos Tombos de Carangola
				5	S. Francisco da Glória
				6	Santa Luzia de Carangola
				7	N. S. do Patrocínio de Muriaé
				8	S. Sebastião da Cachoeira Alegre
				9	S. Sebastião da Mata
		7	Ponte Nova	1	S. Sebastião da Ponte Nova
				2	Santa Cruz do Escalvado
				3	Sant'Ana da Barra do Bacalhau
				4	S. Sebastião do Pedra do Anta
				5	S. Miguel do Anta
				6	Sant'Ana de Abre Campo
				7	S. Simão
				8	Santa Helena do Cabeluda
				9	N. S. da Conceição do Casca
				10	Sant'Ana de Jequirí
				11	S. José da Barra Longa
				12	S. José da Pedra Bonita
				13	Santa Margarida
				14	S. Francisco do Rio Vermelho
29	Sabarã	1	Sabarã	1	N. S. da Conceição de Sabarã
				2	N. S. da Conceição de Raposos

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	COLÉGIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
29	Sabará	1	Sabará	3	N. S. do Pilar de Congonhas de Sabará
				4	N. S. da Lapa
				5	N. S. da Boa Viagem do Curral d'El Rei
				6	N. S. do Carmo do Betim
				7	Santo Antonio do Rio Acima
				8	S. Gonçalo de Contagem
				9	Santa Quitéria
		2	Caeté	1	N. S. do Bom Sucesso de Caeté
				2	N. S. da Madre de Deus de Roças Novas
				3	Santíssimo Sacramento de Taquaraçú
				4	N. S. da Conceição de Jaboticatubas
		3	Santa Luzia	1	Santa Luzia
				2	N. S. da Saúde da Lagoa Santa
				3	Senhor de Matosinhos
				4	Santo Antonio de Sete Lagoas
				5	Santíssimo Sacramento Jequitibã
		4	Conceição	1	N.S. da Conceição de Mato Dentro
				2	Santo Antonio da Tapera
				3	N. S. do Porto de Guanhões
				4	N. S. das Dores de Guanhões
				5	N. S. do Pilar do Morro de Gaspar Soares
				6	S. Domingos do Rio do Peixe

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	COLÉGIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
29	Sabará	4	Conceição	7	N. S. da Oliveira de Itambé do Mato Dentro
		5	Curvelo	1	Santo Antonio do Curvelo
				2	N. S. da Piedade dos Bagres
				3	Sant'Ana de Trairas
		4	N.S. do Carmo do Taboleiro Grande		
		5	N. S. do Livramento do Papagaio		
		6	Pitangui	1	N.S. do Pilar de Pitangui
				2	N.S. do Bom Despacho
				3	Sant'Ana da Onça do Rio de São João
				4	Sant'Ana da Maravilha
				5	N.S. da Conceição de Pompeo
		7	Indaiá	1	N.S. das Dores do Indaiá
				2	N.S. do Lorêto da Morada Nova
				3	N. S. do Patrocínio da Marmelada
				4	Santo Antonio dos Tiros
		8	Pará	1	N.S. da Piedade do Pará
				2	Sant'Ana do Rio de S. João Acima
				3	N.S. do Carmo do Cajurú
				4	Santo Antonio de Mateos Leme
				5	S. Gonçalo do Pará

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	COLÉGIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
		9	Itabira	1 2 3 4 5 6 7 8 9	N.S. do Rosário de Itabira N.S. da Conceição de Cuieté Sant'Ana dos Ferros S. Sebastião da Joanésia N.S. de Nazareth de Antonio Dias Abaixo N.S. do Carmo de Itabira S. José da Lagoa Santa Maria Sant'Ana do Alfié
		10	Santa Bárbara	1 2 3 4 5 6 7 8	Santo Antonio do Ribeirão de Santa Bárbara S. Gonçalo do Rio-Abaixo S. João do Morro Grande N.S. do Rosário de Cocais Senhor Bom Jesus do Amparo S. Miguel de Piracicaba N.S. da Conceição de Catas Altas do Mato Dentro S. Domingos do Prata
39	Barbacena	1	Barbacena	1 2 3 4 5	N.S. da Piedade de Barbacena Santa Rita do Ibitipoca N.S. da Conceição de Ibitipoca N.S. das Dores do Rio do Peixe N.S. do Desterro do Melo
		2	Juiz de Fora	1 2 3	Santo Antonio do Juiz de Fora S. Pedro de Alcântara N.S. da Assumpção de Chapéu Uvas

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	COLÉGIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
39	Barbace <u>na</u>	2	Juiz de Fora	4 5 6 7	S. José do Rio Preto S. Francisco de Paula do Monte Verde Espírito Santo do Piáu S. Miguel e Almas de J. Gomes
		3	Rio Preto	1 2 3 4	Senhor dos Passos do Rio Preto Santa Rita de Jacutinga Santa Bárbara do Monte Verde Senhor Bom Jesus do Bom Jardim
		4	Baependi	1 2 3 4 5 6 7	Santa Maria de Baependi N.S. da Conceição do Rio Verde N.S. da Conceição de Pouso Alto Sant'Ana do Capivari S. Thomé das Letras N.S. da Conceição de Passa-Quatro N.S. da Conceição da Virgínia
		5	Cristina	1 2 3	Espírito Santo da Cristina N.S. do Carmo do Pouso Alto S. Sebastião do Capituba
		6	Airuoca	1 2 3 4 5	N.S. da Conceição do Airuoca N.S. do Rosário da Lagoa S. Domingos da Bocaína N.S. Bom Sucesso de Serranos S. Vicente Ferrer

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	COLÉGIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
39	Barbace <u>na</u>	6	Aiuruoca	6	Senhor Bom Jesus do Livramen <u>to</u>
				7	N.S. da Conceição do Turvo
		7	Itajubá	1	N.S. da Conceição de Itajubá
				2	S. Caetano da Vargem Grande
				3	N.S. da Soledade de Itajubá
				4	S. José do Paraíso
				5	N. S. da Conceição de Piran-gussú
		8	Pomba	1	S. Manoel do Pomba
				2	Espírito Santo do Pomba
				3	N. S. das Mercês do Pomba
4	S. José do Paraopeba				
5	Senhor Bom Jesus da Cana Ver <u>de</u> do Taboleiro				
6	Senhor do Bomfim das Mercês				
9	Leopoldina	1	S. Sebastião da Leopoldina		
		2	N.S. da Madre de Deus do An-gû		
		3	S. José d'Além Paraíba		
		4	Santa Rita da Meia Pataca		
		5	S. Francisco de Assis de Capivara		
		6	Sant'Ana do Pirapitinga		
		7	N.S. da Piedade (curato)		
		8	Senhor Bom Jesus do R. Pardo (curato)		
		9	N.S. da Conceição da Boa Vis <u>ta</u> (curato)		
10	Mar de Espanha	1	N. S. das Mercês do Mar de Espanha (curato)		

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	COLÉGIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
39	Barbace <u>na</u>	10	Mar de Espanha	2	N.S. da Conceição do Rio Novo
				3	S. João Nepomuceno
				4	Divino Espírito Santo (curato)
				5	Santo Antonio do Aventureiro (curato)
39	Barbace <u>na</u>	11	S. José D'El Rei	1	S. José d'El Rei
				2	N. S. da Conceição de Prados
				3	N.S. da Penha de França da Lage
				4	Santo Antonio da Lagoa <u>Dbu</u> rada
				5	S. Tiago
49	São João d'El Rei	1	S. João d'El Rei	1	N.S. do Pilar de S. João d'El Rei
				2	N.S. da Conceição de Carrancas
				3	N. S. da Conceição da Barra
				4	N. S. do Nazareth
				5	Santa Rita do Rio-Abaixo
				6	S. Miguel do Cajurú
				7	N.S. da Madre de Deus
		2	Oliveira	1	N.S. da Oliveira
				2	N.S. da Aparecida do Cláudio
				3	N.S. da Glória do Passatempo
				4	Santo Antonio do Amparo
				5	N.S. do Bom Sucesso
				6	N.S. do Carmo do Japão
				7	S. Francisco de Paula
				8	S. João Batista

DISTRITOS		NÚMEROS		NÚMEROS	
4ª	São João d'el Rei	3	Bom Fim	1 2 3 4 5 6	Senhor do Bom Fim S. Sebastião do Itatiaussú N.S. da Piedade dos Geraes S. Gonçalo da Ponte N.S. das Necessidades do Rio do Peixe N.S. das Dores da Conquista
		4	Lavras	1 2 3 4 5	Sant'Ana de Lavras do Funil N.S. do Carmo da Cachoeira S. João Nepomuceno de Lavras Espírito Santo dos Coqueiros Senhor Bom Jesus dos Perdões
		5	Formiga	1 2 3 4 5	S.Vicente Ferrer da Formiga N.S. do Carmo de Arcos Sant'Ana de Bambui N.S. do Rosário da Pimenta N.S. da Luz do Aterrado
		6	Tamanduã	1 2 3 4 5 6	S.Bento do Tamanduã Senhor Bom Jesus do Campo Belo Espírito Santo da Itapecerica Santo Antonio do Monte N.S. do Desterro de Tamanduã N.S. das Candeas
		7	Piuí	1 2 3	N.S. do Livramento do Piumhi S. João Baptista da Glória S. Roque do Piuí

DISTRITOS		NÚMEROS		NÚMEROS	
49	São João d'el Rei	8	Uberaba	1	Santo Antonio e S. Sebastião da Uberaba
		2	S. Pedro da Uberabinha		
		3	N.S. do Carmo do Frutal		
		9	Prata	1	N.S. do Carmo do Prata
2	S. Francisco das Chagas do Monte Alegre				
3	N.S. da Abadia do Bom Sucesso				
4	N.S. das Dores do Campo Formoso				
5	S. Francisco de Sales				
6	Santa Maria				
7	S. José do Tijuco				
8	N.S. do Rosário da Boa Vista do Rio Verde				
10	Araxá	1	S. Domingos do Araxá		
2	N. S. do Desterro do Desemboque				
3	Santissimo Sacramento				
4	Santo Antonio da Pratinha				
5	Espírito Santo da Forquilha				
11	Campo Grande	1	S. Francisco das Chagas do Campo Grande		
59	Campanha	1	Campanha	1	Santo Antonio da Campanha
				2	Espírito Santo da Mutuca
				3	N.S. da Saúde de Águas Virtuosas
				4	Senhor de Matosinhos de Lambari
				5	S. Gonçalo da Campanha
				6	Santa Catarina

DISTRITOS		NÚMEROS		NÚMEROS	
59	Campanha	1	Campanha	7	Três Corações do Rio Verde
		2	Três Pontas	1 2 3 4 5	N.S. da Ajuda de Três Pontas Espírito Santo da Varginha N.S. das Dores da Boa Esperança N.S. do Carmo do Campo Grande S. Francisco de Água-Pé
		3	Caldas	1 2 3 4 5 6 7	N.S. do Patrocínio de Caldas Santa Rita de Cássia N.S. da Assumpção do Cabo Verde N.S. do Carmo do Campestre S. Sebastião do Jaguari S. José da Boa Vista N.S. da Conceição da Boa Vista
		4	Jacuí	1 2 3 4	S. Carlos de Jacuí S. Francisco das Chagas do Monte Santo S. Sebastião do Paraíso N.S. das Dores do Guaxupé
		5	Passos	1 2 3 4 5 6	Senhor Bom Jesus dos Passos N.S. das Dores do Aterrado Santa Rita de Cássia S. Sebastião da Ventania N.S. do Carmo do Rio Claro Santa Rita do Rio Claro

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	COLÉGIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
59	Campanha	6	Pouso Alegre	1	S. Bom Jesus do Pouso Alegre
				2	N.S. do Carmo da Borda da Ma ta
				3	S. Francisco de Paula de Ou- ro Preto
				4	Senhor Bom Jesus do Campo Místico
				5	Santa Rita da Boa Vista
				6	Sant'Ana do Sapucaí
				7	N.S. da Conceição da Estiva
				8	S. João Batista das Cachoei- ras
		7	Jaguari	1	N.S. da Conceição de Jaguari
				2	S. José de Toledo
				3	N.S. do Carmo de Cambui
				4	S. José do Picú
				5	Santa Rita da Extrema
		8	Formosa	1	S. José e N.S. das Dores de Alfenas
				2	Sca. Família e Sto. Antonio do Machado
				3	N.S. do Carmo da Escaramuça
				4	S. João Baptista do Douradi- nho
				5	S. Joaquim da Serra Negra
				6	S. Sebastião do Areado
				7	S. Francisco de Paula do Ma chadinho

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	COLÉGIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
69	Serro	1	Serro	1	N.S. da Conceição do Serro
				2	Santo Antonio do R. do Peixe
				3	N. S. dos Prazeres do Milho Verde
				4	S. Sebastião de Correntes
				5	Santo Antonio de Peçanha
				6	N.S. da Penha do Rio Vermelho
				7	S. Miguel e Almas
				8	S. Gonçalo do Rio das Pedras
				2	Diamantina
				2	S. Gonçalo do Rio Preto
				3	N.S. da Conceição do R.Manso
				4	Santo Antonio de Gouvêa
				5	N.S. da Conceição de Curimatã
				6	S. João da Chapada
				7	N.S. Mãe dos Homens
		3	Minas Novas	1	S. Pedro do Fanado de Minas Novas
				2	N.S. da Graça da Capelinha
				3	N.S. da Conceição da Filadélfia
				4	Santa Cruz da Chapada
				5	N.S. da Conceição do Sucuriú
				6	N. S. da Piedade
				7	Santo Antonio do Arassuaí
				8	Santo Antonio da Itinga
				9	S. Domingos da Itinga
				10	S. Sebastião do Salto Grande
				11	N.S. da Conceição de Água Suja

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	COLÉGIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
69	Serro	3	Minas Novas	12	S. Miguel do Jequitinhonha
		4	Rio Pardo	1 2 3	N.S. da Conceição do Rio Pardo Santo Antonio de Salinas N.S. da Graça do Tremedal
		5	São João Batista	1 2 3 4	S. João Batista N.S. da Penha de França S. José de Jacuri Santíssimo Coração de Jesus das Barreiras
79	Montes Claros	1	Montes Claros	1 2 3 4 5 6 7	S. José de Montes Claros Senhor do Bom Fim Sant'Ana de Cotendas Santíssimo Coração de Jesus Sant'Ana dos Olhos d'Água Santo Antonio da Itacambira S. José da Pedra dos Angicos
		2	Januária	1 2 3	N.S. das Dores da Januária N.S. da Conceição de Morrinhos N.S. do Amparo do Brejo do Salgado
		3	S. Romão	1	S. Romão
		4	Paracatú	1 2 3	Santo Antonio da Manga de Paracatú Sant'Ana dos Alegres Sant'Ana do Buriti

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	COLÉGIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
79	Montes Claros	5	Patrocínio	1	N.S. do Patrocínio
				2	Santo Antonio dos Patos
				3	S. Sebastião da Serra do Salitre
				4	Sant'Ana do Pouso Alegre de Coromandel
		6	Bagagem	1	N.S. Mãe dos Homens da Bagagem
				2	N. S. do Carmo
				3	N.S. do Amparo do Brejo Alegre
				4	Sant'Ana do Rio das Velhas
		7	Grão-Mogol	1	Santo Antonio do Grão-Mogol
				2	S. José do Gorutuba
				3	S. Gonçalo do Brejo das Almas
		8	Guaicui	1	N.S. do Bom Sucesso de Gaicui

A N E X O 4

DISTRITOS ELEITORAIS DA PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS

1881

Referência:

BRASIL. Leis e Decretos. Decreto nº 3029, de 9 de janeiro de 1881. T. Nacional, 1881. p. 509-517.

DISTRITOS ELEITORAIS - PROVÍNCIA DE MINAS GERAIS - 1881

.1.

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
1º	Ouro Preto	1	Ouro Preto	1	Nossa Senhora do Pilar
				2	Nossa Senhora da Conceição de Antônio Dias
				3	S. Bartolomeu
				4	Nossa Senhora da Conceição de Antonio Pereira
				5	Santo Antonio da Casa Branca
				6	Nossa Senhora da Conceição do Rio das Pedras
				7	Nossa Senhora da Boa Viagem da Itabira do Campo
				8	Nossa Senhora de Nazareth da Cachoeira do Campo
				9	Nossa Senhora da Piedade do Paraopeba
				10	Nossa Senhora da Conceição de Congonhas
		2	Entre Rios	1	Nossa Senhora das Grotas do Brumado de Suassui
				2	S. Braz de Suassui
				3	Nossa Senhora das Necessidades Rio do Peixe
		3	Queluz	1	Nossa Senhora das Dores da Capela Nova
				2	Santo Antônio de Itaverava
3	S. Gonçalo de Catas Altas de Noruega				
4	Espírito Santo do Lamin				
5	Santo Amaro				
6	Sant'Ana do Morro do Chapéu				

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
29 Mariana		1	Mariana	1	Nossa Senhora da Assumpção da Sê de Mariana
				2	Nossa Senhora da Conceição de Camargos
				3	Nossa Senhora do Rosário do Sumidoro
				4	Nossa Senhora de Nazareth do Inficionado
				5	S. Caetano do Ribeiro Abaixo
				6	Nossa Senhora da Cachoeira do Brumado
				7	Senhor Bom Jesus do Furquim
				8	Nossa Senhora da Saúde
				9	Nossa Senhora do Rosário de Paulo Moreira
				10	S. José da Barra Longa
				11	S. Gonçalo d'Ubã
		2	Ponte Nova	1	S. Sebastião da Ponte Nova
				2	Santa Cruz do Escalvado
				3	Nossa Senhora da Conceição do Casca
				4	Sant'Ana de Abre-Campo
				5	Sant'Ana de Jequiri
				6	S. José da Pedra Bonita
		3	Manhuaçu	1	S. Lourenço de Manhuaçu
				2	S. Simão
				3	Santa Margarida
				4	Sacramento
				5	Santa Helena
				6	S. Roque do Caratinga

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
39	Itabira	1	Itabira	1	Nossa Senhora do Rosário de Itabira do Mato Dentro
				2	Nossa Senhora do Carmo
				3	Santa Maria
				4	S. Sebastião do Paraíba do Mato Dentro
				5	Sete Cachoeiras
				6	N. Senhora de Nazareth de Antônio Dias Abaixo
				7	Sant'Ana dos Ferros
				8	S. José da Lagoa
				9	Sant'Ana do Alfié
		2	Santa Barbara	1.	Santo Antonio do Ribeiro de Santa Barbara
				2.	Rio de S. Francisco
				3	S. Gonçalo do Rio Abaixo
				4	S. João do Morro Grande
				5	Brumado
				6	N. Senhora do Rosário de Co- cais
				7	S. Miguel do Piracicaba
				8	N. Senhora da Conceição de Ca- tas Altas do Mato Dentro
				9	S. Domingos do Prata
				10	Senhor Bom Jesus do Amparo do Rio de S. João
		3	Conceição	1	N. Senhora da Conceição de Ma- to Dentro
				2	S. Domingos do Rio do Peixe
				3	Santo Antônio da Tapera
				4	S. Francisco de Assis do Paraú na

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
39	Itabira	3	Conceição	5	Nossa Senhora do Porto de Guanhões
				6	Nossa Senhora do Pilar do Morro de Gaspar Soares
				7	Nossa Senhora da Oliveira de Itambê
				8	Riacho Fundo
				9	Nossa Senhora Aparecida de Córregos
				10	Santo Antonio do Rio Abaixo
				11	S. Sebastião do Rio Preto
49	Sabarã	1	Sabarã	1	Nossa Senhora da Conceição de Sabarã
				2	Nossa Senhora da Lapa
				3	Santa Quitéria
				4	Nossa Senhora da Conceição de Raposos
				5	Nossa Senhora do Pilar de Congonhas de Sabarã
				6	Santo Antonio do Rio Acima
				7	Nossa Senhora da Boa Viagem do Curral d'El-Rei
				8	Nossa senhora do Carmo do Betim
				9	S. Gonçalo da Contagem
				10	Nossa Senhora da Venda Nova

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
49	Sabará	2	Caeté	1	Nossa Senhora do Bom Sucesso
				2	Nossa Senhora Madre de Deus de Roças Novas
				3	Santíssimo Sacramento de Taquarassú
		3	Santa Luzia	1	Nossa Senhora da Saúde da Lagoa Santa
				2	Senhor Bom Jesus de Matosinhos
				3	Nossa Senhora da Conceição de Jacoticatubas
				4	Pau Grande
		4	Sete Lagoas	1	Santo Antonio de Sete Lagoas
				2	Nossa Senhora do Carmo do Tabuleiro
				3	Santíssimo Sacramento da Barra do Jequitibá
				4	Buriti

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
59	Pitangui	1	Pitangui	1	Nossa Senhora do Pilar de Pitangui
				2	Sant'Ana de Maravilhas
				3	Sant'Ana do Onça do Rio S. João Acima
				4	Senhor do Bom Despacho
				5	Nossa Senhora da Conceição de Pompeo
		6	Nossa Senhora da Abadia		
		2	Abaeté	1	Nossa Senhora do Patrocínio da Marmelada
				2	Nossa Senhora das Dores do Indaiá
				3	Nossa Senhora do Loreto da Morada
				4	Santo Antonio dos Tiros
				5	São Sebastião de Pouso Alegre
		3	Curvelo	1	Santo Antonio do Curvelo
				2	Nossa Senhora da Conceição do Morro da Garça
				3	Nossa Senhora da Piedade do Bagre
				4	Sant'Ana de Trairas
		4	Pará	1	Santo Antonio do Morro de Mateus Leme
				2	Nossa Senhora do Carmo do Cajuru
				3	S. Gonçalo do Pará
				4	Sant'Ana do Rio S. João Acima
		5	Santo Antonio do Monte	1	Santo Antonio do Monte
				2	Nossa Senhora da Saúde

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
59	Pitangui	5	Santo Antonio do Monte	3 4	Nossa Senhora da Luz do Aterrado S. José do Córrego d'Anta
69	São João d'El-Rei	1	S. João d'El-Rei	1 2 3 4 5 6 7	Nossa Senhora do Pilar de S. João d'El-Rei Santo Antonio do Rio das Mortes Nossa Senhora da Conceição da Barra S. Gonçalo do Ibituruna Nossa Senhora de Nazareth S. Miguel do Cajuru Santa Rita do Rio Abaixo
		2	S. José d'El-Rei	1 2 3 4	Nossa Senhora da Conceição dos Prados Sant'Ana do Carandaí Santo Antonio da Lagoa Dourada Nossa Senhora da Penha de França da Lage
		3	Bom Sucesso	1 2 3	Nossa Senhora do Bom Sucesso São João Batista S. Thiago
		4	Oliveira	1 2 3 4 5	Nossa Senhora da Oliveira S. Francisco de Paula Nossa Senhora da Glória do Passa Tempo Nossa Senhora do Carmo do Japão Santo Antonio do Amparo

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
69	São João d'El-Rei	4	Oliveira	6	Santo Antonio do Amparo
				7	Nossa Senhora Aparecida do Cláudio
		5	Bomfim	1	Senhor do Bomfim
				2	S. Sebastião do Itaiaussú
				3	Nossa Senhora das Dores da Conquista
				4	Nossa Senhora da Piedade dos Geraes
				5	São Gonçalo da Ponte
79	Barbacena	1	Barbacena	1	Nossa Senhora da Piedade de Barbacena
				2	Barroso
				3	Nossa Senhora da Conceição de Ibitipoca
				4	Nossa Senhora das Dores do Rio do Peixe
				5	Santa Rita da Ibitipoca
				6	Quilombo
				7	S. Miguel das Almas e Almas de João Gomes
				8	Nossa Senhora dos Remédios
				9	Nossa Senhora do Desterro do Melo
		2	Turvo	1	Nossa Senhora da Conceição do Turvo

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
79	Barbace- na	2	Turvo	2	Senhor Bom Jesus do Bom Jardim
				3	S. Vicente Ferrer
				4	Nossa Senhora Madre de Deus
				5	Nossa Senhora da Conceição de Carrancas
		3	Piranga	1	Nossa Senhora da Conceição de Piranga
				2	Santo Antonio do Calambau
				3	Nossa Senhora de Oliveira
				4	Nossa Senhora da Conceição do Turvo
				5	S. Caetano do Chopotó
				6	Nossa Senhora da Piedade Boa Esperança
				7	Sant'Ana da Barra do Bacalhau
				8	S. José do Chopotó
				9	Nossa Senhora da Saúde do Chopotó
				10	Nossa Senhora do Porto Seguro
				11	Santo Antonio do Bacalhau

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
89	Ubá	1	Ubá	1	S. Januário de Ubá
				2	S. João Batista do Presídio
				3	Sant'Ana do Sapé
				4	Sant'Ana dos Bagres
				5	S. José do Barroso
				6	S. José dos Tocantins
		2	Pomba	1	S. Manoel do Pomba
				2	Espírito Santo
				3	Nossa Senhora das Mercês
				4	Porto de Santo
				5	Senhor do Bomfim
				6	Senhor Bom Jesus da Cana Verde
				7	Nossa Senhora das Dores do Turvo
		3	Viçosa	1	Santa Rita do Turvo
				2	S. Sebastião dos Aflitos
				3	S. Miguel
				4	Almas de Arripiados
				5	S. Sebastião de Coimbra
				6	S. Miguel do Anta
				7	S. Sebastião da Pedra do Anta
		4	Carangola	1	Santa Luzia do Carangola
				2	Nossa Senhora da Conceição dos Tombos do Carangola
				3	S. Francisco do Glória

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
99	Leopoldi- na	1	Leopoldina	1	S. Sebastião da Leopoldina
				2	Nossa Senhora da Piedade
				3	Nossa Senhora Madre de Deus do Angú
				4	Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista
				5	Senhor Bom Jesus do Rio Par do
				6	Sant'Ana do Piratininga
		2	Cataguazes	1	Santa Rita do Meia Pataca
				2	Nossa Senhora da Conceição do Laranjal
				3	Espírito Santo do Empossado
				4	S. Francisco de Assis do Capivara
				5	Santo Antonio do Muriaé
		3	Muriahé	1	Nossa Senhora das Dores da Vitória
				2	S. Sebastião da Mata
				3	S. Sebastião da Cachoeira Alegre
				4	Nossa Senhora do Patrocínio
				5	Nossa Senhora da Glória
				6	Nossa Senhora do Rosário da Limeira
		4	Mar de Espanha	1	Santo Antonio do Mar de Espanha
				2	Espírito Santo
				3	Santo Antonio do Aventureiro
				4	Nossa Senhora das Dores do Monte Alegre
				5	S. José do Paraíba

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
109	Juiz de Fora	1	Juiz de Fora	1	Santo Antonio do Juiz de Fora
				2	Nossa Senhora da Assunção do Chapéu d'Uvas
				3	S. Francisco de Paula
				4	S. José do Rio Preto
				5	S. Pedro de Alcântara
		2	Rio Novo	1	Nossa Senhora da Conceição do Rio Novo
				2	Espírito Santo do Piãú
				3	Santíssima Trindade do Descoberto
				4	S. João Nepomuceno
		3	Rio Preto	1	Senhor dos Passos do Rio Preto
				2	Santa Bárbara de Monte Verde
				3	Santo Antonio da Olaria
				4	Santa Rita da Jacutinga
119		1	Pouso Alegre	1	Nossa Senhora da Conceição de Pouso Alegre
				2	S. José do Picú
				3	Santa Rita do Passa-Quatro
				4	Sant'Ana de Capivari
				5	Nossa Senhora da Conceição da Virgínia
		2	Itajubá	1	Nossa Senhora da Conceição do Itajubá

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
19	Pouso Alegre	2	Itajubá	2	Nossa Senhora da Conceição de Piranguçú
				3	S. Caetano da Vargem Grande
				4	Nossa Senhora da Soledade de Itajubá
				5	Santa Rita da Boa Vista
		3	São José do Paraíso	1	S. José do Paraíso
				2	S. João Batista das Cachoeiras
				3	Nossa Senhora da Consolação de Capivari
				4	Santa Rita do Sapucaí-Mirim
		4	Christina	1	Espírito Santo da Cristina
				2	Nossa Senhora do Carmo do Pouso Alto
				3	S. Sebastião de Capituba
				4	Santa Catarina
		5	Baependi	1	Nossa Senhora da Conceição e do Montesserat de Baependi
				2	Águas de Caxambú

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
119	Pouso Alto	5	Baependi	3	S. Sebastião da Encruzilhada
				4	S. Thomé das Lettras
				5	Nossa Senhora da Conceição do Rio Verde
		6	Aiuruoca	1	Nossa Senhora da Conceição de Aiuruoca
				2	Nossa Senhora do Rosário da Lagoa
				3	Nossa Senhora do Bom Conselho dos Serranos
				4	S. Domingos da Bocaína
				5	Senhor Bom Jesus do Livramento
				6	Santo Antonio do Passa Vinete
129	Pouso Alegre	1	Pouso Alegre	1	Senhor Bom Jesus dos Mártires de Pouso Alegre
				2	Nossa Senhora Aparecida da Estiva
3	Nossa Senhora do Carmo da Bor da				
4	S. Francisco de Paula do Ouro Fino				
5	Santo Antonio da Jacutinga				
6	Monte Sião				
		2	Jaguari	1	Nossa Senhora da Conceição de Jaguari
				2	Santa Rita da Extrema
				3	S. José do Toledo
				4	Nossa Senhora do Carmo de Camburi

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
129	Pouso Alegre	2	Jaguari	5	Senhor Bom Jesus do Campo Místico
		3	Caldas	1	Nossa Senhora do Carmo do Campestre
				2	Nossa Senhora do Patrocínio de Caldas
				3	Santa Rita de Cássia
				4	S. Sebastião de Jaguari
		5	Nossa Senhora da Saúde das Águas de Caldas		
		4	Musambinho	1	S. José da Boa Vista
				2	Nossa Senhora das Dores de Guaxupé
				3	Santa Bárbara das Canoas
		5	Cabo Verde	1	Nossa Senhora da Conceição de Cabo Verde
				2	Santa Rita do Rio Claro
				3	S. José dos Botelhos
		6	São Sebastião do Paraíso	1	S. Sebastião do Paraíso
				2	S. Carlos do Jacuí
				3	Espírito Santo da Pratinha
				4	S. Francisco de Monte Santo
		7	Passos	1	Senhor Bom Jesus dos Passos
				2	Nossa Senhora das Dores do Aterrado
				3	Santa Rita de Cássia

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
139	Campanha	1	Campanha	1	Santo Antonio do Vale da Piedade da Campanha
				2	Nossa Senhora da Saúde das Águas Virtuosas
				3	Senhor Bom Jesus do Lambari
				4	Três Corações de Jesus
		5	Maria e José do Rio Verde		
		6	Espírito Santo da Mutuca		
		7	S. João Batista do Douradinho		
		2	S. Gonçalo do Sapucahy	1	S. Gonçalo de Sapucaí
				2	Sant'Ana de Sapucaí
				3	Santa Isabel
				4	Nossa Senhora da Piedade do Retiro
		3	Alfenas	1	S. José e Nossa Senhora das Dores de Alfenas
				2	Santo Antonio da Sacra Família do Machado
				3	S. Francisco de Paula do Machadinho
				4	N. Senhora do Carmo da Escaramuça
				5	S. Sebastião do Areado
				6	S. Joaquim da Serra Negra
				7	Nossa Senhora da Conceição da Boa Vista
				8	S. João do Retiro do Barranco Alto
		4	Três Pontas	1	Sant'Ana da Vargem
				2	Espírito Santo da Varginha
				3	Campo Grande

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
139	Campanha	4	Três Pontas	4	Córrego de Ouro
		5	Lavras	1	Sant'Ana de Lavras do Funil
				2	N. Senhora do Carmo das Lumi nárias
				3	Nossa Senhora do Carmo da Cachoeira
				4	S. João Nepomuceno
				5	Senhor Bom Jesus dos Per dões
				6	Senhor da Cana Verde
149	Formiga	1	Formiga	1	S. Vicente Ferrer da Formi ga
				2	Nossa Senhora do Carmo dos Arcos
				3	Sant'Ana do Bambuí
				4	N. Senhora da Abadia do Por to
		2	Tamanduã	1	Nossa Senhora do Desterro
				2	Espírito Santo de Itapeciri ca
				3	Nossa Senhora das Candeas
				4	S. Bento do Tamanduã

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PARÓQUIAS
149	Formiga	3	Campo Belo	1	Senhor Bom Jesus do Campo Belo
		4	Dores da Boa Esperança	1	Espírito Santo dos Coqueiros
				2	S. Francisco d'Água Pé
		5	Carmo do Rio Claro	1	N. Senhora do Carmo do Rio Claro
				2	N. Senhora da Conceição Aparecida
				3	S. Sebastião da Ventania
		6	Piuf	1	N. Senhora do Livramento do Piuf
				2	S. João Batista do Glória
				3	S. Roque
				4	N. Senhora do Rosário da Piedade

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
159	Uberaba	1	Uberaba	1	Santo Antonio e Sebastião de Uberaba
				2	Nossa Senhora da Conceição das Alagoas
				3	Nossa Senhora do Carmo de Frutal
				4	N. Senhora das Dores do Campo Formoso
				5	S. Pedro do Uberabinha
		2	Prata	1	S. José do Tijuco
		2	S. Francisco de Sales		
		3	N. Senhora do Rosário da Boa-vista do Rio Verde		
		3	Monte Alegre	1	S. Francisco das Chagas de Monte Alegre
				2	Santa Maria
				3	N. Senhora da Abadia do Bom Sucesso
		4	Sacramento	1	N. Senhora do Desterro do Desemboque
				2	Espírito Santo da Forquilha
		5	Araxá	1	Santissimo Sacramento de S. Domingos do Araxá
				2	Nossa Senhora das Dores de Santa Juliana
				3	Santo Antonio da Pratinha
		6	Carmo do Paranaíba	1	N. Senhora do Carmo do Arraial Novo
				2	S. Francisco das Chagas do Campo Grande

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
159	Uberaba	6	Carmo do Paranaíba	3	Nossa Senhora da Conceição do Areado
169	Paracatú	1	Paracatú	1	Santo Antonio da Manga do Paracatú
				2	Sant'Ana do Buriti
				3	Rio Preto
				4	Santo Antonio da Cana Brava
		5	Sant'Ana dos Alegres		
		2	Bagagem	1	Nossa Senhora Mãe dos Homens da Bagagem
				2	Nossa Senhora do Carmo
				3	Nossa Senhora da Abadia d'Água Suja
				4	Nossa Senhora do Amparo do Brejo Alegre
		3	Patrocínio	1	Nossa Senhora do Patrocínio
				2	Nossa Senhora do Patrocínio de Coromandel
				3	S. Sebastião da Serra do Salitre
		4	Patos	1	Santo Antonio dos Patos
				2	Sant'Ana do Paranaíba da Barra do Espírito Santo

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
179	Diamantina	1	Diamantina	1	Santo Antonio da Sé de Diamantina
				2	S. João da Chapada
				3	Nossa Senhora da Conceição do Rio Manso
				4	S. Gonçalo do Rio Preto
				5	N. Senhora das Mercês da Mendanha
				6	N. Senhora da Conceição de Curimataí
				7	Santo Antonio do Gouvêa
				8	Espírito Santo de Datas
				9	N. Senhora da Glória
		2	Montes Claros	1	N. Senhora e S. José de Montes Claros
				2	Sant'Ana de Contendas
				3	Santo Antonio da Boa Vista
				4	Santíssimo Coração de Jesus
				5	S. Gonçalo do Brejo das Almas
		3	Jequitaí	1	N. Senhora da Conceição do Jequitai
				2	Senhor do Bomfim
				3	Sant'Ana dos Olhos d'Água
				4	Nossa Senhora do Bom Sucesso
				5	Almas da Barra do Rio das Velhas

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
189	Serro	1	Serro	1	N. Senhora da Conceição do Serro
				2	Santo Antonio do Rio do Peixe
				3	S. Sebastião de Correntes
				4	N. Senhora da Mãe dos Homens do Turvo
				5	N. Senhora da Penha do Rio Vermelho
				6	N. Senhora dos Prazes do Milho Verde
				7	S. Gonçalo do Rio das Pedras
				8	Santo Antonio do Itambê
				9	S. José dos Paulistas
		2	S. Miguel de Guanhões	1	Nossa Senhora do Patrocínio
				2	N. Senhora das Dores da Capelinha de Guanhões
				3	S. Miguel e Almas de Guanhões
		3	Rio Doce	1	Santo Antonio do Peçanha
				2	S. José do Jacuri
				3	Nossa Senhora da Conceição do Cuieté

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
199	Minas Novas	1	Minas Novas	1	S. Pedro do Fanado de Minas Novas
				2	Nossa Senhora da Graça da Capelinha
				3	Nossa Senhora da Conceição do Sucuriú
				4	Nossa Senhora da Conceição d'Água Limpa
		5	Nossa Senhora da Piedade		
		6	Santa Cruz da Chapada		
		2	Filadélfia	1	Nossa Senhora da Conceição de Filadélfia
				2	Santa Rita de Malacacheta
		3	São João Batista	1	S. João Batista
				2	N. Senhora da Penha de França
				3	Santa Maria de S. Felix
				4	Santíssimo Coração das Barreiras
				5	N. Senhora das Mercês do Arassuaí
		4	Arassuaí	1	Santo Antônio do Arassuaí
				2	Santo Antonio da Itinga
				3	S. Sebastião do Salto Grande
				4	S. Miguel do Jequitinhonha
				5	S. Domingos do Arassuaí

DISTRITOS	SEDES	NÚMEROS	MUNICÍPIOS	NÚMEROS	PAROQUIAS
209	Grão-Mongol	1	Grão-Mongol	1	Santo Antonio do Itacambirusu da Serra do Grão-Mongol
				2	S. José do Gorutuba
				3	Santo Antonio de Itacambira
				4	N. Senhora dos Riachos dos Machado
				5	Santo Antonio do Gorutuba
		2	Rio Pardo	1	N. Senhora da Conceição do Rio Pardo
				2	Santo Antonio de Salinas
				3	Água Vermelha
		3	Boa Vista	1	Nossa Senhora da Graça do Tremedal
				2	S. Sebastião dos Lençóis
		4	Januária	1	N. Senhora das Dores de Januária
				2	N. Senhora do Amparo do Brejo do Salgado
				3	N. Senhora da Conceição de Morrinhos
		5	S. Francisco	1	S. José da Pedra dos Angicos
				2	Santo Antonio da Manga de S. Romão
				3	Sant'Ana do Capão Redondo
				4	Santo Antonio do Paredão.